MARCELO SEMER

**Sentenciando tráfico: pânico moral e estado de negação
formatando o papel dos juízes no grande
encarceramento**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Maurício Stegemann Dieter

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

MARCELO SEMER

**Sentenciando tráfico: pânico moral e estado de negação
formatando o papel dos juízes no grande
encarceramento**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Penal e Criminologia, sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Stegemann Dieter.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Semer, Marcelo

Sentenciando tráfico: pânico moral e estado de negação formatando o papel dos juízes no grande encarceramento

Semer. – São Paulo : M. Semer, 2019.

150 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2019.

Orientador: Prof. Maurício Stegemann Dieter

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia

1. Criminologia. 2. Encarceramento. 3. Judiciário. 4. Tráfico de Drogas. 5. Pânico Moral. I. Dieter, Maurício Stegemann. II. Título.

“Oskar Schindler: Poder é quando nós temos toda a justificativa para matar e não matamos.

Amon Göth: Você acha que isso é poder?

Oskar Schindler: Isso é o que os Imperadores tinham. Um homem rouba uma coisa, ele se ajoelha no chão. Ele implora por sua vida, ele sabe que ele vai morrer. E o Imperador... perdoa ele. Este homem sem valor, ele deixa ele ir.

Amon Göth: Eu acho que você está bêbado.

Oskar Schindler: Isso é poder, Amon. Isso é poder.”

[Diálogo de **A Lista de Schindler**, Universal Studios, 1993]

AGRADECIMENTOS

Nenhum homem é uma ilha, completo em si próprio, já dizia John Donne (Meditations XVII). Todos são parte do continente. Uma parte de um todo.

Aqui me toca agradecer a todos aqueles que fizeram parte do meu continente; que evitaram que me desgrudasse para vagar, perdido, como um promontório.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Mauricio Stegemann Dieter que, imprudente e generosamente, acabou por me admitir no Doutorado, mesmo já sem o costume dos textos acadêmicos, com a arrogância natural dos velhos práticos e sem o viço e o vigor da juventude. Agradeço mais ainda por não ter permitido manter-me em uma zona de conforto. Agradeço as recomendações que atendi com temor reverencial e que, mais tarde, se mostraram não apenas úteis, mas absolutamente necessárias. Devo a ele duas primaveras nas escrivaninhas da Biblioteca da Universidade de Westminster e, mais do que isso, o conhecimento e a companhia de Sacha Darke, que me recebeu de braços e escritórios abertos e foi essencial para essa pesquisa.

Eu não teria tido as ideias que tive e lido as bibliografias que li se Maurício não tivesse deixado as pistas pelo caminho, nem teria rejuvenescido ao lado de tantos colegas promissores que me estimularam (e, admito hoje, dos quais invejei fortemente o conhecimento precoce), no CPECC. Jéssica da Mata, Tatiana Gasparini, Ana Carolina Cartillone, Luísa Mesquita, Pedro Camargos, Pollyana de Santana Soares, Débora Nachmanovitz, Marina Lima, Mariane Roccelo e o Patrick Cacicedo que já não era tão jovem assim e, talvez por isso, acabou como meu mais dileto confidente acadêmico. Há uma plêiade de pessoas que já me desculpo antecipadamente por deixar de registrar nestas curtas linhas. Juntos lemos Pachukanis, Rusche e Kircheheimer, Di Giorgi, Florestan, Caio Prado e alguns outros que deixei para trás, porque o trabalho me impediu.

Certamente o trabalho teria impedido ainda mais não fosse o empenho fora do normal da Lilian de Oliveira Pena dos Santos, Camilla Cajango Rollemberg, Cláudia Carvalho, Dayana Valensuela Barduzzi, Cauan Arantes Barcellos Silva, Renato Caetano de Almeida Silva, Sarah Raquel Vieira, Bruno Lescher Facciola e Maria Clara de Sena que se desdobraram para que os jurisdicionados de São Paulo não sentissem qualquer solução de continuidade (nem perda de qualidade) enquanto cumulava as centenárias e tradicionais instituições do Largo de São Francisco e do Tribunal de Justiça.

Flávio Roberto Batista, Allysson Leandro Mascaro, Rafael Godoi representaram mais do que créditos e conceitos na ficha de alunos; eles me instigaram a fazer artigos com os quais fui, gradativamente, apurando o texto que se tornaria este trabalho. Não sem antes passar pelas agudas e pertinentes observações dos professores e amigos Rubens Casara e Sérgio Salomão Shecaira, que me proporcionaram um produtivo exame de qualificação. Adoraria ter feito tudo exatamente como eles me sugeriram, mas confesso que fiz o meu melhor. As falhas, desnecessário dizer, são exclusivamente minhas.

Annus horribilis me foram suportáveis porque passei junto a pessoas queridas. Com Marcio Sotelo Felipe, Giane Ambrosio Alvares, Patrick Mariano Gomes e, uma vez mais,

Rubens Casara, compartilhei a coluna *ContraCorrentes* no Justificando e depois dela, *Além da Lei* na Revista Cult. Noticiamos um Brasil em Fúria e preparamos o relato de um país em pedaços. Sofremos, tentando evitar; sentimos, tentando compreender.

Mas a verdade é que sem meus colegas da Associação Juízes para a Democracia, tudo teria sido muito mais difícil. Agradeço o fato de poder não me sentir estrangeiro dentro da própria casa. Tenho orgulho da história que escrevemos juntos e o mesmo sentimento de Darcy Ribeiro sobre as causas que não conseguimos vencer. Sobretudo, uma solidariedade sem tamanho com aqueles que pelos atos que defendemos acabaram escolhidos para sofrer, como a desembargadora Kenarik Boujikian, minha referência hoje e sempre, e o juiz e amigo Roberto Corcioli.

Espero sinceramente que meus colegas juízes criminais, que já se acostumaram com as minhas críticas e minhas indignações, compreendam a necessidade de direcionar holofotes para as sentenças, porque isso mostra o quanto somos, ao mesmo tempo, frágeis e imprescindíveis. Se parte dos problemas nos ronda, é sinal de algumas soluções também estão por perto. De mais a mais, só a companhia deles me permite entender o que sou e o que venho fazendo há três décadas.

A todos os demais amigos que sempre estiveram por perto, no apoio e na adesão incondicionais, sei que como eu, dispensam homenagens. A amizade que levamos no peito tem a gratidão como acessório original de fábrica.

Ao Leon, por me fazer prudente e à Ida, por me ensinar a ser guerreiro.

Ao Mauro, Norma, Beatriz e Vivian; a Nelson, Maria Aparecida e Júnior, enfim, porque as famílias não exigem explicações maiores que o carinho.

A Júlia e ao Rafael que suportaram minha ausência nestes três anos; mas ao mesmo tempo foram crescendo junto com a tese, a tempo de me corrigir em algumas distrações, problematizar metodologias e desprezar as soluções aparentemente mais simples que vinha propondo. Agradeço pelo inesperado auxílio.

Mas se eu tivesse que escrever aqui os motivos pelos quais devo agradecer a Márcia, teria sido necessário todo um novo volume. Vou me limitar a agradecer ao amor, porque todo o mais é desnecessário.

A tese não teria sentido se não fosse ela mesma um libelo contra o grande e desmedido encarceramento, contra os poderes sem limites, contra as versões falsamente humanitárias com que se construíram as prisões. Contra um direito que exala, sobretudo, dor e sofrimento. Nas hordas da obediência, nas malhas da repressão, uma multidão de vidas destroçadas. E como, enfim, completa Donne: *a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano*.

A todos aqueles, enfim, que perderam a vida ou parte dela nas prisões. *Os sinos dobram por ti*.

RESUMO

SEMER, Marcelo. **Sentenciando Tráfico: pânico moral e estado de negação na formação do papel do juiz no grande encarceramento**. 2019. 526 p. Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

O presente trabalho se propõe a discutir o papel do juiz na formação do grande encarceramento no Brasil, a partir de uma análise de decisões de tráfico de drogas, em pesquisa de campo realizada com 800 sentenças de 8 Estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Bahia e Maranhão). Nos capítulos introdutórios, discute-se, em primeiro lugar, os modelos que estudaram a virada punitiva nas décadas finais do século XX, especialmente no hemisfério norte, como ponto de partida para o grande encarceramento. Nesse diapasão, são estudados os modelos de Loic Wacquant (perspectiva sócio-econômica), David Garland (perspectiva culturalista); Jonathan Simon (a perspectiva institucional), Michelle Alexandre (a perspectiva racial); Jock Young (perspectiva crítica, do realismo de esquerda), além de uma abordagem de Stuart Hall e parceiros do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham, que, sob uma perspectiva marxista e na análise da crise do capitalismo dos anos 1970, explicam o nascedouro do Estado policial moderno, ao qual o encarceramento em massa é tributário. Cotejando as distinções da realidade brasileira, enfocamos a compatibilidade dos modelos para compreender o nosso grande encarceramento que, a bem da verdade, mescla o populismo penal próprio dos novos tempos e o legado autoritário fruto das permanências históricas, sobretudo a longevidade da escravidão. Conclui-se pela necessidade de combinar o estudo das estruturas com o estudo das agências, estas com ênfase no fator juiz. As sentenças são analisadas sob duas chaves de leitura, que funcionam como aporte teórico, em conceitos trabalhados pelo sociólogo Stanley Cohen: o pânico moral e os estados de negação. Só os reflexos do pânico moral permitem a consideração dos juízes sobre uma tamanha gravidade do delito, que na realidade envolve réus primários, pobres, com pouca co-autoria, quase nenhuma associação, presos em flagrante na posse de quantias módicas de droga e dinheiro e quase nunca armados. Só o estado de negação permite superar o legado autoritário, fechar os olhos à plêiade de violências e corrupção policiais e confiar plenamente em uma prova frágil que se lastreia nas palavras de não mais que dois agentes. A pesquisa apura, sob o viés quantitativo, o exagero na aplicação das penas e prisões provisórias, e, ademais, uma regionalização indireta, com juízes de alguns Estados aplicando preferencialmente a jurisprudência de seus tribunais, mesmo que contrárias e mais rigorosas do que as dos tribunais superiores. Há mais convergência do que divergência nas sentenças: um abuso do senso comum, um desprestígio da presunção de inocência e um tratamento tão diverso entre a verdade que se atribui a depoimentos e papéis policiais e a total ausência de credibilidade de réus e suas testemunhas. Aqui também agem as ramificações do pânico moral, em especial a construção social do traficante como inimigo público, a partir da adesão às crenças generalizadas e, sobretudo, a do estado de negação, a partir da desindividualização do policial e da desumanização da vítima.

PALAVRAS CHAVES – Criminologia - Grande encarceramento – Juiz – sentenças - Tráfico de Drogas – Pânico Moral

ABSTRACT

SEMER, Marcelo. **Sentencing Drug Traffic: moral panic and state of denial in the role of the judge in the great incarceration.** 2019. Doctorate. 526 p. Faculty of Law. University of São Paulo

This paper proposes to discuss the role of the judges in the development of the great imprisonment on Brazil, based on an analysis of drug trafficking decisions, in empirical research carried out with 800 sentences from 8 states (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Bahia and Maranhão). In the introductory chapters, it discusses, first, the models that studied the punitive turn in the late twentieth century, especially in the northern hemisphere, with the starting point for the great incarceration. Within this range, the models of Loic Wacquant (socio-economic perspective), David Garland (culturalist perspective); Jonathan Simon (institutional perspective), Michelle Alexandre (racial perspective); Jock Young (critical perspective, by the Left Realism), and an approach by Stuart Hall and partners at the Center for Contemporary Culture Studies at the University of Birmingham, who, from a Marxist perspective and in the analysis of the capitalist crisis of the 1970s, explain the birth of the modern police state, to which mass incarceration is a consequence. Contrasting the distinctions of the Brazilian reality, the thesis focus on the compatibility of models to understand our great incarceration, which mixes the criminal populism of the new times and the authoritarian legacy resulting from historical permanences, especially the longevity of slavery. It is concluded that there is a need to combine the study of structures with the study of agencies, with emphasis on the Judiciary. The sentences are analyzed under two keys of reading, which serve as a theoretical contribution, in concepts worked by the sociologist Stanley Cohen: moral panic and the state of denial. Only the reflexes of moral panic allow judges to consider the seriousness of the crime, which in reality involves poor defendants, almost without partners, arrested in flagrante delicto with small amounts of drugs and money and rarely armed. Only the state of denial allows to overcome the authoritarian legacy, to close the eyes to the plethora of police violence and corruption, and to rely fully on a fragile evidence that stands in the testimony of no more than two agents. The investigation examines, in quantitative terms, the exaggeration in the application of provisional sentences and prisons, and indirect regionalization, with judges of some States preferentially applying the jurisprudence of their courts, even though they are contrary and stricter than the superior courts. There is more convergence than divergence in the sentences: an abuse of common sense, a discredit of presumption of innocence, and a different treatment of the truth that is attributed to testimony and police roles, and the total lack of credibility of defendants and their witnesses. Here too are the ramifications of moral panic, especially the social construction of the trafficker as a *folk devil*, based on adherence to generalized beliefs and, above all, the state of denial, from the deindividualization of the police and the dehumanization of the victim.

KEYWORDS – Criminology- Mass Incarceration - Judge - Sentences - Drug Trafficking - Moral Panic

RÉSUMÉ

SEMER, Marcelo. **Le Jugement de Trafic: panique morale et état de négation dans la mise en forme du rôle du juge dans la grande incarcération**. 2019. 526 p. Doctorat. Faculté de droit. Université de São Paulo

Cet article propose de discuter du rôle du juge dans la formation de la grande incarcération au Brésil, sur la base d'une analyse des décisions en matière de trafic de drogue, dans le cadre d'une recherche empirique réalisée avec 800 condamnations prononcées dans 8 États (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Bahia et Maranhão). Dans les chapitres introductifs, l'ouvrage traite en premier lieu des modèles qui ont étudié le virage punitif au cours des dernières décennies du XXe siècle, en particulier dans l'hémisphère nord, avec le point de départ de la grande incarcération. Dans ce contexte, le travail présente les modèles de Loic Wacquant (perspective socio-économique), David Garland (perspective culturaliste); Jonathan Simon (perspective institutionnelle), Michelle Alexandre (perspective raciale); Jock Young (perspective critique, du Left Realism), et une approche de Stuart Hall et de ses partenaires du Centre d'Études sur la Culture Contemporaine de l'Université de Birmingham qui, d'un point de vue marxiste et dans l'analyse de la crise capitaliste des années 1970, expliquer la naissance de l'État policier moderne, pour lequel l'incarcération de masse est une conséquence. Contrastant les distinctions de la réalité brésilienne, le travail sera concentré sur la compatibilité des modèles pour comprendre notre grande incarcération, qui mélange le populisme criminel des temps modernes et l'héritage autoritaire résultant des permanences historiques, notamment la longévité de l'esclavage. Il est conclu qu'il est nécessaire de combiner l'étude des structures avec l'étude des agences, en mettant l'accent sur le facteur juge. Les sentences sont analysées sous deux clés de lecture, qui servent de contribution théorique, dans les concepts travaillés par le sociologue Stanley Cohen: la panique morale et l'état de déni. Seuls les réflexes de panique morale permettent aux juges d'envisager la gravité du crime, qui, en vérité, implique en réalité des pauvres, auteurs avec presque aucune association, arrêtés en flagrant délit avec de petites quantités de drogue et d'argent et presque jamais armés. Seul le déni permet aux juges de vaincre l'héritage autoritaire, de fermer les yeux sur la pléthore de violences policières et de corruption et de appuyer pleinement sur une preuve fragile qui ne peut être exprimée que par deux agents. L'enquête examine, en termes quantitatifs, les exagérations dans l'application des peines et des arrestations temporaires, ainsi que la régionalisation indirecte, les juges de certains États appliquant de manière préférentielle la jurisprudence de leurs tribunaux, même contrairement et plus sévère que celles des tribunaux supérieurs. Il y a plus de convergence que de divergence dans les peines: un abus de sens commun, un discrédit de présomption d'innocence et un traitement différent de la vérité attribué aux témoignages et aux rôles de la police, et le manque total de crédibilité des accusés et de leurs témoins. Ici aussi, les ramifications de la panique morale, en particulier la construction sociale du trafiquant en tant qu'ennemi public, reposant sur l'adhésion à des croyances généralisées et, surtout, sur le déni résultant de la désindividualisation de la police et de la déshumanisation de la victime.

MOTS CLEFS – Criminologie - Grande incarcération - Juge - Sentences - Trafic de drogue - Panique morale

SUMÁRIO

Índice de Tabelas.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
Cap. 1 – O GRANDE ENCARCERAMENTO.....	15
1.1.– Loic Wacquant e a <i>onda punitiva</i> (a perspectiva sócio-econômica).....	27
1.2. – David Garland e a <i>cultura do controle</i> (a perspectiva culturalista).....	35
1.3. – Jonathan Simon e o <i>governo através do crime</i> (a perspectiva institucional).....	38
1.4. – Michelle Alexander e o <i>novo Jim Crow</i> (a perspectiva racial).....	43
1.5. – Jock Young e a <i>sociedade excludente</i> (a crítica realista).....	47
1.6. – Stuart Hall e o <i>policciamento da crise</i> (a explicação marxista).....	51
Cap. 2 – DISTÂNCIAS E APROXIMAÇÕES (OS MODELOS E O ENCARCERAMENTO BRASILEIRO).....	57
2.1. – A translação dos modelos.....	58
2.2. – Os modelos e a realidade brasileira.....	61
2.3. – Convivência e informalidade.....	74
2.4. – O fator juiz.....	82
Cap. 3- PÂNICO MORAL E POPULISMO PENAL.....	84
3.1. – Stanley Cohen: o processo.....	86
3.2.- Goode-Ben Yehuda: os requisitos.....	95
3.3. – Hall: a questão da ideologia.....	103
3.4. – Pânico moral: críticas e ajustes.....	108
3.5. – Pânico moral: casuística.....	118
3.5.1. – Pânico moral e as drogas.....	123
3.6. – Pânico moral no Brasil: casuística.....	134
3.6.1. – Pânico moral e as drogas no Brasil.....	148
3.7. – Populismo Penal.....	167
Cap. 4 – ESTADOS DE NEGAÇÃO E LEGADO AUTORITÁRIO.....	177
4.1. – As formas de negação.....	178
4.2. – As atrocidades.....	180
4.3. – Os atores da negação.....	191
4.4. – Sentidos e mecanismos da negação.....	198
4.5. – O legado autoritário.....	206
4.5.1. – As facetas do autoritarismo.....	211
4.6. – Reflexos no sistema penal.....	214
Cap. 5 – SENTENCIANDO TRÁFICO (PESQUISA DE CAMPO).....	230
5.1. – As sentenças.....	232
5.2. – A metodologia.....	236
5.3. – Heurística e psicologia social.....	245
5.4. – O questionário.....	249
5.5. – Os juízes.....	252
5.6. – Os atores.....	256
5.6.1. – Os réus.....	256
5.6.2. – Os policiais.....	263

5.7. – O local do crime.....	269
5.8. – A acusação.....	277
5.9. As provas.....	298
5.9.1. – O testemunho policial.....	301
5.9.2. – As provas ancoradas.....	320
5.10. – A Defesa.....	324
5.10.1. – Interrogatório.....	327
5.10.2. – Testemunhas de Defesa.....	332
5.11. – O ônus da prova.....	338
5.12. – O aproveitamento dos elementos de inquérito.....	341
5.13. – A violência policial.....	349
5.14. A dependência químico-toxicológica.....	359
5.15. A sentença: caracterização do tráfico.....	366
5.16. As penas.....	376
5.16.1. Pena-base e circunstâncias.....	376
5.16.2. Causa de aumento e diminuição (redução).....	386
5.16.3. Pena definitiva.....	394
5.16.4. – O regime.....	396
5.16.4.1- A detração.....	401
5.16.5. – A substituição.....	406
5.17. – Fundamentações: jurisprudência e doutrina.....	416
5.17.1. – Jurisprudência.....	418
5.17.2. – Doutrina.....	422
5.18. – A prisão provisória.....	425
5.19. – O papel do juiz.....	433
5.20.- As absolvições.....	438
 CONCLUSÃO.....	 448
Relação das reportagens.....	486
BIBLIOGRAFIA.....	490
Apêndice.....	507
Questionário aplicados às sentenças.....	508
Relação das sentenças pesquisadas.....	519

Índice de Tabelas

Tab. 1 – Sentenças Pesquisadas.....	240
Tab. 2 – Condenação em Tráfico.....	251
Tab. 3 – Regime da Pena, por Estados.....	251
Tab. 4 – Sentenças – gênero.....	254
Tab. 5 – Sentenças gênero, por Estado.....	255
Tab. 6 – Pesquisa x Dados CNJ sobre gênero.....	256
Tab. 7 – Montante de apreensão.....	258
Tab. 8 – Valor de dinheiro apreendido até 1 S.M.....	259
Tab. 9 – Réus por gênero.....	260
Tab. 10 – Gênero pesquisa X Sistema prisional.....	260
Tab. 11 – Primários x reincidentes.....	261
Tab. 12 – Réus por processo, por Estados.....	262
Tab. 13 – Réus por processo.....	262
Tab. 14 – Início do inquérito.....	264
Tab. 15 – Agente policial.....	265
Tab. 16 – APF x Investigação.....	266
Tab. 17 – Acesso policial aos fatos.....	267
Tab.18 – Mandados de busca e apreensão.....	272
Tab. 19 – Apreensão de droga.....	276
Tab. 20 – Denúncia.....	277
Tab. 21 – Crimes conexos do Estatuto do Desarmamento.....	280
Tab. 22 – Apreensões de arma.....	281
Tab. 23 – Balança de precisão.....	283
Tab. 24 – Apreensões de maconha.....	285
Tab. 25 – Apreensão de maconha (< que 100g).....	286
Tab. 26 – Apreensão de cocaína.....	287
Tab. 27 - Apreensão de cocaína (< que 50g).....	287
Tab. 28 – Apreensão de crack.....	289
Tab. 29 – Apreensão de crack (< que 50g).....	290
Tab. 30 – Mediana da apreensão da droga (em gramas).....	292
Tab. 31 – Interrogatórios.....	301
Tab. 32 – Testemunhas por processo (acusação x defesa).....	301
Tab. 33 – Testemunhas de acusação.....	302
Tab. 34 – Defesa.....	325
Tab. 35 – Réus x Defensoria Pública.....	326
Tab. 36 – Comarcas atendidas pela DP (IV Diagnóstico).....	326
Tab. 37 – Testemunhas x contradições.....	337
Tab. 38 – Contradições apontadas.....	338
Tab. 39 – Aproveitamento dos elementos de inquérito.....	342
Tab. 40 – Violência policial.....	350
Tab. 41 - Dependência.....	360
Tab. 42 – Exames.....	365
Tab. 43 – Condenação em Tráfico de drogas.....	368
Tab. 44 – Resultado das sentenças.....	370
Tab. 45 – Apreensão de drogas em via pública.....	372
Tab. 46 – Aplicação do redutor.....	389
Tab. 47 – Penas médias.....	395
Tab. 48 – Regime de pena.....	397

Tab. 49 – Reincidência por Estados.....	398
Tab. 50 – Penas restritivas.....	407
Tab. 51 – Rejeição em tese de restritivas.....	407
Tab. 52 – Acórdãos TJSP.....	414
Tab. 53 – Acórdãos TJBA.....	414
Tab. 54 – Penas médias das sentenças – Redução dos acórdãos.....	415
Tab. 55 – Referências Jurisprudência x Doutrina.....	417
Tab. 56 – Temas de Jurisprudência.....	418
Tab. 57 – Origem dos julgados.....	420
Tab. 58 – Índice de Referência de Jurisprudência.....	420
Tab. 59 – Temas de Referência doutrinária.....	423
Tab. 60 – Obras mais mencionadas.....	424
Tab. 61 – Autores mais citados.....	425
Tab. 62 – Prisão provisória.....	426
Tab. 63 – Liberdade provisória.....	427
Tab. 64 – Tempo médio de prisão.....	431
Tab. 65 – Réus por processo (absoluções).....	439
Tab. 66 – Absolução x Número de réus.....	439
Tab. 67 – Pedidos de absolvição do MP.....	440
Tab. 68 – PM x PC.....	441

INTRODUÇÃO

1.

Conhecer os mecanismos que põem em funcionamento uma bomba é tarefa essencial para poder desarmá-la.

Chega a ser um truísmo dizer que vivemos em um tempo, e mais concretamente em um país, afetado pelo hiper-encarceramento. Poucas características se tornaram tão habituais quanto os ecos da superlotação carcerária no cotidiano brasileiro, sejam os reflexos diretos, como a precariedade das instalações e as violências que cercam as prisões, das insalubridades aos massacres; sejam os indiretos, como a criminalidade que é exportada para fora das grades, por intermédio da organização das facções criminosas.

Não obstante esse quadro por si só horripilante, que deveria ser suficiente para aquilatar a perversão do exagerado punitivismo, agimos como se ainda estivéssemos em débito com o encarceramento: propostas legislativas cada vez mais vigorosas, militarização crescente da atividade policial, sensacionalismo midiático marcado pela propagação do medo, agenda política que insere a segurança como prioridade numero zero, numa retroalimentação permanente que vitamina o círculo vicioso. Enfim, o direito penal talvez seja o único produto que quanto mais falha mais se mantém prestigiado. Na ponta de lança desse grande encarceramento, fundamentalmente, o crescimento constante das prisões efetuadas na guerra às drogas –cuja execução, como lembra Juarez Tavares, “*além de não apresentar qualquer solução quanto a seu comércio e consumo só acarreta mais sofrimento às populações carentes, que são os objetos prioritários dessa política criminal*”¹.

Para Nils Christie, o sistema penal de um país carrega mensagens profundas: *ele transmite informações sobre as características centrais dos estados que representam*.² Entre os critérios de avaliação que sugere, a partir do sistema prisional, estão não apenas o volume de presos e os motivos de suas prisões, mas *quão representativos da população em geral*

¹ Fundamentos da Teoria do Delito, p. 79.

² A suitable amount of crime, p. 101.

*são em relação a idade, sexo, raça, classe etc*³. A noção de encarceramento em massa não se restringe apenas ao volume, mas ao fato de se dirigir prioritariamente a grupos específicos. David Brown exemplifica com o moderado índice carcerário da Austrália, embora, no conjunto, abrigue uma população aborígine fortemente sobre-representada nos cárceres⁴. Ou seja, o grande encarceramento é ainda mais grave porque se constrói sobre certos grupos, em regra os mais vulneráveis: a sociedade não é destinatária de seus males de modo uniforme.

Não é preciso muito para reconhecer o Brasil entre os países cujo sistema penal transmite as mais deletérias informações. Mais de setecentos mil presos, segundo a contagem que remonta ao ano de 2016, a terceira maior população prisional do mundo em números absolutos, além de um conjunto nada equilibrado, predominantemente jovem, da cor preta ou parda e de baixíssima instrução. Coincidentemente, o público destinatário das prisões é exatamente o mesmo submetido às maiores violências no país –relatórios de encarceramento e mapa da violência se sobrepõem quase integralmente⁵.

O novo ciclo autoritário que gradualmente já vinha se fortificando no horizonte com o recrudescimento paulatino do direito penal, o esvaziamento formal das garantias processuais, no binômio da legislação de emergência e da jurisprudência do pânico, tende a ser agora brutalmente acelerado. No horizonte das propostas ultra-conservadoras que dominam o ambiente político, de um lado o esfacelamento do sistema progressivo de cumprimento da pena, de outro, a formalização da impunidade da violência policial. No meio deste tiroteio, um Judiciário que constantemente se demite de seu papel de dique da repressão para assumir orgulhosamente uma função de trampolim.

2.

São estes os dois polos da tese que ora se apresenta.

³ Idem, p. 102

⁴ “O aprisionamento torna-se um encarceramento em massa quando deixa de ser o encarceramento de ofensores individuais e se torna o aprisionamento sistemático de grupos inteiros da população”. “Mass Incarceration”, in **Alternative Criminologies**, p. 364.

⁵ A propósito, o Mapa da Violência, que registra aumento de 46,9% entre os negros vítimas de homicídio ao mesmo tempo em que em relação às vítimas brancas em 26,1% (entre 2003 e 2014). Em 2014, vítimas negras de homicídio atingem 70,5%, disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>.

Primeiro, compreender os modelos que buscaram estudar os mecanismos do grande encarceramento, a partir da guinada punitiva das últimas décadas do século XX, especialmente no hemisfério norte. É o que fazemos no **Capítulo 1**, trazendo à lume os diagnósticos de Loic Wacquant (perspectiva sócio-econômica, com a guinada neoliberal), David Garland (a perspectiva culturalista e os frutos da modernidade tardia); Jonathan Simon (a perspectiva institucional, da estipulação de uma nova governamentalidade); Michelle Alexandre (a perspectiva racial, de um encarceramento como segregação); Jock Young (perspectiva crítica a partir do realismo de esquerda), além de uma abordagem de Stuart Hall e seus parceiros do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham, que, sob uma perspectiva marxista, explicam o nascedouro do estado policial moderno, ao qual o encarceramento em massa é tributário, nas entranhas da crise capitalista dos anos 1970, que elegeu o aumento da coerção como matéria-prima para o reforço da hegemonia esgarçada.

Em seguida, no **Capítulo 2**, partimos para uma análise da viabilidade da transposição destes modelos para a realidade brasileira, a fim de encontrar as particularidades da nossa história com que os estudos se atritam ou se acomodam. De alguma forma, todos ajudam a explicar nosso grande encarceramento, mas nenhum deles nos compreende por inteiro. Vamos atrás do que nos particulariza, inclusive o que auxilia a refletir acerca de um dos vértices dessa equação, que normalmente está menos exposto: o papel dos juízes na formatação do grande encarceramento.

O tema se desenvolverá em duas dimensões que, se bem-sucedida a apresentação, ao término surgirão agregadas.

No âmbito macro, trabalhamos a hipótese de que nossas particularidades exigem uma leitura mais abrangente do que aquela que apenas traduz a consequência de uma virada punitiva, na qual se fortalece o populismo e se abandona o previdenciarismo penal, como decorrência de uma transição do estado de bem-estar ao estado policial. Seja porque aqui, atributos desta virada já eram de há muito tradicionais (como, por exemplo, a ausência da ressocialização), seja porque a despeito de legislações iluministas que incorporamos no curso da história, jamais nos desvencilhamos de nosso legado autoritário, fruto da instituição que mais marcou a construção do país, a escravidão, e a preferência histórica pelas permanências sobre as rupturas.

A convivência dissimulada entre iluminismo e escravidão não é apenas uma marca datada de um passado distante. Ela vai se repetir em outros momentos históricos,

representando a mescla entre uma legislação liberal e uma prática autoritária, que distingue, sobretudo, o cotidiano da segurança pública após a redemocratização em 1985. Níveis estratosféricos de violência policial, de superlotação carcerária e o genocídio da juventude negra convivem, sem muito esforço doutrinário, com uma Constituição pensada para o minimalismo penal e o processo como garantia. Verdade seja dita, mal esquentaram as gráficas ao publicar exemplares do novo texto constitucional e o legislador, aparentemente arrependido, já estava desenhando um direito penal simbólico e um processo pautado na eficiência que em nada lembrava a Carta Magna então promulgada. Ainda assim, na maior parte do tempo, esse direito penal e processual tem sido vigente e válido, inclusive diante da passividade dos juízes, a despeito de sua enorme competência, como, a se registrar, a possibilidade de um amplo controle difuso da constitucionalidade, fortemente subutilizado entre nós.

Sem prejuízo de perceber a recepção das inspirações modernas do populismo penal, que se transmitiram como um vírus no meio de uma pandemia, no direito penal permeado pela figura do hediondo, no processo pela combinação da eficiência, consenso e protagonismo midiático, é preciso conceber os mecanismos próprios deixados pelo legado autoritário que acabam por tornar inócuas certas novidades e ao mesmo tempo expandem geometricamente outros aspectos desse espírito punitivista. A guerra às drogas não precisou de medidas para facilitar, por exemplo, o acesso das polícias às residências, como as *no-knock laws* nos Estados Unidos –a exigência de mandado judicial para a busca e apreensão por aqui é quase tão exótica e inócua quanto a existência de uma taxa limite de juros fixada pela Constituição.

Nesse particular, uma distinção importante em relação ao fator juiz: diferentemente dos exemplo do common law em que a virada punitiva reduziu enormemente a discricionariedade do juiz, criando limites então inexistentes e, assim, expandindo radicalmente as penas (especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido), por aqui, os juízes ajudam a impulsionar o Estado policial por conta própria, sobretudo, com a omissão de um controle constitucional sobre legislações draconianas, da mesma forma como historicamente se omitiram acerca da violência policial. A aplicação da nova lei de drogas é paradigmática: pensada como uma forma de distinguir a criminalidade e reduzir a prisionalização do micro-traficante, a práxis forense a levou para a direção exatamente oposta, colocando o tráfico na ponta de lança do grande encarceramento.

Tomando emprestada uma chave de leitura trazida por Herbert Packer ao final dos 1970, para compreender os tipos ideais de processo, seria algo como concluir que enquanto nos Estados Unidos e Europa a guinada punitiva acelera a transição do *due process* para o *crime control*, no Brasil, permanecemos firmemente com o *due process* inscrito em nossas leis e ao mesmo tempo o *crime control* marcando nossa atuação concreta.

E os reflexos dessa atuação são exatamente o que pretendemos mostrar ao nível micro, através da pesquisa de campo realizada com sentenças de tráfico de drogas na Justiça Estadual de oito unidades diferentes da Federação. É possível constatar o quanto os juízes relutam em aplicar a parte benéfica da nova lei de drogas e, ainda, o tanto que resistem à aplicação dos paradigmas mais liberais dos tribunais superiores, ao mesmo tempo em que cedem praticamente sem resistência a tarefa primordial de recolha da prova aos policiais civis e militares, cujas versões acolhem de forma quase absoluta.

3.

Para mediar esses distintos âmbitos da produção do encarceramento, o suporte teórico é dado por dois conceitos, cujo desenvolvimento e vinculação aos estudos de criminologia se devem a um mesmo autor, o sul-africano Stanley Cohen. No **Capítulo 3**, abordamos o pânico moral. Na célebre definição de Cohen, “*Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas surge para se definir como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de maneira estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação de massa; as barricadas morais são ocupadas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de pensamento conservador; especialistas socialmente credenciados pronunciam seus diagnósticos e soluções*”⁶. Ao trabalho, nos interessa conhecer não apenas a dinâmica (quem age, como age e porque age), como os seus reflexos, a amplificação do desvio como combustível para o agigantamento do controle social.

No **capítulo 4**, estudamos os estados de negação, para compreender como se dá a situação dúbia de perpetradores e, especialmente, observadores, no sentido de conhecer e ao mesmo tempo desconhecer as atrocidades praticadas pelo Estado sobre seus próprios habitantes. Apuramos, sobretudo, os mecanismos empregados para assentar o

⁶ **Folk Devils and Moral Panics**, p.1.

desconhecimento ou, quando não, restringir ou minimizar os efeitos das verdades mais incômodas.

Como veremos, há entre eles uma articulação possível: se de um lado o pânico moral expressa o *overreaction*, com que a mídia e os agentes do controle hiperdimensionam as narrativas de um crime ou de um conjunto de crimes, agigantando artificialmente os grandes riscos à sociedade aí envolvidos, o estado de negação expressa o *underreacting* acerca de atrocidades que são ao mesmo tempo tão públicas quanto desprezadas. Um olhar severo sobre riscos à sociedade por desvios; um olhar incauto acerca dos perigos da repressão.

No âmbito macro, procuramos traçar a incorporação do pânico moral como um dos instrumentos do populismo penal, alardeando a sociedade e produzindo o medo que justifica a ampliação das medidas coercitivas; de outra parte, correlacionamos a negação com o nosso próprio legado autoritário, que invisibiliza e, assim naturaliza, a violência policial, incorporando os juízes acriticamente no rol dos cumpridores da ordem.

Creemos que o populismo penal, presente e atuante na virada punitiva, por aqui se soma ao legado autoritário, que inviabiliza ao longo da história, todas as possibilidades de limitação aos instrumentos e instituições de controle, e que distingue, sobretudo, os traços do nosso grande encarceramento.

No âmbito micro, essa soma se desvela no cotidiano das sentenças de tráfico, que será o objeto do **Capítulo 5**, dedicado à reprodução dos dados da pesquisa de campo. Pânico moral como indutor de uma gravidade intensa, típico de uma generalização das decisões, a gravidade abstrata que se fundamenta no próprio tipo. É o que se motiva na maior parte das penas acima do mínimo, e a negação contínua de minorantes legalmente estatuídas, bem ainda reforçam a prisionalização provisória. O estado de negação, por outro lado, é o que permite que os juízes aproveitem, de bom grado a prova produzida pelos policiais, sejam os depoimentos que acolhem sem ressalvas, sejam os elementos do inquérito que aproveitam sempre que os dados colhidos em juízo se mostrem pouco consistentes. Enquanto o réu-trafficante é visto como um inimigo público, feroz e incorrigível, mergulhado indistintamente no estereótipo do *folk devil*, como a exata dinâmica que se reproduz no pânico moral, do outro lado, o policial é recebido no processo como um servidor de fé pública, íntegro e honesto, presumindo-se verdade absoluta em seus atos e declarações, ignorando-se completamente o quadro de altíssima concentração de violência e outras tantas perversões, em uma situação de coletivo desconhecimento que se identifica com o estado de negação.

Só assim é possível de forma confortável terceirizar a prova de uma infração supostamente tão relevante.

4.

Por óbvio, o trabalho se desenvolve sem escamotear as contradições que as questões teóricas e empíricas nos apresentam.

Pânico moral é trazido como um elemento consolidado, sobretudo, pelo exaustivo trabalho de Stanley Cohen em **Folk Devils and Moral Panics**, sem prejuízo de agregar outras visões que dela se apartam ou complementam. Assim, ao lado desta inestimável microfísica do pânico moral, no qual a descrição do processo é o elemento central, agregam-se a análise dos requisitos do conceito, pela respeitada elaboração da dupla Goode-Ben Yehuda e, por fim, o timbre ideológico costurado por Stuart Hall e seus colegas de Birmingham –bem ainda as críticas que se formulam em prol da atualização ou do abandono do conceito. O estudo se presta, também, a discorrer sobre as características e a instrumentalização do pânico moral na elaboração do populismo penal.

A negação é importada pelas classificações de Cohen, menos por uma visão psicanalítica capaz de a explicar, e mais pela descrição sociológica dos mecanismos empregados para ocultar ou justificar a omissão no repúdio ou censura das atrocidades. Mas aí também agregamos as experiências de psicologia social de desumanização e desindividualização que são reportadas por Zimbardo, essenciais para compreender o distanciamento que é um importante combustível para as atrocidades do dia-a-dia. O capítulo se presta, por fim, para iluminar os reflexos do legado autoritário no sistema processual, do qual a precocidade da prisão e o inabalável prestígio dos elementos do inquérito sobrestam o nascimento e vida da presunção de inocência, com o quê os juízes se atém muito mais ao controle da ordem do que propriamente ao resguardo da lei.

Da mesma forma, a pesquisa de campo vai encontrar as diversidades regionais que acabam por propugnar em um país marcadamente unitário em sua legislação, a federalização da jurisprudência, no caminho reverso da nacionalização que se pretendeu com a reforma do Judiciário.

5.

O estudo não se pretende dogmático do ponto de vista jurídico, muito embora algum percurso por entre conceitos penais e processuais acabe por ser imprescindível. Tampouco se pretende formalmente um estudo jurisprudencial –as decisões aqui expostas não têm como objetivo denotar um marco de correção ou alguma espécie de paradigma. Antes, o que nos ocorre é proporcionar a compreensão de seus pressupostos e, sobretudo, de seus limites. Muitas das fontes pesquisadas estão, inclusive, na esfera do jornalismo –afinal, pânico moral é, sobretudo, um estudo preferencialmente dedicado à mídia. Tais como as sentenças, a reprodução dos relatos jornalísticos não visa, propriamente, a reconstrução de verdades, se não de símbolos, posturas, processos.

O enfoque do trabalho é, fundamentalmente, criminológico, para produzir, como sugere Lola Aniyar, “*um olhar com distanciamento e em perspectiva do próprio direito penal*”⁷. Com a premissa de questionar a legitimidade dos processos de criminalização e não as causas pessoais, clínicas ou sociais da formação do criminoso, assume-se que o objeto de pesquisa tem seu lastro fincado nos fundamentos da criminologia crítica, que, nas palavras de Alessandro Baratta, não vê a criminalidade como “*mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um status atribuído*”⁸. Não se pretende buscar as causas que levam ao uso, guarda e comercialização das drogas ilícitas, mas escrutinar as premissas de que se partem para a extensa criminalização dessas condutas⁹ que, mais do que nenhuma outra figura típica, vem turbinando, nas últimas décadas, os índices de aprisionamento e a construção de sua seletividade. Faz parte do estudo, por exemplo, a questionável aposta criminológica dos juízes nos objetivos de dissuasão, constantemente presentes nas fundamentações da aplicação da pena, de seu regime de cumprimento e ainda do contumaz emprego da prisão provisória.

⁷ **Criminologia da Libertação**, p. 118.

⁸ **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**, p. 161

⁹ No dizer de Vera Andrade: “(...) quando o enfoque macrossociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social, em especial para o processo de criminalização, que o movimento crítico assume sua maturação na Criminologia, que se movimenta de uma teoria da criminalidade para uma teoria crítica e sociológica do sistema penal.” **Pelas mãos da criminologia**, p. 92.

O trabalho não se pretende puramente descritivo; ao revés, o conhecimento tem, aqui, um sentido de transformação. Afastar a ideia de que os juízes sejam, de alguma forma, lenientes para com a punição do tráfico de drogas; apontar a insuficiência dos fundamentos que assinalam a gravidade com que os juízes encaram o crime; questionar a fragilidade do arsenal probatório com a adesão irrestrita aos elementos da ordem e, em especial, conhecer os efeitos que essa adesão causa à própria independência judicial. Não é o caso de demonizar a atividade jurisdicional; antes, prestigiá-la, afastando-a dos malefícios que a intransigente defesa da ordem lhe provoca: a perda da função de controle e, por consequência, o esvaziamento do imponente papel que o Estado Democrático lhe reserva, como garantidor dos direitos: enfim, compreender que o juiz que só encarcera, encarcera-se a si mesmo.

6.

Por fim, uma explicação de um pesquisador nativo, em busca de dirimir eventuais conflitos de interesse.

Por mais que tenha conhecido, por dentro, o trabalho da justiça em quase três décadas de militância profissional, é o olhar externo que permite melhor compreender as posturas típicas dos juízes, hábitos linguísticos, modelos pré-concebidos ou perversões de análise. Ver as sentenças em seu conjunto ajuda a entender os mecanismos da produção. Não nos colocamos neste trabalho como críticos de outros, até porque só a visão de um repertório significativo de decisões nos permite ter percepção crítica acerca de determinados comportamentos, posturas ou teses que, pelo consenso ou pela habitualidade, os operadores normalizam sem perceber as dissociações com a realidade ou o direito. Jamais pretendemos, portanto, nos excluir dessas observações críticas, como se fossem dirigidas apenas a *elas*.

As sentenças foram extraídas de forma pública do mesmo acervo a que cidadãos têm acesso pelos sítios dos tribunais, mais ou menos amigáveis para a consulta. De outro lado, para valorizar apenas o conteúdo, as decisões não são identificadas e dos trechos transcritos foram eliminados nomes e referências geográficas desnecessárias. No apêndice deste

trabalho, todavia, acompanham o questionário a que as sentenças foram submetidas e a identificação numérica de cada um dos processos nos quais foram lançadas.

Considerando que os textos guias não tem edições traduzidas e os artigos que com eles dialogam tampouco, optou-se, considerando o elevado volume de referências em língua estrangeira, por providenciar traduções livres às citações, sem a reprodução integral destas em língua original.

CONCLUSÃO

1.

Os modelos que estudaram o grande encarceramento moderno são insuficientes para compreendê-lo, tanto mais traduzi-lo para as causas e circunstâncias do nosso próprio encarceramento.

Duas circunstâncias explicam a insuficiência.

A primeira, o fato de que, efetivamente, não se qualificavam para explicar todos os encarceramentos, de distintas feições e diferentes dimensões, dado que as realidades históricas e sociais dos países em muito pouco se assemelhavam. Algumas críticas pelo caminho apontaram, por exemplo, motivos particulares para a diferença entre os patamares prisionais de Estados Unidos e Itália, englobando desde a natureza mais indulgente da religiosidade italiana, até as marcas recentes do fascismo; ou a distinção entre o patamar norte-americano e o japonês, pela resistência conservadora dos operadores às mudanças jurídicas.

A sugestão de Wacquant, portanto, que o modelo norte-americano houvera se difundido mundo afora foi razoavelmente contrastada. Não apenas porque o modelo esbarrou em particularidades estrangeiras, mas porque também ele estava supervalorizado em relação a suas próprias particularidades. Chamamos atenção aqui para dois pontos de discussão do modelo norte-americano: a existência de uma maior submissão à lógica populista pela federalização (que foi levantada por John Pratt, com base na obra **Harsh Justice**, de James Whiteman) e a aderência ao dilema do prisioneiro, prestigiada pelas disputas majoritárias em seu bi-partidarismo, pelo qual um partido se sente obrigado a endurecer a política criminal, sob pena de sair derrotado na eleição pelo outro (articulada por Nicola Lacey).

De todo o modo, basta, para nós, compreender que o modelo do esvaziamento do welfare state ou da mudança cultural com a falência do fordismo, não pode ser incorporado da mesma forma sob situações materialmente distintas. E que, portanto, os modelos que estudaram o grande encarceramento não são necessariamente gabaritos, em especial para as realidades mais díspares –como atentou Jonny Steimbrg, discorrendo acerca das limitações da reprodução da genealogia da virada punitiva proposta por Garland em relação às estruturas sul-africanas, marcadas pelo legado da divisão racial, da construção tardia do welfare state e de mecanismos punitivos informais. Colin Sumner resume a situação enfocando a inviabilidade da teoria do replay: *o desenvolvimento dos países centrais não é o futuro do desenvolvimento dos periféricos, inclusive porque o desenvolvimento dos países centrais foi obtido com o subdesenvolvimento dos outros.*

Mas a segunda circunstância talvez seja um pouco mais importante para a relativização dos grandes modelos: no âmbito penal, as mudanças políticas podem não significar tudo, ou seja, os paradigmas e valores não são refletidos necessária e integralmente pelos operadores na ponta do sistema. Aí reside um ponto de partida para um trabalho que exige uma sintonia fina maior do que apenas a análise do ambiente macro.

Importa dizer, por exemplo, e isso é um dos pontos que baliza este trabalho, que não existe uma correlata e instantânea percepção pelos juízes das mudanças sociais ou políticas, nem mesmo a segurança de que o sentido e o ritmo destas mudanças serão fielmente observados. Falar em uma penologia neoliberal, portanto, depende de que os novos paradigmas sejam compreendidos, aplicados ou mesmo, se o caso, excepcionados pelos juízes, o que só acontece, todavia, dentro de lógicas particulares, que não são exatamente as mesmas que a macro-análise sugere.

A postura dos juízes brasileiros, por exemplo, com a recepção da nova Constituição Federal em 1988 foi muito resistente ao cipoal de garantias que emolduraram o texto –a aplicação dos princípios penais com um sentido limitador ao próprio legislador, que se acostumou a chamar de hermenêutica constitucional, foi gradativa e apenas parcial nas três décadas que nos separam da promulgação. E hoje, pode-se dizer que é uma espécie de garantismo que, mal nasceu, já se encontra praticamente em extinção.

Um exemplo mais longo foi o que trouxe Ingo Muller a respeito da forma como os juízes alemães recepcionaram a República de Weimar, com restrições que levaram a o país a facilitar a aposentadoria das autoridades que não se compatibilizassem com a nova ordem

republicana –muito embora teriam se amoldado sem aparas ao nazismo. E ainda criação do Tribunal Constitucional Espanhol, como órgão exterior e superior ao Poder Judiciário, em 1978, para superar, na transição à democracia, um poder quase que integralmente formatado nas entranhas do franquismo.

Há um sentido de adesão, mas outro de resistência, na atuação dos juízes, de modo que as alterações políticas podem explicar menos do que se supõe –inclusive como consequência de mudanças legislativas. Foi assim que, de certa forma, o aprisionamento referente ao tráfico de drogas cresceu com a Lei 11.343, de 2006, quando os objetivos e as expectativas eram de redução, ao menos em relação ao microtráfico. A mudança legislativa não só não foi suficiente para estancar o crescimento das prisões dos pequenos traficantes – ou das situações limítrofes entre o comércio e o uso- como ainda o impulsionou fortemente. A pesquisa de sentenças que aqui se apresenta deixou clara a aguda proporção do microtráfico entre os processos julgados na Justiça Estadual, bem ainda a hesitação dos juízes na aplicação da forma privilegiada do tráfico e dos padrões de aplicação de pena menos gravosos que se consolidaram no STF. Em resumo, os juízes aplicaram, objetivamente, o acréscimo de pena-mínima de 3 para 5 anos, mas, no momento de avaliar subjetivamente o merecimento do privilégio, que reduziria a pena dos primários que não fazem parte de organizações criminosas em até 2/3, impuseram toda a forma de obstáculos.

A situação não chega a ser propriamente uma novidade. Em 1996, alterou-se o artigo 366, do Código de Processo Penal (Lei 9.271/96), para exigir prova do contraditório efetivo (citação pessoal do réu ou nomeação particular de defensor), para a viabilidade do processo, sem o que, ele seria suspenso. Muitas prisões em flagrante passaram a ser mantidas pelos juízes até a citação pessoal, sob o pretexto de diminuir o risco de revelia e assim evitar a suspensão processual. Ou seja, a exigência de uma maior amplitude de defesa pode ter provocado o efeito colateral da redução da presunção da inocência, por mais contraditório que pareça. E mesmo na recente alteração das medidas cautelares (Lei 12.403/11), que se supunha capaz de reduzir drasticamente o volume de prisões provisórias, ao fim e ao cabo, ressuscitou entre os juízes a exigência da fiança e difundiu a tornozeleira eletrônica, que acabaram tornando-se condições que impuseram mais restrições à liberdade provisória do que propriamente à prisão preventiva.

Se é certo que a alteração legislativa não tem o condão de se reproduzir necessariamente na ponta da operação, ou seja, na aplicação pelos juízes, o trabalho assinala

ainda que nem mesmo a construção de paradigmas do próprio Supremo Tribunal Federal consegue esse resultado. As sentenças mostram de forma contundente a resistência de difusão das jurisprudências que, de certa forma, amenizavam o rigor punitivo da legislação anti-drogas. Em níveis diferenciados regionalmente, é certo, mas importa ressaltar que o maior Estado da Federação, por onde transitam um volume equivalente a mais de um terço dos processos (e dos presos), a fixação de regime diverso do fechado, como assinalou o STF, é praticamente inexistente.

Por este motivo, não são vãs as advertências de Roger Matthews, cético quanto aos verdadeiros efeitos da penologia neoliberal, pela necessidade do estudo dividido entre *estruturas* e *agências*, bem ainda a constatação de Maximo Sozzo, de que mesmo os regimes, como denomina, *pós-neoliberais* da América do Sul (Brasil, Venezuela, Equador, Uruguai e Bolívia) também encarnaram suas *viradas punitivas*, indicando que as referências políticas e econômicas não são suficientes para compreender os movimentos penais –por isso, portanto, é preciso mergulhar no estudo dos agentes do sistema.

Nosso trabalho se empenhou na tentativa de compreensão do fator juiz; mas não há dúvida de que outros estudos seriam relevantes para a compreensão mais ampla dos processos de encarceramento, como, por exemplo, o fator polícia. Entre nós, dado o altíssimo volume da violência policial, teríamos de compreender que o encarceramento é a segunda etapa da repressão, destinada aqueles que sobreviveram ao primeiro e contundente embate.

Enfim, a diversidade dos desenvolvimentos históricos e as condições materiais distintas, portanto, impedem o acolhimento generalizado dos modelos que pensaram o grande encarceramento, sobretudo nos Estados Unidos e Inglaterra; de outra parte, a exclusividade das alterações políticas não explica, necessariamente, as operações que produzirão, no cotidiano forense, as mudanças na gerência do sistema penal. Apesar disso, os modelos que estudaram a formação de um encarceramento em massa trouxeram importantes subsídios que nos ajudam a compreender tais movimentos e é por esse motivo que iniciamos nosso trabalho com a apresentação destas teses. Cabe, neste momento, todavia, analisar em conjunto sua contribuição.

2.

O modelo de Wacquant, por exemplo, desvela um importante veio de comunicação entre o neoliberalismo e o Estado policial que, à primeira vista, poderiam parecer contraditórios entre si. Como justificar o agigantamento dos órgãos repressivos dentro de uma filosofia de redução do Estado? De um lado, Wacquant revisita o campo burocrático de Bourdieu, para justificar as disputas intestinas que se movem no corpo do próprio Estado, até concluir que a repressão é um elemento indissociável do neoliberalismo, sobretudo como mecanismo de substituição dos incentivos sociais do welfare state. De outro, uma análise orçamentária aponta que os gastos previdenciários foram efetivamente substituídos pelas despesas penitenciárias. O direito penal assume, portanto, a nova gestão da pobreza.

As peças se encaixavam tão bem, que pareceu irreal que a solução pudesse ser tão simples –e ao mesmo tempo, tão universal. E, de fato, não foi. O estratosférico crescimento prisional norte-americano, que chegou a ultrapassar dois milhões de presos, não se fez repetir, imediatamente e nem nas mesmas dimensões, em outros cantos.

Mas o fato é que não se pôde compreender as estruturas do sistema penal e do Estado democrático como um todo, sem mensurar o impacto que neles refletiu este moderno e poderoso rearranjo do capitalismo. As garras do neoliberalismo estão muito além da redução dos compromissos estatais ou a incorporação do modelo empresarial pautado na eficiência, dirigido à máquina pública. O neoliberalismo não pode ser visto, exclusivamente, como um atributo de redução ou desaparecimento do Estado –e nesse ponto, o estudo de Wacquant trouxe importantes subsídios que vêm sendo desenvolvidos.

É o caso, por exemplo, dos estudos mais recentes de Dardot e Laval, enfocando a estrutura neoliberal não reduzida a seu caráter econômico (mas tampouco, traduzida no sociológico de Wacquant). O resgate que propõem é de Foucault e o conceito de governamentalidade: mais ainda do que uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo é uma racionalidade que estrutura e organiza a ação de governantes e governados. Em resumo, uma lógica de empresa na qual mergulham não apenas o Estado e seus braços, como as próprias subjetividades dos indivíduos, reduzindo drasticamente o espaço da cidadania.

Garapon, a seu turno, buscou explicitar o impacto desta nova governamentalidade no Judiciário, também inserido nas dinâmicas da eficiência, com aumento das transações, como o *plea bargain* e a remuneração de testemunhas, e o que chamou de tratamento de casos penais em tempo real.

Entre nós, Rubens Casara vem desenvolvendo as consequências da nova racionalidade de um Estado Pós-Democrático, o que *se põe abertamente a serviço do mercado, da geração de lucro e dos interesses dos detentores do poder econômico*, fincando, sobretudo, no esgarçamento dos limites que o liberalismo do século XVIII havia construído. A democracia não desaparece, mas perde seu conteúdo.

A ideia de encarceramento como forma de lidar com o disfuncional -ou o contingente que deixa de ser aproveitado pelo novo desenho dos mercados de trabalho, um dos fundamentos do estudo de Wacquant, permanece, portanto, íntegro, e não pode ser descartado entre as causas que vitaminam o encarceramento. Mas, de fato, não se afasta também a desfuncionalidade de um sistema prisional gigante, que tem provocado especialmente nos Estados Unidos movimentos mais recentes de contenção, seja pelo Executivo (em proposições de atenuação da fiscalização ou julgamento dos casos de tráfico de drogas), seja pelo Judiciário (com a famosa decisão que envolveu o caso Brown x Plata, em 2011, com a consequente determinação da redução do encarceramento no Estado da Califórnia).

Esses eflúvios mais modernos de limitação, é bom que se diga, não chegaram ainda às nossas praias, fazendo com que o Brasil se mantenha não apenas como um dos líderes da população prisional em números absolutos, como ainda entre aqueles países em que o crescimento prisional, inclusive a taxa relativa de encarceramento, permanece fortemente em alta. Nada indica que isso possa se alterar em futuro próximo.

A descrição histórica mais precisa da transição para o neoliberalismo, todavia, encontramos no trabalho do grupo de Birmingham, Stuart Hall à frente. O desgaste que as crises do capitalismo promoveram no final dos *trinta anos gloriosos*, em que se acumularam recessão, crise energética, queda dos salários, greves de serviços essenciais, enfim, paulatinamente convergiram para uma mescla de livre mercado e estado policial que, à primeira vista atribuíram ao *thatcherismo* (como a combinação entre uma nova disciplina de mercado e a recuperação dos valores tradicionais do *toryismo*), mas que, como se pôde ver, apresentou-se com certa universalidade após. A explicação é pertinente, no que respeita ao

retorno de valores morais e anticomunistas no bojo de uma situação de menor segurança: *a recessão econômica abria espaço para o retorno do conservadorismo mais agressivo: um libelo pelo patriotismo, pela família, e contra a permissividade da sociedade.*

De certa forma pode nos servir de guia para um momento em que a transição aqui se avoluma. Não à toa, propostas que congelam os gastos sociais, desmontam a legislação trabalhista e aumentam o foco da repressão, correm em paralelo entre nós, como braços de um mesmo projeto. Para Hall, ademais, o fortalecimento dos espaços de coerção tem como finalidade reconstruir a hegemonia esgarçada, razão pela qual confere enorme relevância aos expedientes do pânico moral, cuja importância para a compreensão do fator juiz também entendemos imprescindível.

Entre as combinações diversas do neoliberalismo e o neoconservadorismo (hoje já pode falar no neoliberalismo e o fundamentalismo, forjando regimes liberais-autoritários), existe um importante ponto de contato epistêmico, que é a recuperação da responsabilidade individual. Uma contraposição à ideia de responsabilidade da sociedade, como bem frisado no trecho do discurso de Reagan que reproduzimos no corpo do trabalho: *É mais do que evidente que a essência do nosso problema de criminalidade foi provocada por uma filosofia social que concebia o homem, primordialmente, como uma criatura de seu ambiente material.*

A valorização da responsabilidade individual tanto é uma decorrência da perda da ideia do Estado paternalista e cuidador (que projeta o esvaziamento da função de ressocialização da pena) como o impulsionador do direito penal do inimigo (projetando a pena a seus limites máximos, para contornar uma suposta ineficácia do sistema).

Garland e Young, a seu turno, enfatizaram, em seus modelos, a importância da mudança cultural, provocada pelo fim do fordismo e suas consequências (alteração de postos de trabalho, de residência, de laços familiares), como elemento essencial para a configuração do modernismo tardio (Garland), ou excludente (Young). Olhando de baixo para cima, ambos enfocam o crescimento da criminalidade como um dos fatores determinantes para os padrões de encarceramento. Para Garland, o medo e a insegurança vitaminaram a derrota do debate político; as críticas à esquerda às insuficiências da ressocialização acabaram por convergir com uma proposta ainda mais conservadora, que sepultou, de vez, o previdenciário penal. Para Young, serviu de alerta para distinguir a posição realista, a de *levar o crime a sério*, sobretudo, porque ele seria cometido preferencialmente intra-classes,

de modo que as vítimas não teriam perfil muito diverso de seus autores. O erro da direita, para Young, é desprezar as mudanças econômicas como causa do crescimento da criminalidade; o da esquerda é desprezar o crescimento da criminalidade para o encarceramento.

Garland é essencial para compreender a dinâmica da cultura do controle que se forma, pela adesão das pessoas ao anseio de segurança (que, portanto, não se exerce apenas como uma imposição, de cima para baixo), como o desgaste do conhecimento técnico que é superado pelo senso comum e o difundido midiaticamente. O esvaziamento do valor do especialista é um ponto relevante, não apenas para compreender o populismo na formulação de políticas públicas (menos ciência e mais propaganda) como ferramenta para explicar a própria atuação dos juízes. A corrosão pelo senso comum é um importante condimento do pânico moral, pela difusão de crenças generalizadas, muitas vezes, em completa desconformidade com a realidade dos fatos, inclusive no meio dos agentes de controle – principalmente entre eles, em certos casos, como diagnosticaram Ana Regina Noto et al, em sua pesquisa sobre drogas na mídia: *A ênfase emocional estampada nos artigos jornalísticos é outro fato que merece atenção, principalmente por ter sido observada com maior frequência nos textos de especialistas que lidam com a questão no seu cotidiano.*

Na transformação cultural de que relatam Garland e Young, no acréscimo das inseguranças, no entanto, não se está contabilizando o tanto que a profusão dos pânicos morais pode ter contribuído. Ou, na gramsciana linguagem adotada por Hall e parceiros, para compreender que a extensão da insegurança (a *angústia da modernidade tardia*, no dizer de Garland) pode ser também uma consequência dos esforços de reparo da hegemonia rompida.

Por fim, a crítica do realismo de esquerda se impõe no sentido de que a negação do crime e de suas consequências podem, de fato, enfraquecer o discurso crítico para a disputa de políticas públicas na área da segurança e, com isso, abrir extenso caminho para o predomínio das visões administrativas e gerenciais. Mas, é de observar que, a *contrario sensu*, a história demonstra que as concessões ao pragmatismo têm levado à adesão a políticas mais severas, seletivas e punitivistas. O exemplo do governo Clinton, nos Estados Unidos, e mesmo, como observou Sozzo, os *pós-neoliberais* na América do Sul, indicam que o populismo penal virou moeda de uso corrente, tanto à esquerda quanto à direita, esvaziando o sentido de limitação do poder de punir como tarefa primordial do direito e processo penal. Pelos resultados das últimas eleições por aqui, não se acredita, ademais, que

os setores mais críticos pudessem chegar a discursos pragmáticos que aplacassem, de alguma forma, a sanha punitivista. Há um certo conluio entre a crítica à ciência e assim à intelectualidade e o desenvolvimento eleitoral de um nacionalismo fundamentalista, apegado à recuperação de valores morais ou religiosos e a uma suposta recuperação da autoridade. O momento é talvez o mais difícil para a contenção do apego populista.

Já os estudos de Simon e Alexander tem, em comum, o detalhamento dos mecanismos de reprodução do punitivismo e, de certa maneira, compreendem uma transição com o estudo das agências. Nos dois casos, observa-se a preocupação com a expansão do Ministério Público como o poder proeminente, o que controla sem ser controlado e se divide, como uma instituição peculiar, entre a advocacia coletiva da sociedade (na judicialização das expectativas que o Estado abandonou) e a absorção do papel criminal do vingador social.

Este talvez o ponto central que mais auxilia a compreensão do encarceramento brasileiro que, recentemente, tem incrementado seus mecanismos de negociação (como a transação, colaboração premiada e acordos de leniência) e está em claro movimento de transição para este hiper-empoderamento do Ministério Público. Simon constata que este crescimento sucedeu, e de certa forma sufocou, um momento anterior de amplo prestígio do Judiciário norte-americano, haurido, em especial, no desmantelamento da legislação segregacionista. Tal como a luta contra a pobreza foi substituída pela luta contra o crime, o Judiciário dos direitos civis foi substituído pelo pujante e repressivo Ministério Público.

Os riscos dessa importação estão cada vez mais palpáveis quando se vê que da popularidade amealhada na Operação Lava Jato se pretendeu, sem maiores discussões, a construção de uma espécie de Código de Processo formatado exclusivamente aos olhos da acusação (as chamadas 10 Medidas contra a Corrupção), no qual o pilar de sustentação filosófico é a compreensão de que os fins justificam os meios e que a lei não deve se tornar um obstáculo para a apuração criminal. Ao esvaziar o sentido da lei, como por exemplo, tornando mais complexa a declaração de nulidades, esvazia-se ao mesmo tempo a função do juiz, de quem também se pretendeu amputar competências cautelares e a quem se postulava impor a regra da preclusão. A continuação da importação desse projeto se foca, agora, nas propostas de incorporação do *plea bargain* ao processo brasileiro —a despeito das inúmeras e contundentes críticas de sua aplicação no sistema norte-americano. Conhecer, portanto, os efeitos da sobrevalorização do Ministério Público e da justiça negociada no exterior, tende

a ser uma tarefa primordial entre nós, se não a explicar os movimentos do passado, a antecipar os desvarios do futuro.

Metodologicamente, observa-se, o modelo de Simon se centra na recuperação da noção foucaultiana de governamentalidade e, tal qual tivemos a condição de explicar, preocupa-se mais com a formatação institucional do governo, sustentado pela preocupação com o crime, com a vítima como epicentro, do que propriamente com as causas que levaram a esta situação; o neoliberalismo, portanto, não é um protagonista neste estudo.

Michelle Alexander, por fim, apresenta o estudo mais próximo de um compartilhamento entre a visão de estrutura e a dos agentes, na construção conjunta do encarceramento em massa, sob a ótica da segregação racial. Se é certo que de seu ponto de partida, a lei e a ordem nascem exclusivamente como instrumentos para debelar a luta pelos direitos civis, e retomar a segregação nos tempos de *neutralidade racial*, de outra parte compreende que os agentes, no caso um Ministério Público que se empodera e um Judiciário que se omite, são compreendidos como instrumentos essenciais. Imprescindíveis à aplicação do sistema de gaiola a que se refere: as barras que limitam, apenas em conjunto, a mobilidade do pássaro ali custodiado. Não basta que haja uma legislação indiretamente segregacionista ou uma polícia fortemente racista; o sistema só funciona na medida em que promotores e juízes também nele estejam inseridos.

Para os efeitos do encarceramento brasileiro, portanto, o modelo ilumina, sobretudo, a centralidade e a seletividade da guerra às drogas como forma de definir o perfil populacional. Tais fatos também decorrem de nossas estatísticas que relacionam crime de drogas e crescimento do encarceramento. A formatação do perfil prisional é, de certa forma, também captada por nossa pesquisa de campo: a seletividade demonstrada nos processos pesquisados é consequência direta da opção preferencial pelo pobre, evidenciado, sobretudo, pela desproporcional atuação policial na repressão a partir da vigilância da rua. O aumento das penas e um maior engajamento policial na guerra às drogas também vem tornando o encarceramento brasileiro paulatinamente mais feminino –mantendo e aprofundando, todavia, a sobrerrepresentatividade negra nos cárceres.

Portanto, ainda que os modelos apresentados sejam insuficientes por si só para compreender causas e consequências do encarceramento brasileiro, apresentam importantes subsídios para nortear a nossa pesquisa.

3.

O segundo aporte teórico do trabalho adveio da necessidade de compreender as decisões que estavam sendo colhidas na pesquisa de sentenças. É, por assim dizer, um aporte teórico apto a funcionar como chave de leitura, apreendido a partir do próprio objeto.

Como pudemos descrever no conjunto dos resultados da pesquisa quantitativa, duas disparidades despertavam atenção: a-) o caráter relativamente frágil das imputações e as consequências desproporcionalmente severas; b-) a gravidade com que os juízes lidavam com as acusações de tráfico e a precariedade do instrumental probatório.

Há muita incerteza na caracterização do tráfico de drogas, seja pela imprecisa distinção fornecida pela lei entre os delitos de posse para uso e porte para mercancia, e a ausência de critérios razoáveis delineados pela jurisprudência, bem ainda um conjunto notadamente frágil de elementos de prova, quase que exclusivamente em duas ou três testemunhas, com rápidos e breves relatos, e praticamente só de agente policiais. Não se tem um volume considerável de investigações mais profundas, tampouco subsídios consistentes a partir de provas técnicas. Ainda assim, a conotação do tipo e a envergadura dele por ter sido alocado como infração equiparada a crimes hediondos, incrementa fortemente a resposta penal. Tal como uma areia movediça, é um terreno pouco claro e preciso, mas com a projeção de uma força incontável apta a tragar quem por ele é colhido.

O que a pesquisa de campo nos mostra, em termos quantitativos, é, em primeiro lugar, o perfil dos processos de tráfico de drogas que os juízes estaduais julgam.

Os réus, em sua expressiva maioria (não menos de 2/3), são hipossuficientes; ou necessitam do Estado para suas defesas (seja com Defensor Público, seja com defensor dativo), ou têm profissões de baixa remuneração reconhecida e trazem consigo, ou tem apreendido em suas residências, valores diminutos em dinheiro. Em grande medida, os processos derivam de prisões em flagrante, vigilância de rua ou a partir de breves informações anônimas. A investigação policial é diminuta; um trabalho mais profundo com

prévio mandado de busca e apreensão, interceptações telefônicas ou quebras de sigilo, raras exceções. Em sua grande maioria os réus são primários (quase 80%), a taxa de denúncia por associação é baixa (e a condenação ainda menor) e mesmo a coautoria é minguada: média de 1,52 réus por processo com mais de 70% dos processos com apenas um réu. Um em cada oito prisões é feita com apreensões de balança de precisão; menos de 7% dos casos ocorre apreensão de arma de fogo.

Não é pouco, pois de certa forma, contradiz a expressividade do crime com que os juízes tratam o tráfico de drogas. Embora seja tida como a porta de entrada da macro-criminalidade, o delito responsável pela articulação dos outros crimes, enfim repositório da grande violência urbana, como se expõem nas fundamentações transcritas, os processos em si repousam em apreensões de quantias relativamente modestas de droga (medianas respectivamente de 66,1g de maconha, 30,66g de cocaína e 13,36g de crack), com 56% a 75% de apreensão das pequenas porções. Mesmo nas grandes apreensões -a pesquisa seleciona as vinte incidências acima de 10kg de droga (2,5% do total)- o panorama de investigação não é muito superior: pouca apreensão de dinheiro, pouca co-autoria e a maioria de réus primários, responsáveis pelas tarefas mais comezinhas, como a guarda ou o transporte da droga.

A despeito desse panorama aparentemente atenuado das infrações, o trato judicial não espelha essa fragilidade. A prisão em flagrante é comumente convertida em preventiva (por volta de 90%); a prisão provisória durante o processo é uma regra –a liberdade provisória, exceção. E a prisão cautelar muitas vezes se converte em uma pena em si mesmo –nos vários casos em que ao final do processo não existe determinação de cumprimento de pena no interior do sistema prisional. Todas as medidas de sanção são expressivas: as penas-base no mínimo são em apenas 52%; há toda uma forma de driblar a pena mínima (aplicando processos em andamento não como maus antecedentes, vedados por súmula do STJ, mas como indicativos de *desvios de personalidade*; aumentando-a pelo volume, ainda que sem critérios, ou pela natureza da droga, com uma perspectiva de senso comum); a forma privilegiada é subutilizada (44% de aplicação e só 20% de aplicação no fator máximo, ou seja 2/3), o que prejudica enormemente a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, em face da dimensão da pena (ademais da negativa de aplicação das restritivas com base em argumentos de juridicidade questionáveis, em muitos casos). Os regimes iniciais de cumprimento de pena são desproporcionalmente fixados em

mais graves do que a dimensão da reprimenda e atributos subjetivos dos réus permitem. Ao final, tem-se que as penas médias estão quase três vezes acima do mínimo que a lei autoriza.

E aí, o que se apura é que pouca diferença faz a situação concreta para a maioria das sentenças. O que significa dizer que se tratar de réu de primário, cometer o crime só, sem coautores ou não responder por nenhum outro crime, não é tão relevante. Ser flagrado na posse de um volume relativamente pequeno da droga ou estar desarmado, tampouco. Tratar-se de um microtráfico não é propriamente uma situação abonadora, às vezes se dá até o reverso. Muitos acréscimos de pena são justificados, inclusive, pela condição pessoal do autor, viciado e hipossuficiente, que circunstâncias que provavelmente o levarão a cometer outros crimes para alimentar seu vício.

Enfim, o tráfico de drogas é algo tão perigoso socialmente, tão fundante da criminalidade organizada, tão nocivo às famílias, ao trabalho, à sociedade, ao mundo, e o traficante um ser tão pessoalmente desprezível, de personalidade desvirtuada e praticante e estimulador dos atos que mais constroem à sociedade –que o aprisionamento cautelar e definitivo se apresentam absolutamente indispensáveis. Como se fora esta uma providência urgente, necessária e de salvaguarda do tecido social.

Fomos buscar, então, no conceito de pânico moral elementos para compreender essa leitura: o alarde, a desproporção, o perigo iminente que ameaça a sociedade, a estereotipação do inimigo público (*folk devil*), a necessidade imperiosa de providências que possam minorar os efeitos maléficos, o enrijecimento das agências de controle e, ainda assim, a amplificação do desvio.

As considerações dos juízes, fundadas em crenças generalizadas sobre a ação e dimensão do uso e comércio de drogas ilícitas se acomodam à forma como se justifica o apenamento, a prisão, a recusa em aplicar minorantes, como o redutor ou a restritiva de direitos, diante da gravidade do tráfico e da nocividade do traficante –que faz superar, inclusive, as situações concretas de menor hostilidade que se apresentam frequentemente no cotidiano.

Para a compreensão do pânico moral, resgatou-se, em primeiro lugar, a concepção que se tornou referência com a consolidação no trabalho do Stanley Cohen, **Folk Devils and Moral Panics**, que retrata sua pesquisa da forma como a mídia e agentes de controle lidaram com as rixas juvenis dos anos 1960 no litoral britânico, envolvendo os grupos Mod e

Rockers. Cohen traduz a forma como a desproporção e o alarde acabam por amplificar o desvio, por intermédio do etiquetamento de seus atores, ao invés de combatê-lo. E como, por intermédio dos exageros e das generalizações, que impactam a cobertura da mídia, mas também as condutas dos diversos agentes do controle, respostas desproporcionais foram instituídas.

Cohen desvela uma espécie de microfísica do pânico moral, desenhada a partir de uma hipótese de desastre e os mecanismos empregados para sensibilizar e responder às supostas ameaças à sociedade; da atuação dos empresários morais, que captura de Becker, à criação dos *folk devils*; da noção de escalada incessante dos perigos às inovações trazidas pelo controle social, como forma de contê-lo. E, por fim, como aquilo que dominou incessantemente o cenário de repente se dissolve sem vestígios.

Mais do que descrever a dinâmica do pânico moral, os norte-americanos Goode e Ben-Yehuda, formularam requisitos para reconhecê-los: a preocupação, o consenso, a hostilidade, a desproporção e a volatilidade (o atributo, enfim, mais relativizado, considerando a sucessão de pânicos que envolvem a mesma natureza, como nos casos das drogas ilícitas). Goode e Ben-Yehuda propuseram, ainda, uma classificação de origem, sugerindo, enfim, que os pânicos morais são produzidos de baixo para cima (*grassroots*), pelas camadas médias da sociedade (grupos de interesse) ou pela ação das elites (*elite engeneering*).

É com Hall e o grupo de Birmingham, todavia, que a perspectiva ideológica do pânico moral se desvela. Não como uma teoria da conspiração, que insira a mídia na malévola posição de instrumento da elite, mas como mecanismo de reprodução que se encontra na própria estrutura do jornalismo -que diante da necessidade de produção com urgência e confiabilidade, lastreia-se, sobretudo, na visão do poder instituído. Por intermédio do pânico moral do *mugging*, assaltos de rua com violência, no começo da década de 1970, em Londres, os autores mostram os desvios das próprias estatísticas, o viés racial que pautou as ações da polícia e a legitimação de um esforço coercitivo que viria, sobretudo, para soldar as fissuras sociais que a crise do capitalismo expunha. Mas é sobretudo com a noção de *espiral de significação*, por intermédio dos mecanismos de convergência e transposição dos limites, que Hall ilustra o crescendo do pânico moral: das rixas juvenis, às questões sexuais, aos crimes ligados às drogas e à segurança pública como um todo. A perpetuação do pânico, tal como vista singularmente por Cohen, nas *respostas institucionais* que sobravam como

vestígios eventualmente; por Goode e Ben-Yehuda, como a sucessividade ou a longevidade dos pânicos ganha um novo perfil com Hall como uma consequência dos interesses que se moldam na construção de um modelo policial de Estado.

Na profusão de pânicos morais, a mídia tem um papel essencial, seja como estimuladora do alarde, seja como difusora das mensagens –de um lado, pauta as perguntas, de outro, simplifica as respostas. No âmbito das drogas, as imagens se centram entre os dois polos, saúde e segurança, sempre rodeados de estereótipos e exageros. Pesquisas na área de saúde apontam como as reportagens que envolvem drogas mensuram de forma desproporcional o consumo (elevando o de crack e ignorando o das anfetaminas, por exemplo); supervalorizam a violência envolvida e prestigiam as soluções de custódia (desprezando a realidade dos centros de apoio).

Sensacionalista na criação dos perigos, fundante nas imagens dos inimigos públicos, a mídia oferece contribuição decisiva para fixar no imaginário do cidadão-espectador o desastre dos dois paradigmas, dependente e criminoso. A saúde, com a deterioração em praça pública dos usuários das Cracolândias (o exemplo intimidatório do futuro breve de cada consumidor, dentro da fantasia de que qualquer utilização da droga já o prende a esses efeitos) e na segurança (com a imagética das ações policiais junto aos morros cariocas, em uma suposta “disputa de território”, portanto, de segurança nacional, travestida da logomarca da *pacificação*).

Pesquisas que analisaram o jornalismo serviram de ferramentas para que pudéssemos consolidar a casuística do pânico moral que, afinal, é um conceito com forte trânsito nas áreas ligadas à comunicação. Destaca-se aqui a extensa cobertura das extorsões mediante sequestro que culminaram com a resposta legislativa da criação da Lei dos Crimes Hediondos e suas posteriores atualizações (após a repercussão dos casos Daniela Perez e das pílulas de farinha). Como diagnosticou Hall, tivemos a transposição de limites; o hediondo se tornou a nova racionalidade do sistema penal.

Os mecanismos que Cohen ilustra são claramente reconhecíveis nos elementos da pesquisa: o clima de desastre que é pronunciado a cada decisão; a ruína da sociedade, o flagelo do mundo, o risco à humanidade e, sobretudo, o caráter de generalização que impede que o juiz analise as circunstâncias subjetivas do caso em tela, seja para a aplicação do redutor, do regime diverso do fechado ou da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

O que está em julgamento em cada caso não é a propriamente a personalidade distorcida do réu –mas do réu de tráfico de drogas; não é ganância deste agente, mas dos réus desse tipo de uma forma geral; as perspectivas de ressocialização não são balizadas de acordo com antecedentes do réu, mas de uma figura socialmente construída, o *traficante* –a representação do *folk devil* cujo convívio social deve ser evitado a qualquer custo. Inovações legais, supressões de direito, privilégio da exceção. Quando a situação se alarma, os mecanismos coercitivos, como previa Hall, não apenas são impostos, como inclusive reclamados. O alarde da mídia, a pressão da opinião pública incrementa a responsabilidade a que o juiz assume.

4.

Foi também um conceito trabalhado por Stanley Cohen, porém em sentido diametralmente oposto, que serviu de chave de leitura para os resultados que advinham da segunda discrepância, os estados de negação.

States of Denial é o estudo da híbrida situação que envolve a circunstância de que, em sofrimentos e atrocidades que nos circundam, as pessoas reagem como se não soubessem aquilo que sabem. Ou então a informação é registrada -não há tentativa de negar os fatos- mas sua implicação é simplesmente ignorada.

Cohen distinguiu as três formas principais de negação: a-) negação literal: o fato não aconteceu; b-) negação interpretativa (não se nega o fato em si, mas dá a ele um sentido diferente); c-) negação implicatória: não se nega o fato, nem dá a ele um sentido diferente, mas nega a responsabilidade por ele, a implicação de que o fato possa lhe ser de alguma forma atribuído.

Cohen formatou também os mais comuns instrumentos da negação, como a naturalização, a culpabilização da vítima, a condenação dos condenadores e registrou um mecanismo muito peculiar que se amolda à convivência das instituições: a *folie a deux*, uma espécie de negação compartilhada entre parceiros, quando a proximidade institucional

vitamina a aparência de uma situação similar a de *membros de uma família que sabem quais problemas evitar*. Cai como uma luva para o diagnóstico que Orlando Zaccone faz da violência policial e a omissão do sistema de justiça: *não é um erro de procedimento, é uma política de Estado*.

A segunda disparidade de que falávamos sobre a pesquisa se revela com a distância entre a propalada magnitude do fato em análise (tráfico de drogas como *flagelo da humanidade*) e, ao mesmo tempo, a exiguidade das investigações e a precariedade do arcabouço probatório, praticamente restrito aos relatos dos policiais –quando não, em complementação, o próprio aproveitamento dos elementos produzidos no inquérito policial, antes do estabelecimento do contraditório. Algo de altíssima relevância relegado a um dos julgamentos mais simples –e praticamente todo ele de responsabilidade dos mesmos policiais que efetuaram as prisões, a despeito dos péssimos índices nacionais acerca da violência estatal.

Dados trazidos por Susanne Karsted indicam que o Brasil é o país em que mais cresce a prática de atrocidades (violência praticada pelos agentes públicos contra a população civil) na América Latina e no período de 2000 a 2014 só fica atrás da Colômbia, imersa em um conflito interno e armado de grandes proporções, recentemente objeto de um complexo pacto de pacificação. Dados sobre violência policial, como homicídio de civis e tortura policial permanecem inquietantes para a comunidade internacional de direitos humanos –mas a possibilidade de abuso policial na prisão em flagrante remanesce como uma hipótese exótica, quase que desconhecida de modo que não há qualquer incômodo judicial em praticamente terceirizar a prova em mãos dos agentes policiais.

Há uma nítida desproporção da forma como são encarados os depoimentos de policiais e testemunhas de defesa; os agentes estão cobertos por uma extensiva e equivocada interpretação do atributo administrativo da fé pública, e a rejeição prematura das versões defensivas praticamente torna a instrução um jogo de resultado certo. Não bastasse a prova a considerar seja praticamente toda ela proveniente das forças policiais, tudo o que a contraria é considerado *isolado* (independentemente do número de testemunhas que abonem a versão).

Nas insuficiências da instrução judicial são resgatados para compor o quadro probatório, os elementos produzidos no inquérito policial. Os testemunhos na delegacia de polícia servem na ausência de repetição, na complementação dos depoimentos mal prestados

em juízo, e, até mesmo em substituição à prova judicial, sempre que existe a suspeita de alguma espécie de favorecimento ao réu –ou seja, quando a oitiva judicial simplesmente não confirma os relatos produzidos na delegacia de polícia. Sem contar que ainda há quem leve em consideração o silêncio na lavratura do auto de prisão como indícios de culpa, considerando uma atitude idealizada em que *o inocente não se cala*.

Essa adesão absoluta e exclusiva à prova policial não poderia se dar sem que o juiz, de alguma forma, incorporasse o estado de negação, abstraindo a ausência de defesa, a fragilidade da memória, e todo o manancial de desconfiças que cercam o exercício da repressão, e, enfim, abdicasse de alguma espécie de dúvida para abrigar-se quase sem ressalvas, às palavras dos policiais ou as provas nelas ancoradas -a informação de uma denúncia anônima, seu relato de uma campana, a apreensão da droga que ele mesmo dá conta e até uma confissão informal da qual apenas o agente teve ciência.

Praticamente nenhum tipo de controle é exercido sobre essa atividade policial. Não se exige mandado de busca e apreensão para invasões domiciliares, sob o argumento tautológico de que se a droga foi achada posteriormente, é porque uma situação de flagrância anterior permitia o ingresso, ainda que dela não existissem indícios contemporâneos. A cada seis ingressos em residência, apenas um contou com prévia expedição de mandado de busca e apreensão. De toda a forma, em relação a 84% dos outros casos, em nenhum deles houve decretação de nulidade da prova.

Não se põe em questão os depoimentos policiais –as contradições a que se aferram os juízes estão, sobretudo, nas testemunhas de defesa e no réu, contrastada sua versão em juízo em relação às declarações de inquérito. As *pequenas discrepâncias*, quando das testemunhas policiais, são desculpadas pelo excesso de trabalho e volume de diligências.

Os relatos de violência policial são, em sua maioria, ignorados, quando não contestados e negados pelo próprio juízo, carimbados como mecanismos escusos para tentar eximir-se de responsabilidade. Praticamente nenhuma diligência é empreendida para confirmação. E, até nos casos em que existem laudos de exame corporal demonstrando lesões nos réus, o máximo que se faz, e isso com muita parcimônia, é encaminhar cópias para posterior avaliações correccionais, sem prejuízo da validade da prova desta forma colhida –uma espécie de negação implicatória.

Os estados de negação são, assim, perceptíveis na pesquisa. De um lado, os réus se presumem mentirosos, porque suas versões podem ajudá-los, porque não suportam sanções pela falsidade, porque não têm interesse na verdade ou porque tudo não passa de estratégias de isenção de responsabilidade. Mas de outro, o policial, cuja avaliação formal dispensa conhecimento mais profundo, afinal os homens da lei foram recrutados para fazer o bem, desconhecem os acusados (ou quando conhecem, tem motivos para vigiá-los), guardam uma moral inabalável e a legitimidade do ato administrativo sob suas mãos, sem, portanto, nenhum motivo palpável para mentir.

O cotejo dessa disparidade praticamente dispensa a realização da instrução. Os policiais são críveis, quando coerentes, são tolerados quando contraditórios, são auxiliados quando desmemoriados; enfim, em muitos casos, não resta mais do que o mero aval policial para desencadear a perseguição e fixar bases para a condenação. Enfim, a confiança plena nos agentes, a despeito das inúmeras notícias acerca de índices elevados de corrupção e violência policiais, inabaláveis às presunções de legitimidade e fé pública, indicam a condição de conhecer e não-conhecer que se encontra no cerne da estrutura conceitual de Cohen.

Em resumo, só a negação permite a condenação quase absoluta com base em elementos probatórios tão frágeis; só a adesão irrestrita ao pânico moral permite concluir pela necessidade de tantas penas e prisões a crimes e réus de gravidade muito questionáveis.

5.

Há duas importantes conexões que as chaves de leitura nos proporcionam.

Se de um lado infrações desproporcionais provocam alarde e emergência social, tal qual a descrição que faz Stanley Cohen para conceituar os pânicos morais, de outro lado existe a escassez, o silêncio, quando não o encobrimento, quando se trata de atrocidades e sofrimentos que passam a nossa volta. Isto significa dizer que o alarme que põe em movimento empreendedores morais, grande mídia e agentes de controle para produzir o

pânico moral (por exemplo, quanto ao uso abusivo ou a comercialização de drogas ilícitas) não será repetido quando as violências forem praticadas pelos próprios agentes.

Os agentes do controle hiperdimensionam as narrativas de crimes ou de um conjunto de crimes, agigantando artificialmente os grandes riscos à sociedade aí envolvidos, enquanto a mídia promove o *overreacting*; de outro lado, o estado de negação expressa o *underreacting* acerca de atrocidades que são desprezadas mesmo sendo fortemente conhecidas. Enfim: um olhar severo sobre riscos à sociedade por desvios; um olhar incauto acerca dos perigos da repressão sobre estes mesmos atos.

Na dinâmica da pesquisa de sentenças, o que se pode apurar é que ao mesmo tempo em que a realidade é trazida para dentro dos processos para indicar a gravidade do tráfico, as famílias que se dissolvem, a capacidade laborativa que se perde, a formação de facções criminosas e a extrema violência das disputas entre grupos, pintando o quadro de corrosão social e perda da autoridade, tudo a sugerir uma intervenção ríspida, drástica e tenaz dos órgãos da repressão, a realidade é afastada dos autos quando em questão a violência policial, o retrato contínuo de abusos e corrupções, índices de homicídio policial e de permanência da tortura. Trata-se o crime além dos autos, com tudo aquilo que se vê se ouve da mídia; trata-se o agente policial, apenas com as formalidades de seu cargo e a importância administrativa de suas funções. O testemunho do policial que efetua a prisão jamais é suspeito; ao revés, é o único confiável.

Enquanto o *traficante*, o *folk devil*, é pintado com cores fortes, ameaçadoras, implacáveis (o que justifica o volume alto de penas, prisões e afastamento de benefícios legais), o policial é considerado de forma abstrata, como um servidor público, dotado de especial eficácia probatória, acima de qualquer suspeita, salvo apenas se demonstrados concretamente e com prova robustas, motivos para a sua desconfiança –mas as provas que colidem com seus relatos, todavia, jamais serão robustas, porque sempre caracterizadas como em contrariedade com as provas que se respeitam.

Quando se trata de ouvir a defesa, aponta-se que os réus frequentemente negam a verdade, que os amigos próximos só os auxiliam, que as testemunhas civis, de uma forma geral, têm medo de prejudica-lo e que, enfim, todo o esforço de produção de sua prova é destinado a eximir sua responsabilidade, e, por isso mesmo, sempre suspeita. O que vem da defesa, quase sempre, é tido como contrário ao conjunto probatório –como se dele nem mesmo fizesse parte. Do outro lado, a presunção de veracidade, de idoneidade, de confiança

que decorre do cargo, jamais é rompida, pois alegações de parcialidade, relatos de violência, são meros mecanismos retóricos, destituídos de eficácia probatória (ao mesmo tempo em que praticamente nenhuma diligência é empreendida para certificar-se de tais fatos). A situação é tal que o próprio Conselho Nacional de Justiça editou protocolo para indicar aos juízes das audiências de custódia quais perguntas e como fazê-las para obter resultados mais próximos da realidade acerca da violência policial, que a determinação das custódias pretendeu debelar. As sentenças analisadas, todavia, são anteriores à resolução que estabeleceu a realização das audiências, de modo que seu resultado não ingressa na pesquisa.

Não há paralelo possível entre o exagero do pânico moral e o silêncio da negação salvo que representem faces antagônicas de uma mesma moeda. O alarde do pânico depende em grande medida, do silêncio da negação das atrocidades —e é o que a pesquisa de sentenças nos aponta. Por isso, devem se afastar as noções de neutralidade do pânico moral. Como propuseram Goode e Ben-Yehuda, que, aliás, enfatizam a origem preferencialmente popular ou dos estratos médios do pânico moral, desprezando o pânico que vem de cima; e o próprio questionamento de Cohen na busca da concretização de supostos *pânicos bons*. Neste particular, entendemos que é irrecusável a compreensão do timbre ideológico conferido ao pânico moral pelo trabalho de Stuart Hall et al, no esforço de aumentar o espaço da coerção consentida, contribuindo na formatação de um Estado da lei e da ordem, indispensável para o rearranjo capitalista.

6.

A combinação do pânico moral e dos estados de negação deixa, ainda, pistas para compreender os processos causais do modelo do nosso próprio encarceramento em massa.

Como expunha Denis Salas, a construção dos pânicos morais é a matriz própria do populismo penal. E tal como evidenciado por Garland, e demais estudiosos da virada punitiva, um dos eixos centrais desta mudança é exatamente a recuperação da vítima, como causa e medida para as punições, inclusive como forma de resgate de um anseio coletivo de

segurança. Salas traduz esse movimento como a transição entre o direito de punir e a vontade de punir.

A exacerbação do papel da vítima serve, em primeiro lugar, para estimular o medo; a mídia converte a situação concreta de uma na situação provável de outras. Para estes efeitos, um dos pontos centrais dos pânicos morais é a ideia de generalização, ou seja, de que o crime sofrido pode ser replicado contra todos. Exemplo claro quando o estudo de Corália Almeida Leite (**Memória, mídia e pensamento criminológico**) se refere à reportagem de uma revista semana indicando possíveis alvos de sequestro, até chegar no “azarado”: *aquele sujeito que se equilibra para pagar as contas no fim do mês, só se lembra que acontece sequestros quando assiste ao noticiário da TV, imagina que nunca irá passar por essa experiência nem pode contratar um guarda-costas, porque mal consegue honrar os salários da cozinheira*. Todos estão autorizados a se sentirem vítimas em potencial.

Para o caso do tráfico de drogas, que é um crime sem vítima definida, a generalização é procedida de forma a identificar o crime como um elemento da correia da criminalidade organizada (e, portanto, inerente, a todos os outros delitos); identificar a ligação entre o viciado de poucos recursos e a prática de crimes contra o patrimônio (em relação aos quais todos podem ser vítimas) e, por fim, indicar a degradação da família e a desestruturação social como um reflexo direto deste comércio. A ligação entre os perigos foi traduzida por Stuart Hall como *convergência*, necessária para ampliar o espectro do pânico, na denominada espiral de significação –como ligar protestos estudantis com o perigo dos hooligans ou, conforme pudemos ver no estudo inglês de Julie Baldwin, uma exótica conexão entre participantes de *raves* e atiradores de colégio.

De outra parte, o populismo também se alimenta da depreciação da deferência, na resistência à autoridade, na frustração e no reconhecimento de que, nos órgãos oficiais, existe um protecionismo em relação aos criminosos paralelamente a um desrespeito ao cidadão de bem, o que provocaria, progressivamente, um desgaste da confiança e ao longo do tempo, um esvaziamento da representação política. Não à toa, o prestígio conferido aos órgãos de acusação *pari passu* em que se deprecia a atividade de representação: a luta contra a corrupção aproveita a criminalização da política para a supervalorização do representante das vítimas, no imaginário popular, ora o Ministério Público, ora o juiz condenador que satisfaça o ressentimento popular.

O quadro expansionista está bem evidente entre nós, que também fomos alcançados em cheio pela onda punitiva. Alguns reflexos evidentes, como o intenso volume de legislação penal pós-redemocratização, ainda maior do que no período entre 1940 (último Código Penal) e 1985, em que convivemos sob dois regimes ditatoriais. A segurança pública se tornou ponto central do debate político-eleitoral e, inclusive por causa disso, destinatária preferencial de gastos orçamentários. Isso tudo mais, em especial a partir do final da década de 1980: entre 1990 e 2014, um crescimento superior a 500% do número de presos. Parte considerável das expressões da virada punitiva aqui também se apresentaram, com a contaminação de senso comum e espetacularização próprios de uma influência crescente da mídia neste campo, crescente militarização da atividade policial e um endurecimento penal legislativo, completamente disforme à Constituição recém promulgada.

A ampliação da esfera punitiva pela correia de transmissão do populismo penal, no entanto, não pode ser responsabilizada entre nós pelo fim do previdenciarismo penal, ou mais especificamente, pelo declínio dos ideais de reabilitação. A ressocialização, quando muito, habita o cotidiano forense como um pretexto reverso para vedar promoções de regime, quando ainda dependentes de laudo criminológico. O abandono social dos condenados, dentro das instituições prisionais enquanto cumprem suas penas, e depois, alijados pela sociedade com a forte estigmatização, é mais fácil de ser compreendida como características históricas do que propriamente uma importação de modelos estrangeiros.

Tampouco se pode sentenciar que a onda punitiva entre nós seja uma consequência das políticas neoliberais e do desmantelamento dos mecanismos de proteção social –eis que o maior crescimento no encarceramento coincidiu, em certa medida, com os governos de centro-esquerda, simultaneamente à implementação de instrumentos de transferência de renda.

O *turning point* da discricionariedade judicial, valorizado nos estudos ligados a realidade do common law, não tem por aqui a mesma relevância. As transformações processuais do direito norte-americano e inglês restringiram enormemente a discricionariedade judicial, com instrumentos como o *minimum mandatory sentences* e as *guidelines*, o que provocou alargamento das penas, forte contribuinte do encarceramento em massa. O mesmo fato não pode ser apontado por aqui, salvo a proibição da progressão em crimes hediondos e equiparados (ao final, refutada por inconstitucional).

Ao revés, no âmbito dos crimes ligados às drogas, como se pôde constatar, os espaços interpretativos sempre se fizeram, majoritariamente, em direção ao encarceramento, mesmo à revelia da lei e da própria jurisprudência consolidada dos tribunais superiores. Aqui desnecessária a edição de leis facilitando busca e apreensões (como as *no knocks warrant* norte-americanas), porque a necessidade de autorização judicial vem afastada, desde logo, pelos próprios juízes.

De outro lado, razão tinha Loic Wacquant ao prever que em uma sociedade caracterizada por disparidades sociais vertiginosas, pelo uso rotineiro da violência policial e pelo recorte de classe e discriminação racial impregnadas no sistema criminal, certas medidas seriam seguramente maximizadas, como se tornou local comum a caracterização de um genocídio da juventude negra, em especial nas periferias das grandes cidades.

O fator que interfere nessa acomodação particular da onda punitiva é o legado autoritário, a contribuição nativa. A marca distintiva do país; o que mantém resistente, inclusive, a magistratura, ao controle e fiscalização da polícia, inerente à função própria de garantidor de direitos, atividade que pretere em relação à manutenção da ordem.

Da exploração colonial à legislação absolutista, na longa escravidão que ultrapassou a independência e manteve marcas perenes aos períodos ditatoriais mesmo após a proclamação da República, da contenção armada de revoltas populares às conciliações oligárquicas que evitaram rupturas. A marca do autoritarismo está presente na história brasileira, ainda que a natureza de seu espólio seja objeto de discussão entre historiadores. Uma vertente liberal-conservadora a concentrava no Estado, opressivo e ineficiente, e seu peso sobre a sociedade civil; outra, sobretudo, na escravidão, cujas marcas de dominação foram sendo permanentemente atualizadas. Como apontou Florestan Fernandes, de nenhuma modernidade a burguesia nacional: *Por suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro.*

Em um breve compêndio das ideias autoritárias e sua repercussão no sistema penal, Gloeckner resalta elementos que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram presentes em nossa formação, como o catastrofismo (a ideia da crise permanente), o cientificismo (o apelo à tecnocracia), o elitismo (governo por uma minoria esclarecida), o nacionalismo (na forma de repúdio a ideias estrangeiras) e o antiliberalismo político (ainda que convivente com as várias expressões do liberalismo econômico).

De outra parte, a acomodação entre uma forma democrático-republicana e uma prática social autoritária é combustível para duas características marcantes da história política, sem as quais é racionalmente impossível compreender os movimentos do sistema penal, aí incluído o grande encarceramento: a convivência entre sistemas e a informalidade que dela diretamente decorre. A convivência entre o liberalismo iluminista da Constituição de 1824 e a escravidão não foi um fato isolado. A legislação penal severa que tem brotado de forma compulsiva desde a promulgação da Constituição cidadã, em 1988, é uma marca suficientemente contraditória, como é o crescimento da violência de Estado no período pós-redemocratização. De outro lado, a informalidade é parte indissociável dos mecanismos de repressão, seja pelo direito penal subterrâneo, praticado a olhos vistos, seja pela própria co-gestão das instituições prisionais pelos reclusos.

A convivência nos fez sair da ditadura com uma multiplicidade de leis liberalizantes, mas, ao final, sufocadas pela draconiana Lei dos Crimes Hediondos: a forma como o legado autoritário se agiganta na dinâmica da convivência é certamente um elemento que deve ser apreciado para compreender causas e efeitos do grande encarceramento. A informalidade, a seu turno, depende fundamentalmente das omissões relegadas a promotores e juízes —e por isso trafega com tanta tranquilidade.

Gloeckner situa em duas principais categorias estruturantes as heranças legadas ao sistema penal: os poderes instrutórios do juiz e o princípio da livre apreciação das provas que, como vimos, serão decisivos para a montagem de um processo essencialmente inquisitorial. Processo inquisitorial que, como ensina Jacinto Coutinho, *interessa e sempre interessou aos regimes de força, às ditaduras, aos senhores do poder*.

É o legado autoritário que se vislumbra na incorporação dos estados de negação, tais como descritos por Cohen. A adesão judicial aos relatos da polícia, a omissão em relação às violências, o estilhaçamento da presunção de inocência, o desprestígio do contraditório, enfim, nada disso é proveniente de um avanço do populismo penal. São características que, a bem da verdade, marcaram a nossa história como a mescla da legislação liberal e da prática autoritária, da ausência de pena de morte e da profusão de mortes sem pena; no âmbito processual, o prestígio da prisão provisória sobre a presunção de inocência. Para usar uma conhecida classificação ideal dos processos, efetuada por Herbert Packer: o devido processo legal inscrito nas leis; um modelo de controle do crime praticado efetivamente.

As chaves de leitura, portanto, nos permitem depreender por intermédio dessa correlação entre estrutura e agência, algumas considerações mais concretas acerca do encarceramento brasileiro: a junção de um populismo penal que se espalhou mundo afora (como revigoração da estrutura capitalista) e nosso legado autoritário (marca da escravidão, permanências sobre rupturas, e uma conservação da ordem em uma perspectiva elitista).

Enfim, a hipótese de que tratamos é justamente uma combinação entre a influência externa e as matrizes autoritárias que nos formam. No Brasil, a virada punitiva encontra o legado autoritário: temos a mesma onda punitiva, mas ao mesmo tempo diferente. A mesma, porque o crime também contamina a governamentalidade, também se impõe pelos critérios de eficiência e se lustra no espetáculo, também é tributário do populismo; porém diferente, pois não rompe com o processo como garantia (que nunca deixou de ser uma quimera), não inviabiliza a ressocialização (que sempre foi o eufemismo para o castigo carcerário) e não tolhe de todo a discricionariedade judicial destinada a elevar penas ou regimes –os juízes fazem isso mesmo quando não são compelidos. De outro lado, a dinâmica prisional mais estimula do que previne a própria criminalidade.

Com o que regressamos, após a pesquisa do microcosmo, às considerações então lançadas em relação às macro-análises. Considerando que os espaços políticos parecem hoje ocupados pela junção de um populismo nacionalista e uma recuperação popular do autoritarismo, ou seja, populismo e legado autoritário praticamente fundidos, não seria surpresa se o encarceramento atual se transforme, em um futuro próximo, em objeto nostálgico de desejo.

7.

A pesquisa de sentenças trouxe resultados que demandam algumas considerações, em especial a questão da regionalização das decisões, que nela ficou patente. Grosso modo, nos Estados de maior porte (assim considerados pelo movimento no CNJ), SP, MG, RS e PR,

os juízes usam como referências mais as decisões de seus próprios tribunais do que as decisões dos tribunais superiores, aí incluído o Supremo Tribunal Federal. Essa escolha de decisão bairrista, que de certa forma molda bolhas de convergência, não é gratuita. Na maioria destes Estados, as decisões são, de certa forma, mais rigorosas, justamente a partir das distâncias dos paradigmas do STF. Isso significa dizer que haverá penas em regime fechado em maior proporção e substituição por penas restritivas em menor proporção.

Assim, em que pese exista uma enorme convergência no resultado das decisões, praticamente em 80% dos processos, o desate é a sentença condenatória em tráfico de drogas; na aplicação das penas existe uma enorme discrepância judicial. Maior ou menor adesão (ou dito de outra forma, em grau mais ou menos elevado de resistência) às decisões do STF que a-) considerou inconstitucional a proibição de substituição de penas privativas de liberdade pelas restritivas de direito (excluída a vedação do ordenamento jurídico por resolução do Senado); b-) considerou inconstitucional a obrigatoriedade do início da pena de condenação de tráfico de drogas em regime fechado.

O Estado de São Paulo, neste ponto, é um destaque entre os extremos. De um lado, nenhum dos índices de gravidade são elevados. O Estado lidera o índice de apreensões de dinheiro de baixo valor (96,62% abaixo de um salário mínimo); apresenta média de 1,31 réus por processo (o menor índice de coautoria entre os Estados pesquisados); 7,02% de investigações (o segundo menos investigativo); 4,91% de armas apreendidas (o menor índice entre os oito Estados), 8,07% de apreensão de balança de apreensões (também o nível mais baixo). São Paulo lidera, ainda, o maior índice de pequenas apreensões de crack (81,52% de apreensões inferiores a 50g) e é o segundo Estado em que nos processos mais se apreende quantias pequenas de maconha (66,67% de apreensões inferiores a 100g).

Por outro lado, é o líder em condenações (85,52% para uma média de 78,40%) e também o Estado que menos absolve (8,85% para uma média de 15,33%). É o Estado com penas em regime fechado em maior proporção, de longe (89,66%, de uma média de 67,93%) e o que menos aplica as penas restritivas (5,64%, de uma média de 15,98%), sendo que 34% das rejeições de aplicação não se fazem por impeditivos legais –como por exemplo a reincidência ou a dimensão das penas, e sim com base em apreciações subjetivas de juridicidade questionável (em uma média geral que é inferior a 16%).

Não há propriamente uma proporção entre acusação, gravidade, condenação e pena. Não se pode afirmar que os crimes paulistas sejam mais graves; mas pode-se confirmar que

suas penas são significativamente mais expressivas –com encarceramento mais duradouro em face, principalmente, do regime inicial de cumprimento e da enorme hesitação com a aplicação de sanções restritivas.

A regionalização que se constata com a pesquisa desmente, de certa forma, todos os esforços legislativos de nacionalização da jurisdição, que compreenderam: a-) a competência privativa da União para legislar sobre normas penais e processuais; b-) a criação do Superior Tribunal de Justiça para a uniformização da interpretação da lei federal; c-) os mecanismos de verticalização instalados com a reforma do Judiciário, cumprindo a vocação de um caráter essencialmente nacional (entre eles, a própria criação do CNJ, a as súmulas vinculantes etc).

A punição é extremamente regionalizada, e especial pelo descompasso das interpretações estaduais dos tribunais superiores (do qual o TJSP parece ser o ponto culminante, embora não o único). Na regionalização à brasileira, São Paulo é, por assim dizer, uma espécie de Texas –condenados por tráfico de drogas tem uma chance muito maior de iniciarem o cumprimento de pena no interior do sistema carcerário do que a maior parte dos outros Estados.

Entre os riscos da regionalização se encontram, por exemplo, uma enorme diversidade de forma de cumprimento das penas, não sendo as jurisprudências consolidadas nos tribunais acessíveis a todos os réus. O quadro, todavia, só tende a se aguçar com a decisão do STF de permitir, em contradição com o expresso texto constitucional, o início da execução da pena já com a decisão em segundo grau, com o quê se prestigia em demasia decisões estaduais muitas vezes contrárias à jurisprudência superior. Indiretamente, com esse perfil *desconstitucional*, o STF apenas alimenta as possibilidades de diversidade regional e aprofunda o desvio entre os réus. Considerando que os tribunais de grande porte são as mais refratárias às jurisprudências do STF, isto tende a significar mais uma contribuição para o encarceramento.

Pela pesquisa de confirmação, em altíssimo grau de concordância, sabe-se que esta distância dos paradigmas do STF não é exclusiva dos juízes paulistas do primeiro grau; ao reverso, as sentenças proferidas pelos juízes são em grande parte mantidas pelo TJSP, em índices que superam a 80% -da mesma forma, como as sentenças dos juízes baianos pelo respectivo tribunal (que também utilizamos como amostra para essa pesquisa de confirmação).

O que se verifica aqui não é propriamente uma divergência praticada no exercício da independência judicial –mas apenas a submissão a um tribunal em que estão os juízes vinculados. Uma hipótese dessa constatação pode estar no raciocínio de Richard Posner, ao afirmar que o juiz segue precedente da Corte para a qual suas decisões serão apeladas *mesmo quando o precedente não é vinculante (por não provir de uma corte superior), pode estar tão profundamente tecido na lei que descumpri-lo é impensável*. Zimbardo, por sua vez, estudando como atrocidades são praticadas por pessoas comuns, invocou situação que pode ajudar a iluminar a questão: o acatamento de *expectativas não-verbalizadas* –a submissão implícita como forma de manter-se no grupo, dentro do *inner ring*. Até porque, como costuma mencionar Zaffaroni, o diferente é quase sempre objeto de estranhamento, inclusive e, principalmente, dentro do Judiciário.

É difícil, no entanto, apenas com os dados apurados, encontrar com exatidão, as circunstâncias que determinam esse desnível punitivo. A distância dos paradigmas do STF foi o único dado efetivamente colhido na pesquisa, que corrobora o intervalo. De fato, quanto menos relevância se dá aos paradigmas do STF, preterindo-os por seus próprios, maiores tendem a ser as sanções aplicadas nos Estados.

São Paulo pode nos trazer algumas indicações. Distâncias históricas, frutos de embates políticos, marcaram as administrações de Estado e União, pelo menos desde a década de 1930, com a Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e, em seguida, o engajamento dos paulistas no movimento constitucionalista. Para Jessé Souza, inclusive, a necessidade de criar um pensamento que representasse a elite paulista, um *think tank* liberal conservador é que moveu o Estado pela instalação ainda na própria década de trinta da Universidade de São Paulo⁶⁶². No campo educacional, por exemplo, até hoje permanece a distância, observando-se a longa resistência na aplicação de critérios nacionais para o ingresso nas instituições, nos casos das cotas raciais e do Exame Nacional do Ensino Médio.

Ao descrever os arranjos político-administrativos que teriam marcado o relacionamento entre as instituições do sistema de justiça de São Paulo e o Poder Executivo, Luciana Zaffalon chama a atenção, de um lado, para a histórica proximidade do Tribunal de Justiça com a Polícia Militar. E, de outro lado, os mecanismos pelos quais, na gestão político-administrativo do Tribunal de Justiça, cargos chave que influenciam os padrões de encarceramento foram constantemente mantidos fora do sistema legal de promoção, por

⁶⁶² A elite do atraso, p. 131.

antiguidade e merecimento, como nos casos do Departamento de Inquéritos e das Execuções Criminais, portas de entrada e saída do sistema⁶⁶³.

O trabalho de José de Jesus Filho e Francisco César Pinto da Fonseca aponta uma curiosa contradição, na análise de taxas de encarceramento comparativa entre os Estados brasileiros: os Estados que mantêm níveis de encarceramento maiores tem menores taxas de aprisionamento provisório –circunstância que podemos atestar também na linha dos processos pesquisados. Grosso modo, a ideia é que quanto mais estruturados os órgãos do sistema de justiça, mais diminuem-se os atrasos -que impulsionam prisões provisórias mais longevas. Contraditoriamente, todavia, aumentam as taxas de encarceramento. Não à toa, os tribunais de justiça considerados de grande porte pelo CNJ (TJSP, TJMG, TJPR, TJRS) são aqueles nos quais encontramos maiores proporções das penas fixadas em regime fechado.

Enfim, a pujança na estruturação da Justiça tem significado maior encarceramento e não maior liberdade. O que, aliás, de certa forma fora anotada por Gorete Marques, em pesquisa que buscou apurar a construção da verdade nos processos de tráfico: *a prisão, além de ser um dispositivo de controle de populações (Foucault) torna-se um índice de produção no campo político da segurança pública.*

8.

O veio qualitativo da pesquisa nos permite destacar outras questões relevantes que auxiliam a compreensão dos bens que estão em jogo, nos processos de tráfico de drogas.

Chama a atenção, por exemplo, um absoluto desprestígio à questão sanitária. Primeiro, do ponto de vista probatório, são raros os casos em que o juiz determina ou defere a realização de exame de dependência químico-toxicológica. Em várias situações, o juiz baseia seu indeferimento em uma superficial análise que ele próprio tenha feito do réu durante o interrogatório, sobrepondo-se às alegações de dependência, aos relatos de

⁶⁶³ A política da Justiça, p. 344/362.

pretéritas interações ou mesmo de comportamentos compatíveis com a situação, relatados por testemunhas. Até a afirmação do réu de que é dependente chega a justificar, *a contrario sensu*, sua plena capacidade de discernimento.

Não obstante, em algumas destas situações, a existência de um vício acaba sendo imputada ao réu como circunstância a sopesar, por exemplo, na escolha do regime de pena, na vedação da substituição por restritivas ou no *status libertatis*. A lógica empregada é a de que, imerso no vício (a despeito de não ser formalmente considerado dependente), permanecerá praticando crimes para sustentá-lo. Não perpassa a lógica, a circunstância de que, se é o vício que o remete ao crime, dificilmente largará o crime sem tratamento – considerando ademais a larga oferta de droga nas instituições prisionais.

Mas o desprezo pela prova da dependência é, em verdade, resultado de puro pragmatismo, considerando que os juízes, de uma maneira geral, não entendem possível a translação de efeitos da dependência para o crime de tráfico de drogas. O argumento é o de que é plenamente possível cumular-se as duas situações, a de traficante e a de viciado, sem nenhum tipo de atenuação. E, de certa forma, tal análise acaba por ter um lastro nos próprios laudos, pois os experts em regra apontam que o réu não é *dependente para os fins do tráfico de drogas*.

Diversamente, contudo, da *via crucis* que o réu precisa empreender para tentar provar sua dependência de modo a evitar ou minorar os efeitos da condenação, no âmbito cível ela é largamente aceita, sem muitas exigências. Uma mera declaração de médico acerca da dependência é o que basta, em regra, para justificar a decretação da internação compulsória. A dependência química, portanto, só é relevante e significativa se tiver como consequência alguma forma de custódia. A questão, por óbvio, transborda a saúde e ingressa explicitamente no terreno da ordem pública.

Entre as fissuras mais comprometedoras da presunção de inocência, que se revela seja no exagero da prisão provisória ou no aproveitamento praticamente sem ressalvas dos elementos de inquérito, está uma insistente transferência do ônus da prova para a defesa.

A partir da prova da apreensão da droga, que também é derivada da palavra dos policiais, todo o resto é exigido do réu como contra-prova. É a ele, no fundo que cabe demonstrar que a posse da droga se destina exclusivamente a seu uso pessoal. A ele cabe provar a capacidade financeira de adquiri-lo, a origem lícita do dinheiro apreendido (por

menor que ele seja), e, em suma, a prova negativa de que não pretende comercializar a droga. Considerando que a quantidade de droga permanece plurívoca, na ausência de um critério legal ou mesmo jurisprudencial, a presunção da mercancia se sobrepõe quase que absolutamente. Não à toa, tirante as referências à aceitação dos testemunhos policiais como prova, o segundo tema mais pesquisado na jurisprudência pelos juízes, é justamente a *suficiência da apreensão*, ou seja, sem a necessidade de maiores elementos probatórios.

Se o réu imputa a posse a terceiros, é seu mister demonstrar o álibi, sob pena de ter contra si provada a circunstância –e pouco importa, nesse contexto, que sua prova seja a admissão do adolescente em juízo. Prevalecerá sua versão policial e a versão dos policiais. A ausência de comprovação documental de atividade lícita pode inclusive levar à conclusão de uma *dedicação às atividades criminosas* e, portanto, vedar-lhe o acesso à figura privilegiada.

Enfim, não faltam decisões em que a dúvida acerca da destinação da droga se resolva contra o réu, na pressuposição de que para a configuração do tipo penal basta o porte ou guarda da substância –desde que não exaustivamente provada a situação do uso pessoal. A transferência de consequências da dúvida é, talvez, entre tantos, o abuso mais contundente da presunção de inocência.

Por fim, parte do trânsito livre que o pânico moral tem entre as decisões judiciais deve-se a um agudo predomínio do senso comum, principalmente no que respeita às drogas, uso, natureza, riscos etc. A pesquisa buscou identificar as doutrinas vinculadas ao assunto, considerando as consequências produzidas: a ideia de que uma droga é mais perigosa do que a outra impactando na gradação das penas; o volume das drogas apreendidas e sua vinculação com eventual propósito de consumo; a especial natureza do crack refletindo na negativa de privilégio, na ausência de substituições por penas restritivas e, ainda, impacto considerável na fundamentação das prisões cautelares, em especial aquela decretada na sentença.

Todavia, a despeito de tamanha relevância dos aspectos técnicos, e dos efeitos que concretamente produzem, há uma precariedade de consulta a bibliografias científicas. Apenas em 11 das 800 sentenças foram feitas referências a obras técnicas que, de alguma forma, avaliem tais questões. E mesmo estas poucas referências variaram de pesquisas acadêmicas a manuais de medicina legal, sítios de informação geral, como o Wikipédia e Brasil-Escola, matérias jornalísticas e páginas de campanhas proibicionistas. Não há propriamente razoável contribuição de pesquisa científica para decisões que interferem

decisivamente na formação dos encarceramentos. O senso comum norteia decisões que avaliam a destruição cerebral do usuário, a dependência imediata, do caráter epidêmico da droga etc. A bem da verdade, no que respeita a colação da doutrina jurídica, também existe uma forte preponderância nas referências dos manuais, repositórios de jurisprudência, e obras de autores com grande trânsito nos cursos preparatórios.

A criminologia, enquanto disciplina, é outra que passa à distância das preocupações da preparação de magistrados. Há uma nítida despreocupação com o sentido de seletividade da ação penal, uma confusão de conceitos entre o usuário e o dependente, e, sobretudo, uma confiança desmesurada na capacidade dissuasória do direito penal: muitas prisões são decretadas para que o réu deixe de ter contato com a droga ou na esperança de que a comunidade, sem o seu *passador* possa de alguma forma amealhar espaços de maior tranquilidade.

Atônito, o juiz até reconhece que o volume de prisões não tem feito diminuir o ingresso de processos: *Observa-se, ainda, o grande número de casos de tráfico em andamento na justiça paulista, que continua a receber considerável número de novos casos, indicando que não há redução nesse tipo de infração.* Mas, ainda assim, ao final, rende-se à solução de decretar uma vez mais a prisão do acusado de tráfico.

9.

A pesquisa lança luz também sobre alguns mitos da atuação dos juízes, que impõem a este momento ressaltar. O primeiro e mais elementar deles é a falsa ideia de leniência. Não se pode mais conjugar o antigo chavão sem a referida atualização: a polícia prende e os juízes também. E em larga medida.

Se de um lado a constatação pode aquilatar a importância do fator juiz para a formação do grande encarceramento e ser então visto como crítica, um comportamento a ser conhecido para ser transformado; de outro, sem dúvida, permite aos juízes que assumam os papéis de heróis vingadores. Há um significativo reclamo na magistratura no que concerne

a uma consideração de sua pouca importância no *combate à criminalidade*, ou de que, pelo menos, de baixa sensibilidade da mídia em relação a isto. Os dados que aqui se apresentam permitem que arroguem com mais ênfase tais façanhas.

Podemos dizer, ainda, que outros mitos vêm se tornando cada vez menos aceitáveis:

a-) **cada cabeça, a mesma sentença**: os dados colhidos sugerem um certo rompimento com a ideia de imponderabilidade da decisão judicial. O que o conjunto de sentenças mostra é um padrão claro, seja no expressivo resultado das condenações, justamente onde poderia existir maior divergência fática, seja nos argumentos com os quais o desequilíbrio das versões acusação x defesa é construído, como um jogo de resultado esperado. Mesmo em relação às penas, em que se vislumbra uma informal regionalização jurisprudencial, pode-se falar em bolhas locais de convergência, mais do que propriamente uma diversidade de avaliações;

b-) **nem ativista nem legalista**: a controvertida disputa epistêmica não encontra nas decisões representações significativas de seus arquétipos. Raríssimos são os espaços de ativismo –é mais fácil encontrar decisões que ignoram paradigmas de tribunais superiores que aplicaram diretamente princípios constitucionais, pois estes, quando usados, pervertem o próprio sentido de limitação ao poder. Ao mesmo tempo, lastro quase nenhum no formalismo, como o estilhaçamento da presunção de inocência e o pouco cuidado com o trato da legalidade da prova, além da predominância do senso comum sobre o arcabouço doutrinário. Enfim, elementos que estão a indicar também que o espaço de “ordem” é muito mais presente do que propriamente o da lei –com o quê o respeito ao que emana da atividade policial quase se transforma em acatamento.

c-) **a busca da verdade é uma contrafação da realidade**: o predomínio do senso comum não afasta apenas o direito (na medida em que presume relações causais inexistentes), mas também se insere em avaliações que se apodera vulgarmente de questões científicas (como a gravidade da droga ou a forma de seu consumo) e algumas proposições de política-criminal muito pouco verificáveis, como o efeito dissuasório da pena, tratado como regra inabalável e que justifica a escolha e aplicação das medidas cautelares e das sanções criminais. Mas o instinto de realidade tem o limite da própria ideologia que preserva a ordem: o policial é sempre a mesma figura formal e abstrata, impoluta e diligente, cumpridora de suas funções protetivas, salvo prova robusta em contrário. Uma ficção jurídica para combater perigos supostamente reais.

d-) **a autoridade expressa a submissão**: a independência judicial não atua em prol da garantia de direitos fundamentais -em regra, a autonomia do juiz é utilizada para negar a proteção de direitos concedida pelos tribunais superiores; o respeito à jurisprudência local – dos tribunais que manejam promoções, remoções e designações- mais do que o que merecem as decisões pacificadas do STF, indica que ao mesmo tempo em que se procura impor pela ordem, o magistrado a ela se submete sem muitas aparas.

Uniformidade de decisão, que evoca consenso e disciplina; manutenção de ordem, que remete à autoridade e a submissão. Segundo J. A. Griffith, valores que não são propriamente distantes da realidade política do Judiciário. Como se vê de todos os fluxos da visão do interesse público, demonstrada em atitudes judiciais, afirma Griffith, como *ternura para a propriedade privada e antipatia dos sindicatos, forte adesão à manutenção da ordem, o desgosto para opiniões minoritárias*⁶⁶⁴, “*os juízes não são fortes defensores naturais da liberdade. Os juízes estão preocupados em preservar e proteger a ordem existente*”.⁶⁶⁵

e-) **dissidência é uma exceção que consagra a regra**: Pela pesquisa complementar que se fez com as decisões absolutórias, apurou-se que elas representam: a-) o resultado de uma falha na colheita da prova, como o laudo pericial negativo ou a ausência de qualquer testemunha de acusação, ou sua absoluta falta de memória, a despeito de todas as oportunidades que lhe foram dadas; b) o reconhecimento tardio do excesso de denúncia, especialmente em relação aos casos de vários réus, amigos e familiares, em que a prova desde o início firmou-se contra apenas um deles, mas houve o processamento, e quase sempre com prisão, de todos. A maior amplitude de réus nas sentenças de absolvição é a única variável justificada; c-) por fim, uma cota pouco significativa de decisões a que denominamos de contracultura, em que o prestígio da presunção de inocência se faz com maior intensidade. Longe de comprovar orgulhosamente o pluralismo, as instituições mais segregam do que estimulam a diversidade de pensamentos, na linha do que comenta Posner: *o processo de preconfirmação e o desafio de confirmação que os candidatos devem tomar parte se somam para expelir os juízes que nadam contra a maré*⁶⁶⁶.

⁶⁶⁴ **The politics of Judiciary**, p. 336

⁶⁶⁵ Idem, p. 342.

⁶⁶⁶ Op.cit., p. 374.

10.

Compreender o tamanho da responsabilidade judicial pelo grande encarceramento não é uma operação necessariamente negativa. É um convite para discutir os próprios poderes do juiz, em um momento em que está tão em voga a crítica acerca da construção de uma ditadura do Judiciário. A conclusão que é possível extrair das decisões pesquisadas é justamente no sentido contrário.

Como apontou Cohen, o fortalecimento da repressão acaba sendo a marca mais aguda das respostas produzidas pelos agentes do controle social. Na ação do juiz, essa repressão ou combate significa mais condenações, mais pena, regimes mais graves, menos minorantes, mais tempo de prisão cautelar. Em resumo, mais encarceramento.

Quando cede ao senso comum, quando se aparta da técnica, quando mergulha na decisão política, de oportunidade ou conveniência, menos o juiz tem condição de exercer seu poder. As presunções que o ajudam a formar sua livre convicção, em especial a aposta desmedida na idoneidade dos policiais, cujo poder lhe incumbe controlar e refrear, e a busca por uma verdade que pode ser obtida de qualquer forma, não lhe prestigia. A presunção da culpa o torna dispensável. Omissão à tortura e aproveitamento sem reservas dos elementos de inquérito, notadamente os fragmentos de declarações, esvaziam sua competência constitucional de *processar e julgar*. A adesão ao pânico moral, às *razões de Estado*, ao clamor público, enfim, lhes retiram não apenas um considerável naco de independência, mas a própria serventia. Para ser o repositório dos anseios populares, sua existência é claramente dispensável.

O decisionismo não é um exercício de poder, mas, sobretudo, um esvaziamento dele. O prestígio dos vetores constitucionais é a única garantia de relevância aos juízes. É da Constituição que se subtrai a função garantista do juiz, entre os diversos direitos que foram tutelados para moldar o exercício da dignidade humana e da inafastabilidade do Judiciário de apreciar qualquer lesão ou ameaça a eles.

A submissão à ordem, o alinhamento às políticas, a adesão incondicional às polícias o impede de exercer e fazer cumprir as limitações ao poder punitivo que são a sua razão de existir. Como relembra a personagem de Liam Nesson, no diálogo que epigrafou este trabalho, retirado do filme **A Lista de Schindler**: não é a possibilidade de punir que

empodera a autoridade: *poder é quando nós temos toda a justificativa para matar e não matamos.*

Por fim, uma nota sobre a independência judicial.

A independência judicial é um atributo do cidadão, mais do que uma prerrogativa do juiz. Como afirma o Valor 1, dos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial: “A independência judicial é um pré-requisito do Estado de Direito e uma garantia fundamental de um julgamento justo.”⁶⁶⁷

Ela existe para que o juiz possa, sem pressões, garantir os direitos que a Constituição assegura a seus cidadãos: *Não se trata de privilégio do cargo de juiz e sim da responsabilidade a ele atribuída*⁶⁶⁸. A independência é um encargo, portanto, não uma vantagem.

Chega a ser uma perversão, nesta situação, que decisões plenárias do STF sejam refutadas, mesmo que fora do controle direto de constitucionalidade, por interpretações menos protetivas, que imponham o retrocesso. A regra deve espelhar, ao menos, as relações que o direito interno mantém com o sistema internacional de direitos humanos: acolher as normas que expandem a proteção aos direitos humanos, sem prejuízo de reconhecer a validade das normas que no nosso direito conferem proteção mais substancial ao que se consignam nos tratados.

Os juízes não devem ser vedados a conferir uma proteção de direitos humanos maior que aquela conferida em súmulas dos tribunais superiores ou mesmo em decisões plenárias do STF (nem jurídica, muito menos disciplinarmente); mas não devem poder, sob o pretexto da independência, submeter-se a jurisprudência menos protetiva. Para lembrar Zimbardo, acerca da desindividualização pela conformidade: *Eles permaneceram independentes - em suas mentes, mas não em suas ações.*

Não obstante tem-se verificado um crescimento contínuo de encarceramento em relação aos crimes ligados a drogas, e a pesquisa de sentenças conclui pelo exagero das penas, ao lado do excesso de prisão provisória, ainda assim, o conjunto dos juízes avalia uma certa insuficiência na repressão. Pesquisa institucional realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, em 2015 (último ano de colheitas das sentenças deste trabalho),

⁶⁶⁷ “Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial”.

⁶⁶⁸ Op. cit.

apontou que 71,7% dos juízes eram a favor do aumento da pena mínima para delitos de tráfico de drogas e 67,0% eram a favor da proibição de liberdade provisória, com ou sem fiança, para os mesmos delitos.

Há nitidamente uma sensação de que o tráfico de drogas é, efetivamente, um delito de imensa gravidade, mais por seu timbre “equiparado a hediondo”, do que propriamente pelas particularidades do caso concreto. E, com ela, uma aposta desmesurada no encarceramento como forma de solução, naquilo que se constitui, a essa altura, uma espécie de triunfo da esperança sobre a experiência. Acossados pelos reflexos não tão passageiros do pânico moral, suportando o silêncio sobre violências para confiar nos propósitos da polícia, seja na repressão, seja na instrução, os juízes, em grande medida, abonam a tutela da ordem pública que se dá ao crime de tráfico preterindo-se questões sanitárias.

A figura do juiz como um mantenedor da ordem, mais ainda do que garantidor da lei, não lhe engrandece, porém. E, tal qual a violência que perpetra ao estilhaçar a presunção de inocência para esse desiderato, ou a que observa, ao calar-se na denúncia de tortura na qual não acredita, acaba por se enredar no estado de negação também quando é vítima do esvaziamento de suas próprias competências.

O juiz que só encarcera, encarcera-se a si mesmo.

RELAÇÃO DE REPORTAGENS

“Dilma caiu por não apoiar Ponte para o Futuro, diz Temer”, Exame, 23/09/16, disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/dilma-caiu-por-nao-apoiar-ponte-para-o-futuro-diz-temer/>>, acesso em 01/07/18, às 19h00.

“Um em cada 5 mortos em São Paulo é vítima da PM” – Folha de S. Paulo, edição de 27/01/12, Caderno Cotidiano, disponível em <<http://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19021&keyword=v%C3%ADtima&anchor=5744741&origem=busca&pd=a7ae303043c8cf7e54b8ebf0e57d3731>>, acesso em 18/11/16, 10h20.

“Taxa de negros mortos pela polícia de SP é três vezes a de brancos, diz estudo”, G1, edição de 26/03/14, disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/taxa-de-negros-mortos-pela-policia-de-sp-e-3-vezes-de-brancos-diz-estudo.html>>, acesso em 18/11/16, 10h25.

“Assassino que chocou a capital em 1992 está próximo da liberdade”, Estado de Minas, 02/09/11, disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/02/interna_gerais,248406/assassino-que-chocou-a-capital-em-1992-esta-proximo-da-liberdade.shtml>, acesso em 20/07/18, às 21h30.

“Falsificar remédio será crime hediondo”, Folha de S. Paulo, edição de 01/07/98, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff01079819.htm>>, acesso em 23/07/18, às 17h00.

“Para recordar: “Operação Limpa” foi ação da prefeitura em 2005 para dar fim à cracolândia”, Blog Sem Mais nem Menos, postado em 18/01/12; disponível em <<https://semaisnemenos.wordpress.com/2012/01/18/para-recordar-operacao-limpa-foi-acao-da-prefeitura-em-2005-para-dar-fim-a-cracolandia/>>, acesso a 15/06/18, às 18h15.

“Cracolândia resiste agora em novo endereço”, Folha de S. Paulo, edição de 07/04/05, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0704200517.htm>>, acesso em 15/06/18, às 18h00.”

“1º dia de ações na cracolândia prende traficantes, interna 5 e interdita imóveis em SP”, Folha de S. Paulo, edição de 22/07/09. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/07/598875-1-dia-de-acoes-na-cracolandia-prende-trafficantes-interna-5-e-interdita-imoveis-em-sp.shtml?mobile>>, acesso em 15/06/18, às 18h10.

“Ação na Cracolândia resulta em 27 prisões por envolvimento com o tráfico de drogas”, UOL, edição de 29/07/09, disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/29/ult5772u4804.jhtm>>, acesso em 16/06/18, às 15h00

“SP usa ‘dor e sofrimento’ para acabar com Cracolândia”. Revista Exame, 05/01/12. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/sp-usa-dor-e-sofrimento-para-acabar-com-cracolandia/>>, acesso em 16/06/18, às 15h10

“Dois meses após início da Operação Centro Legal, PM tira usuários de crack só de ‘área nobre’ da Luz”, R7, edição de 03/03/12, reproduzido atualmente em <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/dois-meses-apos-inicio-da-operacao-centro-legal-pm-tira-usuarios-de-crack-so-de-area-nobre-da-luz-20120303.html>>, acesso em 15/11/18, às 16h00.

“Megaoperação no Alemão deixa 19 mortos”, Extra, edição de 27/06/07, disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/megaoperacao-no-alemao-deixa-19-mortos-681274.html>>, acesso em 15/06/18, às 22h00.

“Secretário nega excessos da polícia em operações no Complexo do Alemão”, Carta Maior, 29/06/07. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Direitos-Humanos/Secretario-nega>>

excessos-da-policia-em-operacoes-no-Complexo-do-Alemao/5/13631>, acesso em 15/06/18, às 22h10.

“Relatório da União acusa operação policial no Rio de Janeiro de execução sumária”. Folha Online, edição de 01/11/2007. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u341949.sht>>, acesso em 15/06/18 às 22h30

“Trovão e mais dois são expulsos da Polícia Civil por envolvimento com o tráfico”. O Dia, edição de 24/08/2014. Disponível em <https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-23/trova-e-mais-dois-sao-expulsos-da-policia-civil-por-envolvimento-com-o-trafico.html>, acesso em 15/06/18 às 22h40

“Justiça suspende mandado de busca e apreensão no Alemão, VEJA, 27/10/11, disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/justica-suspende-mandado-de-busca-e-apreensao-no-alemao/>>, acesso em 16/06/18, às 19h05.

“Ocupação do Alemão, em 2010, contou com 600 homens e blindados da Marinha”. O Globo, edição de 11/07/2013. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ocupacao-do-alemao-em-2010-contou-com-600-homens-blindados-da-marinha-9001633>>, acesso em 16/06/18, às 19h20.

“Saldo da operação é de 253 presos. Exército deve ficar até julho no Complexo do Alemão”, Carta Capital, edição de 30/11/10, disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/saldo-da-operacao-ate-agora-tem-253-presos-exercito-deve-ficar-ate-julho-no-complexo-do-alemao>>, acesso em 16/06/18, às 19h30.

“As violações de direito no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro”. Brasil de Fato, edição de 27/12/2010. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/node/5339/>>, acesso em 16/06/18, às 20h00.

“Maioria no Rio aprova intervenção federal, mas não vê melhoria na cidade. Segundo Datafolha, 76% dos que vivem na capital do estado apoiam a medida”. Folha de S. Paulo, edição de 25/03/18, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/maioria-no-rio-aprova-intervencao-federal-mas-nao-ve-melhora-na-cidade.shtml>>, acesso em 15/12/18, às 14h00.

“PM de SP bate recorde de mortes e não evita crimes”. Ponte Jornalismo, edição de 12/01/15, disponível em <<https://ponte.org/pm-de-sp-bate-recorde-de-mortes-e-nao-reduz-crimes/>>, acesso em 26/06/18, às 19h20.

“Letalidade da PM é escandalosa, diz diretor da Anistia Internacional no BR”. Disponível em <<https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/letalidade-da-pm-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-br/>>, acesso em 26/06/18, às 19h25.

“Força policial brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório”. G1, edição de 07/09/15, disponível em <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/09/forca-policial-brasileira-e-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio.html>>, acesso em 26/06/18, às 19h30.

“Anistia Internacional aponta aumento de mortes por policiais no Brasil”. Folha de S. Paulo, edição de 21/02/17, <disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1860898-anistia-internacional-aponta-aumento-de-mortes-por-policiais-no-brasil.shtml>>, acesso em 26/06/18, às 19h35.

“19,5% das mortes violentas em 2017 em SP foram causadas por policiais”, G1, edição de 10/05/18, disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/195-das-mortes-violentas-em-2017-em-sp-foram-causadas-por-policiais.ghhtml>, acesso em 26/06/18, às 19h15.

“20% dos homicídios são cometidos pela polícia em serviço, aponta Anistia”, G1, edição de 21/02/17, disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/20-de-homicidios-no-rj-sao-cometidos-pela-policia-em-servico-aponta-anistia.ghtml>, acesso em 26/06/18, às 19h00.

“Brasil lidera ranking de medo de tortura policial”. BBC Brasil, edição de 15/05/04, disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140512_brasil_tortura_vale_rb, acesso em 26/06/18, às 20h30.

“Seis Pessoas são torturadas por dia no Brasil “. El País, edição de 29/01/15, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/29/politica/1422542790_405990.html, acesso em 26/06/18, às 20h40.

“O Brasil que ainda tortura”. IstoÉ, edição de 15/07/11, disponível em https://istoe.com.br/146953_O+BRASIL+QUE+AINDA+TORTURA/, acesso em 26/06/18, às 21h00.

“ONU denunciará Brasil por impunidade de violência policial; 8 em cada 10 Brasileiros temem tortura”, Catraca Livre, edição de 07/03/16, disponível em <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/onu-denunciara-brasil-por-impunidade-de-violencia-policial-8-em-cada-10-brasileiros-temem-tortura/>, acesso em 26/06/18, às 21h15.

“Relatório da Defensoria é considerado um marco contra a tortura no Estado”. Século Diário (ES), edição de 10/01/18, disponível em <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/relatorio-da-defensoria-e-considerado-um-marco-contr-a-tortura-policial-no-es.>, consulta em 22/11/18, às 14h00.

“Mulheres representam 37,3% dos magistrados em atividade em todo o país”. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 08/03/17, disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84432-percentual-de-mulheres-em-atividade-na-magistratura-brasileira-e-de-37-3>, acesso em 25/11/18, às 19h00.

“Especialistas apontam repressão ao tráfico como causa de onda de violência em SP”. UOL, 30/06/12, disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/30/especialistas-apontam-repressao-ao-trafico-de-drogas-como-causa-da-onda-de-violencia-em-sp.htm>, acesso em 01/11/18, às 18h00.

“Em cada batalhão da PM, tem um grupo de extermínio”. Caros Amigos, edição de setembro de 2012 Disponível em https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/10_13_TATIANA_MERLINO_VIOLENCIA_ED_186.pdf, acesso em 06/09/18, às 18h00

“Profissão Repórter mostra aumento de número de pessoas mortas por policiais militares”. Profissão Repórter, TV Globo, edição de 25/02/15. Disponível em <http://forum.darksided.com.br/vb/showthread.php?t=61583&styleid=3>, acesso em 06/09/18 às 18h15

“Kits flagrante – Sargento arrependido confessa ter forjado *resistência seguida de morte* e leva consigo para o inferno mais 17 PMs”. Blog FlitParalisante, edição de 21/01/15, disponível em <https://flitparalisante.wordpress.com/2015/01/21/kits-flagrante-sargento-arrependido-confessa-ter-forjado-resistencia-seguida-de-morte-e-leva-consigo-para-o-inferno-mais-17-pms/>, acesso em 06/09/18 às 18h30.

“As armações da polícia que mata”. El País, edição de 08/02/15, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/07/politica/1423331657_253402.html, acesso em 06/09/18, às 18h40.

“PMs da zona sul de SP são presos com kit flagrante dentro da viatura”. Ponte Jornalismo, edição de 31/01/17, disponível em <<https://ponte.org/pms-da-zona-sul-de-sp-sao-presos-com-kit-flagrante-dentro-da-viatura/>>, acesso em 06/09/18, às 18h50.

“Policiais forjavam denúncias e usavam kit-flagrante, afirma MP”, RT, edição de 10/12/18 disponível em <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/policiais-forjavam-denuncias-e-usavam-kit-flagrante-afirma-mp-10022018>>, acesso em 06/09/18, às 19h00.

“Para juiz, ‘kit flagrante’ com drogas achado com guarda civil não é crime”. R7, edição de 16/05/18, disponível em <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/para-juiz-kit-flagrante-com-drogas-achado-com-guarda-civil-nao-e-crime-16052018>>, consulta em 22/11/18, às 16h00.

“Corregedoria descobre combo de kits-flagrante e prende 11 PMs”. Ponte Jornalismo, edição de 12/04/18, disponível em <<https://ponte.org/corregedoria-descobre-combo-de-kits-flagrantes-e-prende-11-pms/>>, consulta em 22/11/18, às 16h15.

“Presidente do STJ repreende TJSP por ignorar Súmulas e não conceder HCs”. Consultor Jurídico edição de 18/09/18, disponível em <<https://www.conjur.com.br/2018-set-18/stj-repreende-tj-sp-nao-seguir-sumula-nao-conceder-hc>>, acesso em 05/11/2018, às 19h00.

“Punição a juiz por soltar demais e prender de menos”, Carta Capital, edição de 22/08/18, disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/1017/perseguido-a-um-juiz-por-soltar-demais-e-prender-de-menos>>, acesso em 27/11/19h00.

“CNJ absolve juíza punida por libertar presos que já tinham cumprido pena”, sítio do Conselho Nacional de Justiça, publicado no dia 29/08/17, disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85325-cnj-absolve-juiza-punida-por-libertar-presos-que-ja-tinham-cumprido-pena>>, acesso em 27/11/18>, às 19h15.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALEXANDRE, Michelle. **The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness**. Nova York: The New Press, 2012.

AMARAL, Thiago Bottino do. **Habeas corpus nos Tribunais Superiores: uma análise e proposta de reflexão**. Rio de Janeiro: Escola de Direito-FGV, 2016.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da Criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANLEU, Sharyn Roach. **Law and Social Changes**. Londres: SAGE, 2010.

ANLEU, Sharyn Roach. e MACK, Kathy. “Trial Court and Adjudication”, in **The Oxford Handbook of Empirical Legal Research** (CANE, Peter e KRITZER, Herbert, orgs), pp. 545-570. Oxford: OUP, 2012.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos Pensamentos Criminológicos**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. “Pesquisa AMB 2015 – A AMB quer ouvir você”. **Cadernos de resultados**. Disponível em <http://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2015/12/Revista_Resultado_Pesquisa_AMB_2015_para_site.pdf>, acesso em 30/11/18, às 19h00.

BACHMANN, Ronet e SCHUTT, Russel K. **The Practice of Research in Criminology and Criminal Justice**. Londres: SAGE, 2011.

BALDWIN, John. “Research on the Criminal Courts”, in **Doing Research on Crime and Justice** (KING, Roy King e WINCUP, Emma, orgs.). Oxford: OUP, 2000.

BALDWIN, Julie Marie et al. “The night the raving died: The social construction of a local drug panic”, in **Deviant Behaviour**, vol. 33(9), 2012, p. 675/698

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à sociologia do Direito Penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Nilo. **Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti (org). **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva. “As mortes sem pena no Brasil: a difícil convergência entre direitos humanos, política criminal e segurança pública”. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 110, p.211-229, jan/dez 2015.

BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de Sociologia do Desvio**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKETT, Katherine. **Making the Crime Pay: Law and Order in Contemporary American Politics**. Nova York: OUP, 1990.

BELLO FILHO, Ney de Barros e NASCIMENTO, Priscila Cunha do. “Controle de Política Pública nos Estados Unidos: Um estudo do Caso Brown v. Plata”, in **Revista Baiana de Direito**, v. 1, p. 175/202. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2016.

BERGALLI, Roberto. “The New Order in Spain and an Hispanic Perspective on the History and Meaning of Social Control”, in **Social Control and Political Order** (BERGALLI, Roberto e SUMNER, Colin). Londres: SAGE, 1997.

BLACKMON, Douglas A. **Slavery by another name**. The Re-Enslavement of Black Americans from the Civil War to World War II. [Kindle]. Londres: Icon Books, 2012.

BROWN, David. “Mass incarceration”, in **Alternative Criminologies** (CARLEN, Pat e FRANÇA, Leandro Ayres, orgs). Nova York: Routledge, 2018.

BROWN, Wendy. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-Democratization”, in **Political Theory**. Vol. 34, 6 (dez/2006), pp. 690-714.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. “Estado de Controle: A ideologia do controle e o controle da ideologia”, in **O Pensamento Criminológico II: Estado e Controle**. (RAMÍREZ, Juan Bustos e BERGALLI, Roberto, orgs.). Rio de Janeiro: Revan, 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

-“The paradox of police violence in democratic Brazil”, in **Ethnography**, 2002, vol. 3(3), p. 235-263.

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. **A política da justiça: Blindar as elites, criminalizar os pobres**. São Paulo: Hucitec, 2018.

CARVALHO, Salo de. “O encarceramento seletivo da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do Poder Judiciário”, in **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. Belo Horizonte, n. 67, pp. 623-52, jul/dez 2015.

-**A Política Criminal de Drogas no Brasil:** do discurso oficial às razões da descriminalização. Rio de Janeiro: Luam, 1996.

CASARA, Rubens R. R. **Mitologia Processual Penal.** São Paulo: Saraiva, 2015.

-**O Estado Pós-Democrático:** Neo-obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

-“O pensamento do juiz autoritário em 14 pontos” . **Site Justificando**, edição de 13/05/17. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/13/o-pensamento-juiz-autoritario-em-14-pontos/>>, acesso em 22/05/17, às 21h00.

-“No Neoliberalismo, as pessoas são tratadas como mercadorias”. **Site Justificando**, edição de 06/08/16. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/08/06/no-neoliberalismo-pessoas-sao-tratadas-como-mercadoria/>>, acesso em 20/07/18, às 19h15.

-“A morte e a vida da luta de classes”. **Revista Cult**, Coluna Além da Lei. Edição de 21/05/18, disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/morte-e-vida-da-luta-de-classes/>>, acesso em 27/11/18, às 19h40.

CASTRO, Alexandre Samy de. “O método quantitativo na pesquisa em Direito”, in **Pesquisar Empiricamente o Direito** (MACHADO, Maíra Rocha, org.). São Paulo: Rede de Estudos Empíricos de Direito, 2017.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação.** Tradução Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CAULFIELD, Laura e HILL, Jane. **Criminological Research for Begginers.** Nova York: Routledge, 2014.

CAVADINO, Michael, DIGNAN, James e MAIR, George. **The Penal System: An Introduction.** Londres: SAGE, 2013.

CHAVES Jr, Aírto. **Além das Grades:** A paralaxe da violência nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Tirant lo Blanch, 2018.

CHOUKR, Fauzi Hassan. “As medidas cautelares pessoais no Processo Penal Brasileiro: panorama dos três anos da Lei nº 12.403/11”, in **Empório do Direito**, edição de 25/03/15, disponível em <<http://emporiiododireito.com.br/leitura/as-medidas-cautelares-pessoais-no-processo-penal-brasileiro-panorama-dos-tres-anos-da-lei-n-12-403-11-por-fauzi-hassan-choukr>>, acesso em 23/11/18, às 18h00.

CHRISTIE, Nils. **A Suitable Amount of Crime.** Londres: Routledge, 2004.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A Criminologia Radical.** Curitiba: ICPC-Lumen, 2008.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics.** Londres: Routledge, 2011.

-**States of Denial: Knowing about Atrocities and Suffering** [Kindle]. Cambridge: Polity Press, 2008.

-**Against Criminology**. Londres: Routledge, 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final**. Brasília, Governo Federal, 2014. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/>, acesso em 01/02/17, às 18h30.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo II - Procedimentos para oitiva, registro e encaminhamento de denúncias de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3059>, acesso em 01/10/18, às 18h00. Brasília, 2015.

-**Censo do Poder Judiciário: Vetores Iniciais e Dados Estatísticos**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf>, acesso em 16/11/18, às 10h00. Brasília: 2014.

-**Relatório Justiça em Números, 2018**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d2df2f25.pdf>, acesso em 07/01/18, às 21h00. Brasília: 2018.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Favela Nova Brasília vs Brasil, Sentença de 16/02/17, disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_333_esp.pdf, acesso em 26/06/18, às 21h00.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. “Sistema acusatório. Cada parte no lugar constitucionalmente demarcado”, in **Revista de Informação Legislativa**. Senado Federal, v. 46, n. 183, p. 103-115, jul./set. 2009.

-“O papel do novo juiz no Processo Penal”, in *Empório do Direito*, edição de 28/04/15. Disponível em <http://emporiiododireito.com.br/leitura/o-papel-do-novo-juiz-no-processo-penal>, acesso em 01/12/18, às 18h00.

CRITCHER, Cras. **Moral Panics and the Media**. Buckingham: Open University Press, 2003.

CUNHA, Juliana Frei. **Vítimas invisíveis: o pânico moral acerca do tráfico de pessoas para exploração sexual por uma perspectiva de gênero**. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP, 2015, p. 247.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARKE, Sacha. **Conviviality and Survival. Co-Producing Brazilian Prison Order**. [Kindle]. Londres: Palgrave, 2018.

-“Surviving in the New Mass Carceral Zone”, in **Prison Service Journal**. Janeiro, 2017, 229.

DARKE, Sacha, GARCES, Chris e Martin, Tomas. “*Informal prison and dynamics in Africa and Latin America*”, in **Criminal Justice Matters**. Routledge, 2013, 91:1, p. 26-27

DAVIS, Angela J. **Arbitrary Justice**: The power of the american prosecutor. [Kindle] Oxford: OUP, 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Relatório Final. Pesquisa sobre as Sentenças Judiciais por Tráfico de Drogas na Cidade e Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2018, disponível em <http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Pesquisa_Lei_Drogas.pdf>, acesso em 15/10/08, às 19h00.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

–“Punishment and Political Economy” in **The SAGE Handbook of Punishment and Society** (SIMON, Jonathan e SPARKS, Richard). Londres: SAGE, 2013.

DENHAM, Bryan E. “Folk Devils, New Icons and the Construction of Moral Panics”, in **Journalism Studies**, vol 9:6, p. 946-961, nov. 2008.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política Criminal Atuarial: A criminologia do fim da história**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

–“O excesso punitivo e mais um erro legislativo”, in **Gazeta do Povo**, edição de 15/01/16, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-excesso-punitivo-e-mais-um-erro-legislativo-39mztmjaiplxjfl594c7lze28>, acesso em 04/02/17, às 09h00.

DIETER, Vitor Stegemann. “A política penal de drogas proibidas nos EUA e Brasil”, in **Revista Direito e Práxis**, vol. 2 (1), 2011.

DUSTER, Troy. "Pattern, Purpose and Race in the Drug War: The Crisis of Credibility in Criminal Justice," in **Crack in America: Demon Drugs and Social Justice** (REINARMAN, Craig e LEVINE, Harry G, orgs.). Berkeley: University of California Press, 1997.

EAGLETON, Terry. **Why Marx was Right**. New Haven: Yale University Press, 2018.

ELLIOTT-COOPER, Adam, BOULAY, Estele du e KILROY, Eleanor. “Moral Panic in the 21st Century” in **City**. 2014, v. 18, n.2 (160-166). Londres: Routledge, 2014.

EPSTEIN, Lee e KING, Gary. **Pesquisa Empírica em Direito: as regras da inferência**. Edição original: Chicago, University of Chicago Law Review, 2002. Edição consultada: PDF, Escola de Direito de São Paulo, FGV, Tradução: vários autores, disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/.../Pesquisa_empirica_em_direito.pdf;pesquisa>, acesso em 01/03/2018, às 16h00.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS da Lei 11.343/06, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11343-23-agosto-2006-545399-exposicaodemotivos-150201-pl.html>> , consultado em 22/05/17, às 22h11.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS da Lei 12.403/11, **Diário da Câmara Federal**, edição do dia 20/03/01, p. 9543, disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8C787BF25D3DBC8

AAC34B4907E921E55.proposicoesWebExterno1?codteor=401942&filename=Tramitacao-PL+4208/2001, acesso em 12/12/18, às 19h00.

FELIPPE, Marcio Sotelo. “Judiciário, a máquina de triturar direitos”, **Revista Cult**, Coluna Além da Lei, edição de 11/06/18, disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/judiciario-direitos/>>, acesso em 02/12/18, às 21h00>.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes. V. 1: Ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Ed. Biblioteca Azul, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuários Brasileiros de Segurança Pública, edições 2006 a 2016. Disponíveis em < <http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>>, consulta em 24/08/18, às 19h15.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA e INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência, Nota Técnica 17. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/atlas-da-violencia-2016>>, acesso em 15/07/18, às 14h30.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

-**Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. São Paulo: Vozes, 2014.

FRAGOSO, Christiano Falk. **Autoritarismo e Sistema Penal.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FRANCO, Alberto Silva. **Crimes Hediondos.** São Paulo: Saraiva, 2005.

GARAPON, Antoine. **Juez y Democracia: Uma reflexión muy actual.** Tradução (para o espanhol): Manuel Escrivá de Romani. Barcelona: Flor de Viento, 1997.

-**La Raison du Monde État: Le néolibéralisme et la justice.** Paris: Odile Jacob, 2010.

GARAPON, Antoine e SALAS, Denis. **Les Nouvelles Sorcière de Salem: Leçon d’Outreau.** Paris: Seuil, 2006.

-**La République pénalisée.** Paris: Hachette, 1996.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea.** Tradução André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

-**Mass imprisonment: Social Causes and Consequences.** Nova York: SAGE, 2001.

GEBIN, Marcus Paulo. **Corrupção, Pânico Moral e Populismo Penal.** Dissertação (Mestrado). Escola de Direito de São Paulo (FGV-SP), p. 104, 2014.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Autoritarismo e Processo Penal**: Uma genealogia das ideias autoritárias no Processo Penal brasileiro. Rio de Janeiro: Tirant lo Blanch, 2018.

GODOI, Rafael. **Fluxos em Cadeia**: As prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOMES, Patrick Mariano. “O foro privilegiado dos assassinos”, **Revista Cult**, Coluna Além da Lei, edição de 11/05/18, disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/foro-privilegiado-assassinos-e-torturadores/>>, acesso em 26/06/18, às 20h15.

GOODE, Erich e BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral Panics**: The social construction of a deviance. [Kindle]. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2009.

GOODE, Erich. “Moral panics and disproportionality: the case of LSD use in sixties”, in **Deviant Behaviour**, vol. 29, 2008, p. 533-543.

GOTTSCHALK, Marie. “The carceral state and the politics of punishment”, in **The SAGE Handbook of Punishment and Society** (SIMON, Jonathan e SPARKES, Richard). Londres: SAGE, 2013.

GREEN, Penny. **Drug Trafficking and Criminal Police**: The scapegoat theory. Winchester: Waterside Press, 1998.

GRIFFITH, John A. G. **The Politics of Judiciary**. Londres: Fontana, 1997.

GUR-ARYE, Miriam. “The impact of Moral Panic on the Criminal Justice System: Hit-and-Run Traffic Offenses as a Case Study”, in **New Criminal Law Review**, 2017, vol.20 (2), p. 309-353.

HALL, Mary. “The ‘war on drugs’: A continuation of the war on the African American family”, in **Smith College Studies in Social Work**, 1997, vol. 67 (3), p. 609-621.

HALL, Stuart et al. **Policing the Crisis**: Mugging, the state, and law and order. Londres: Macmillan, 1978.

HALL, Stuart. “The Toad in the Garden: Thatcherism among the Theorists” in **Marxism and the interpretation of culture** (CARY, Nelson, e GROSSBERG, Lawrence, orgs.). Urbana: University of Illinois Press, 1988.

HART, Carl. **Um preço muito alto**: A jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre drogas [Kindle]. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HIER, Sean P. “Thinking beyond moral panic. Risk, responsibility and the politics of moralization”, in **Theoretical Criminology**, 2008, vol. 12 (2), p. 173-190.

HIGA, Gustavo Lucas. **Serpentes Negras, Pânico Moral e Políticas de Humanização dos Presídios em São Paulo (1983-1987)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2017, p.168.

HIRSCH, Andreas Von. **Criminal Deterrence and sentencing severity**: An analysis of recente research. Oxford: Hart, 1999.

HOUGH, Mike e ROBERTS, Julian. "Sentencing trends in Britain. Public Knowledge and public opinion". **Punishment and Society**. Vol. 1(1), pp 11-26. Londres: SAGE, 1999.

HORSLEY, Mark. "Forget 'Moral Panics'", in **Journal of Theoretical & Philosophical Criminology**, 2017, vol. 9 (2), p. 84-98.

HUTTON, Neil. "Sentencing as a Social Praticce". In **Perspective on Punishment**: The Contours of Control (ARMSTRONG, Sarah e McAra, Lesley, orgs.). Oxford: OUP, 2006.

IANNI, Octávio. "O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil", in **Temas de Ciências Humanas**, vol. 10, 1981, p -1-34.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Ministério da Justiça. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>, acesso em 25/05/17, às 15h00.

INSTITUTO BAIANO DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL (IBDAPP). Grupo de Pesquisa sobre Audiência de Custódia em Salvador, 2017 (em convênio com Tribunal de Justiça da Bahia). Disponível em <<http://www.ibadpp.com.br/wp-content/uploads/2018/03/RELATO%CC%81RIO-Pesquisa-Audie%CC%82ncias-de-Custo%CC%81dia-IBADPP-1-1.pdf>>, acesso em 26/11/18, às 15h30.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama das apreensões de Drogas no Rio de Janeiro 2010-2016**, disponível em <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/RelatorioDrogas2016.pdf>, acesso em 18/10/18, às 19h00.

IRWIN. John F. e REAL, Daniel L. "Unconscious Influences of Judicial Decision Making: The illusion of objectcity", in **McGeorge Law Review**, v 42, 2016, p. 1-10. Disponível em <<http://scholarlycommons.pacific.edu/mlr/vol42/iss1/1>>, acesso em 02/07/2017, às 15h30.

JAKOBSON, Michael e CHANCER, Lynn. "From left realism to mass incarceration: The need for pragmatic vision in criminal justice policy", in **Crime Law and Social Change** 54(2):187-196, Setembro 2010

JEFFERSON, Tony. "Exploring the continuing relevance of Policing the Crisis". **City**. 2014, v. 18, n.2 (152-159). Londres: Routlege, 2014

JESUS Fº, José de e FONSECA, Francisco César Pinto da. "Taxa de Encarceramento: Análise Comparativa entre os Estados Brasileiros.", in **Revista Brasileira da Administração Política**, vol. 10 (1), p. 99-112.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **O que está no mundo não está nos autos**: a construção da verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas. Tese (Doutorado). FFLCH, USP, 2016.

Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03112016-162557/pt-br.php>> acesso em 06/07/17, às 12:00.

JEWKES, Yvone. **Media and Crime**. Londres: SAGE, 2015.

JONES, Craig. “The trouble new science of legal persuasion. Heuristics and Biases in Judicial Decision Making”. **Hein Online**. Advocates Q. 41, pp. 48–122 Disponível em <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/aqerty41&div=7&id=&page=>>>, acesso dia 20/04/2017, 14h00.

JUPP, Victor. **Methods of Criminological Research**. Londres: Routledge, 1989.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: RT, 2015.

KARAM, Maria Lúcia. “A esquerda punitiva”, in **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro, ICC/Relume Dumara, vol. 1, 1º sem. 1996.

KARSTEDT, Susanne. “Atrocity: the Latin American experience”, in **Alternative Criminologies** (CARLEN, Pat e FRANÇA, Leandro Ayres, orgs.). Nova York: Routledge, 2018.

KHALED JR, Salah. **Videogame e violência: Cruzadas morais contra os jogos eletrônicos no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

-“O sistema processual penal brasileiro. Acusatório, misto ou inquisitório”, in **Civitas**, vol. 10 (2), 2010, pp. 293-308.

LACEY, Nicola. “Punishment, (neo) liberalism and social democracy”, in **The Handbook of Punishment and Society**. (SIMON, Jonathan e SPARKS, orgs.). Londres: SAGE, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

LAUTMANN, Rudiger. **Sociologia y Jurisprudencia**. Tradução Ernesto Garzón Valdés [para o espanhol]. Cidade do México: Fontamara, 2004.

LEITE, Corália Viana. **Memória, mídia e pensamento criminológico: enfoque em casos brasileiros (1988-2016)**. Tese (Doutorado), UESB, 2017.

LIMA, Roberto Kant de. “Polícia e exclusão na cultura judiciária”, in **Tempo Social**, Revista Sociologia USP, mai 1997, vol. 9 (1), p. 169-183.

LOCHE, Adriana. “As revistas policiais, prevenção ou abuso”, sítio da Fundação Perseu Abramo, disponível em <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/6971>>, acesso em 18/11/16, 10h20.

-“A letalidade da ação policial: Parâmetros para Análise”, in **TOMO** (UFSE), vol. 17, jul-dez-2010, p. 39-56.

LOPES Jr, Aury. **Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica** [Kindle]. São Paulo: Saraiva, 2018.

LYNCH, Mona. “Social Psychology of Mass Imprisonment” in **The SAGE Handbook of Punishment and Society** (SIMON, Jonathan e SPARKS, Richard, orgs.). Londres: SAGE, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. O processo de produção do Capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MATHIESEN, Thomas. **Prison on Trail**. Londres: Waterside Press, 2006.

MATTHEWS, Roger. **Realist Criminology**. [Kindle]. Hampshire: Palmgrave McMillan, 2014.

–“Rethinking penal policy: Towards a system approach”, in **The New Politics of Crime and Punishment** (MATTHEWS, Roger e YOUNG, Jock, orgs.). Devon: Willian Publishing, 2013.

MAYER, Margit. “Punishing the Poor – a debate. Some questions on Wacquant’s theorizing the neoliberal state”, in **Theoretical Criminology**, 2010, vol. 14 (1), p. 93-103.

McROBBIE, Angela e THORNTON, Sarah L. “Rethinking ‘Moral Panic’ for Multi-Mediated Social Worlds”, in **The British Journal of Sociology**, vol. 46, n. 4 (dez, 1995). Blackwell Publishing (LSE).

MELOSSI, Dario. “The cultural embeddedness of social country: Reflections on the comparison of Italian and North-American cultures concerning punishment” in **Theoretical Criminology**. Londres, SAGE, 2001. Vol.5(4) 403-424.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Sítio. 22 de Novembro de 1973. Lei Fleury (histórico). disponível em <<http://memorialdademocracia.com.br/card/nova-lei-penal-salva-o-delegado-fleury>>, acesso em 23/07/18, às 19h00

MENEGAT, Marildo. “O Sol por Testemunha”, in **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal** (BATISTA, Vera Malaguti, org.). Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MESQUITA NETO, Paulo. “Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle”, in **Cidadania, Justiça e Violência** (PANDOLFI, Dulce et al, orgs.). Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6742/39.pdf>>, acesso aos 18/07/2018, às 18h00.

MISSE, Michel. “O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa”, in **Revista Sociedade e Estado**, 2011, jan-abr, vol. 26 (1), p. 15-27.

PACHUKANIS, Evguéni. B. Pachukanis. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

PACKER, Herbert. **The Limits of the Criminal Sanction**. Stanford: SUP, 1968.

PAGE, Joshua. "Punishment and the Penal Field", in **The SAGE Handbook of Punishment and Society** (SIMON, Jonathan e SPARKS, Richard). Londres: SAGE, 2013. AIO

PAIVA, Caio Cezar e HEEMAN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: CEI, 2017.

PASTANA, Débora Regina. "Os contornos do Estado Punitivo no Brasil", in **Perspectivas**, 2007, v. 31, p. 29-46.

PAVARINI, Massimo. "Controlling social panic. Security in Italy", in **Social Control and Political Order** (BERGALLI, Roberto e SUMNER, Colin, orgs.). Londres: SAGE, 1997.

- "Processos de recarcerização e 'novas' teorias justificativas da pena", in **Ensaaios Criminológicos** (ZOMER, Ana Paula, org.). Tradução: Lauren Paaletti Stefanini. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

PAVARINI, Massimo e MELOSI, Dario. **Cárcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

PÉREZ TREMP, Pablo. **Tribunal Constitucional y Poder Judicial**. Madri: Fundacion Alternativas, 2003.

PIMENTA, Victor Martins. **Por Trás das Grades: O encarceramento em massa no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias", in **Tempo Social**, Sociologia-USP 9(1), mai, 1997, p. 43-52

PIVEN, Francis Fox. "A response to Wacquant", in **Theoretical Criminology**, 2010, vol 14 (1), p. 111-116.

POSNER, Richard. **How the Judges Think**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

PRADO, Geraldo. "Campo jurídico e capital científico: o acordo entre a pena e o modelo acusatório no Brasil – a transformação de um conceito", in **Decisão Judicial. A cultura jurídica brasileira na transição para a democracia** (com MARTINS, Rui Cunha e CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de). São Paulo/Madri: Marcial Pons, 2012.

PRADO, Geraldo e CASARA, Rubens. "Dispositivos legais desencarceradores: o óbice hermenêutico", in **Depois do Grande Encarceramento** (BATISTA, Vera Malaguti e ABRAMOVAY, Pedro, orgs.). Rio de Janeiro: Revan, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRATT, John. **Penal Populism**. Londre: Routledge, 2007.

-“The international diffusion of punitive penalty: or, penal exceptionalism in the United States? Wacquant v Whitman”, in **Australian & New Zeland Journal of Criminology**, 2011, vol. 44 (1), p. 116-128.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Racismo, pobreza e violência**. Relatório de Desenvolvimento Humano 2005. Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html>>, acesso em 23/11/18, às 19h00.

PROJETO PENSANDO O DIREITO. **Excesso de prisão provisória no Brasil**: um estudo empírico sobre a duração da prisão nos crimes de furto, roubo e tráfico. Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, IPEA e Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em <http://www.uff.br/sites/default/files/news/arquivos/rogerio_finalizada_web.pdf>, acesso em 15/11/18, às 21h00.

RAMOS, José Alberto Bandeira. “Heranças Escravagistas e Ambiguidade Política na América Latina”, in **Cadernos PROLAM/USP**, 2005, vol. 2, p. 123-165.

RAUTER, Cristina. “O Estado penal, as disciplinas e o biopoder”, in **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. (BATISTA, Vera Malaguti (org.). Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

REED, Isaac Ariail. “Deep culture in action: resignificationm synecdoche, and metanarrative in the moral panic of Salem Witch Trials”, in **Theory and Society**, 2015, vol. 44, p. 65-94

REIMAN, Jeffrey. **The rich get richer and the poor get prison**: Ideology, law and criminal justice. Nova York: Wiley, 1979.

REINARMAN, Craig e LEVINE, Harry. “The Crack Attack. Politics and Media in the Crack Scare”. in **Crack in America: Demon Drugs and Social Justice** (REINARMAN, Craig e LEVINE, Harry orgs.). Berkeley: University of California Press, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RISH, Robert. **The sociology of criminal law**. Londres: Butterworths, 1979.

ROBERTS, Julian. “Exploring public attitudes at sentencing” in **Mitigation and Aggravation at sentencing factor at England and Wales** (ROBERTS, Julian e HOUGH, Mike, orgs.). Cambridge: CUP, 2011.

ROBERTS, Julian e DOOB, Antony. “Social Psychology, Social Attitudes and Attitude Toward sentencing”, in **Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des Sciences du comportement**, 1984, Vol.16 (4), p.269-280.

RODRIGUES, Herbert. **A pedofilia e suas narrativas**: uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil. Tese (Doutorado). FFLCH, USP, 2014.

ROMANINI, Moisés e ROSO, Adriane. “Mídia e Crack: Promovendo Saúde ou Reforçando Relações de Dominação”, in **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2012, vol. 32 (1), p. 82-97.

-“Midiatização da Cultura, Criminalização e Patologização dos Usuários de Crack: Discursos e Políticas”, in **Temas em Psicologia**, 2013, vol. 21 (2), p. 483-497

RONZANI, Telmo Mota et alli. “Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003”, in **Ciência, Saúde Coletiva**, vol. 14 (5), nov-dez-2009, p. 1751-1761.

ROTHER, Dawn e MUZZATTI, Stephen. “Enemies Everywhere: Terrorism, Moral Panic and US Civil Society”, in **Critical Criminology**, vol 12: 327-350, Kluwer Law International, 2004.

ROY, Ananya. “The 21st Century Metropolis: New Geography of Theory” in **Regional Studies**, 43:6, 819-830.

RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. Tradução Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SALAS, Denis. **La volonté de punir**: Essai sur le populisme penal. Paris: Pluriel, 2017.

SANTOS, Iris Gomes, GONTIJO, José Geraldo e AMARAL, Ernesto. “A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais, 1990-2010”, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000100105#t01>, acesso em 22/07/18, às 17h00.

SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO. Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça. **IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil**. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/ivdiagndefenspublicav9.pdf/view>, acesso em 12/12/18, às 19h00. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Levantamento sobre legislação de drogas nas Américas e Europa e análise comparativa de prevalência de uso de drogas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

SEMER, Marcelo. **Princípios Penais no Estado Democrático**. São Paulo: Estúdio Editores, 2014.

-“Com 10 Medidas, MP propõe um Código para chamar de seu”, site **Justificando**, edição de 20/08/2016, disponível em <<http://justificando.com/2016/08/20/com-10-medidas-mp-propoe-um-codigo-para-chamar-de-seu/>>, consulta em 09/12/16, às 19h00.

-“Lógica Lava Jato dilacera racionalidade do STF”, **Revista Cult**, Coluna Além da Lei, edição de 29/06/18, disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/logica-lava-jato-dilacera-razionalidade-do-stf/>>, acesso em 10/07/18, às 19h15.

SENADO FEDERAL. Projeto de Lei 239/16, disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126117>>, acesso em 16/12/18, às 14h00.

SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. **Autoritarismo e golpes na América Latina**: Breve ensaio sobre jurisdição e exceção. São Paulo: Alameda, 2016.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. “A abolição da pena de morte no Brasil”, in **Boletim do Instituto de Ciências Criminais**, v. 18, n. 214, p. 6, set 2010.

–“Uma nova política de drogas é possível”, in **Drogas**: desafios contemporâneos (SHECAIRA, Sérgio Salomão et al, orgs.). Belo Horizonte: D’Plácido, 2018.

SIMON, Jonathan. **Governing Through Crime**: How the War on Crime Transformed American Democracy and Created a Culture of Fear, [Kindle]. Nova York: Oxford University, 2007.

–“Mass Incarceration on Trial”, in **Punishment & Society**. Vol. 13 (3), p. 251-255, 2011.

SIMON, Jonathan e SILVESTRE, Giane. “Governing through crime”, in **Alternative Criminologies** (CARLEN, Pat e FRANÇA, Leandro Ayres, orgs.). Nova York: Routledge, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

–**A Tolice da Inteligência Brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

SOZZO, Máximo. **Viagens culturais e a questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

–“Postneoliberalismo y penalidade en América del Sur. A modo de introducción”, in **Postneoliberalismo y penalidade en América del Sur**. Buenos Aires: Clacso, 2016.

STEINBERG, Jonny. “How well does theory travel. David Garland in the Global South” in **Howard Journal of Crime and Justice**, December 2016, Vol.55 (4), p. 514-531.

STRANO, Rafael. **Crack**: Política Criminal e População Vulnerável. São Paulo: Revan, 2018.

SUMNER, Colin. “Crime, Justice and Underdevelopment: Beyond Modernisation Theory”, in **Crime, Justice and Underdevelopment**. Londres: Heineman, 1982.

TAVARES, Juarez. **Fundamentos da Teoria do Delito**. Rio de Janeiro: Tirant lo Blanch, 2018.

THOMPSON, Kenneth. **Moral Panics**. Londres: Routledge, 1988.

VALOIS, Luis Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas**. Belo Horizonte: D’Plácido, 2016.

–“O direito à prova violado nos processos de tráfico de entorpecentes”, in *Drogas. Uma nova Perspectiva*. (SHECAIRA, Sérgio Salomão, org.) São Paulo: IBCCRIM, 2014.

VIANNA, Luiz Werneck. “Weber e a Interpretação do Brasil”, in **Novos Estudos**, Cebrap, 1999, vol. 53, p. 33-47.

VOLCOV, Katerina e Penha Vasconcellos, Maria da. “Crack, é possível vencer’ ou é preciso compreender: observações a partir de campanhas publicitárias do governo federal”. **Revista Saúde e Transformação Social**, UFSC, vol. 4 (2), 2013, p. 99-105

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

- **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

-“Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social”, in BATISTA, Vera Malaguti (Org.) **Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

WADDINGTON, Peter A.J. “Mugging as a Moral Panic: a Question of Proportion”, in **The British Journal of Sociology**, vol. 37(2), jun-1986, p. 245-59

WAGENAAR, Willem A. “Anchored Narratives: a theory of judicial reasoning” in **Psychology, Law and Criminal Justice: International Developments in Research and Practice** (DAVIES, Graham et al (orgs.)). Berlim: De Gruyter, 1996.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**. Homicídio por armas de fogo, disponível em <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf> Brasília: Flacso, 2016.

WALSH, James P. “Moral Panics by design: The case of terrorism”, in **Current Sociology**, vol. 65 (6), p. 643-662. Londres: SAGE, 2017.

WEBBER, Frances. “The war on migration”, in **Beyond Criminology. Taking Harm Seriously**, (HILLYARD, Paddy et al, orgs.). Londres: Pluto Press, 2004

WELCH, Michael. “Moral Panics and Human Rights: scanning the spectrum from overreaction to underreaction”, in **Crime, Social Control and Human Rights: Essays in honour of Stanley Cohen** (DOWNES, David, org.). Cullompton: Willan Publishing, 2009.

WESTMARLAND, Louise. **Researching Crime and Justice: Tales from the Field**. Londres: Routledge, 2011.

WOJCIECHOWSKI, Paula Bianchi e ROSA, Alexandre Moraes da. **Vieses da Justiça: Como as Heurísticas e Vieses Operam nas Decisões Penais e a Atuação Contraintuitiva**. Florianópolis: EMais, 2018.

YEUNG, Luciana. “Jurimetria ou Análise Quantitativa de Decisões Judiciais”, in **Pesquisar Empiricamente o Direito** (MACHADO, Máira Rocha). São Paulo: Rede de Estudos Empíricos de Direito, 2017.

YOUNG, Jock. **A Sociedade Excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

- The Drugtakers:** The social meaning of drug use. Londres: Paladin, 1971.
- “The failure of criminology”, *in* **Confronting Crime** (YOUNG, Jock e MATTHEWS, Roger, orgs.). Londres: SAGE, 1986.
- ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida:** A desconstrução do poder punitivo. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul. **En busca de las penas perdidas:** Deslegitimación y dogmática jurídico-penal. Bogotá: Temis, 1993.
- Poder Judiciário:** Crise, Acertos e Desacertos. Tradução: Juarez Tavares. São Paulo: RT, 1995.
- A palavra dos mortos:** Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul, BATISTA, Nilo, ALAGIA, Alejandro e SLOKAR, Alejandro. **Direito Penal Brasileiro-primeiro volume:** Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- ZIMBARDO, Philip. **The Lucifer Effect:** understand how good people turn evil. Nova York: Ramdon House, 2007.
- ZIMRING, Franklin. “The Scale of Imprisonment in the U. S: Twentieth Century Patterns and Twenty-First Century Prospects”, *in* **The Journal of Criminal Law and Criminology**, vol.100 (3), p. 1003-1225. Northwestern University, 2010

APÊNDICE

- a-) Questionário aplicado às sentenças;
- b-) Relação das sentenças pesquisadas.

QUESTIONÁRIO- PESQUISA DE SENTENÇAS

Estado: _____

Comarca/Foro Distrital: _____

Número Processo: _____

Nome do(a) Juíz (a): _____ ()H____()M

Defesa ()Defensoria Pública

Número de réus ()

() Dativo

() Constituído

() informação não conhecida

1-) Denúncia:

() art. 33, Lei 11.343/06

() art. 35, Lei 11.343/06

() art. 40, da Lei 11343/06 _____

() crimes conexos

----- () porte de arma _____

----- () art. 157 _____

----- () art. 180 _____

----- () outros _____

2-) Início do inquérito:

() flagrante

----- () PM

----- () PC

----- () PF

----- () Policiais (não especificado)

----- () GCM

----- () agente penitenciário

----- () outros _____

() portaria _____

3-) Droga/volume/acondicionamento:

() maconha: _____ / _____

() cocaína, pó: _____ / _____

() crack: _____ / _____

() outras _____

4-) Apreensão de bens:

() dinheiro: _____

() veículo: _____

() apetrechos: _____

() armas: _____

() celular: _____

() outros: _____

5-) Réu:

() homem () homem () homem () homem

() mulher () mulher () mulher () mulher

() menor () menor () menor () menor

Obs: _____

6-) Dados para informação socioeconômica: () pobre () não () INC

() meio transporte: _____

() profissão: _____

() educação: _____

() região da cidade: _____

() vestimentas: _____

() outros: _____

7-) Acesso policial ao fato:

() patrulhamento

() investigação prévia

() denúncia anônima

() informante

() interceptação telefônica

() outras _____

8-) Local:

☐ residência

-----☐ unifamiliar

-----☐ multifamiliar

-----☐ comunidade

☐ via pública

-----☐ com réu

-----☐ próximo a ele

-----☐ com adolescente

-----☐ dispensada por ele

☐ prisão

-----☐ recluso

-----☐ visita

☐ outros _____

9-) mandado de busca

☐ sim

-----☐ individual

-----☐ coletivo

----- ☐ residência unifamiliar

----- ☐ residência multifamiliar

----- ☐ comunidade

☐ não

10-) Prisão processual:

☐ sim

-----☐ flagrante convertida em preventiva

-----☐ preventiva decretada sem flagrante

☐ não

Fundamento: _____

11-) Audiência de custódia

☐ sim

----- () liberdade

----- () prisão

Fundamento: _____

() não

12-) Liberdade provisória (posterior ou sem audiência de custódia):

() sim, data __/__/____ () desconhecida

() não

() informação não conhecida

Obs: _____

13-) Impetração de HC:

() sim

----- () concedido, data __/__/____ () desconhecida

----- () negado

Fundamento/Órgão: _____

() não

() informação não conhecida

14-) Testemunha de acusação/quantidade

() Polícia militar ()

() Polícia Civil () ----- () Policial Federal

() Policial – não especificado ()

() GCM ()

() agente penitenciário ()

() outros _____

15-) Testemunha de defesa:

() sim ()

----- () fatos

----- () antecedentes

----- () informação não conhecida

() não

☐ sentença não esclarece seu conteúdo

16-) Interrogatório judicial:

☐ antes da instrução

☐ depois da instrução

☐ informação não conhecida

17- Interrogatório (cont.):

☐ confissão

☐ confissão

☐ confissão

☐ confissão

☐ negativa autoria

☐ negativa autoria

☐ negativa autoria

☐ negativa autoria

☐ admissão porte

☐ admissão porte

☐ admissão porte

☐ admissão porte

☐ revelia

☐ revelia

☐ revelia

☐ revelia

18-) Pedido do MP:

☐ procedência

☐ procedência parcial

-----☐ um dos crimes_____

-----☐ um dos réus_____

-----☐ desclassificação_____

☐ improcedência

19-) Teses da defesa:

☐ insuficiência de provas

☐ prova ilícita

-----☐ busca sem mandado

-----☐ interceptação não autorizada

-----☐ tortura

☐ prova exclusivamente policial

☐ atipicidade_____

☐ desclassificação_____

☐ aplicação do redutor

☐ aplicação da substituição por restritiva de direitos

☐ nulidades

☐ outras: _____

20-) Registro de violência policial

☐ sim

-----☐ pelo réu

-----☐ auto de prisão/inquérito

-----☐ juízo

-----☐ por testemunhas _____

-----☐ pela defesa

-----☐ pelo MP

-----☐ providência _____

☐ não _____

21-) Sentença:

☐ improcedência/anulação/prescrição

-----☐ absolvição por atipicidade

-----☐ com prévia desclassificação para porte

-----☐ sem prévia desclassificação para porte

-----☐ absolvição por insuficiência de provas

-----☐ outro fundamento _____

-----☐ anulação do processo _____

-----☐ prescrição _____

☐ procedência

-----☐ total

-----☐ parcial

-----☐ parcial para um/alguns réu

-----☐ parcial para um dos crimes

-----☐ desclassificação para porte

22-) condenação (sem desclassificação)

☐ tráfico

☐ auxílio para tráfico

☐ associação para tráfico

- ☐ concurso de crimes da lei de entorpecentes _____
- ☐ crimes conexos _____
- ☐ prejudicado _____

23-) Ato de mercancia (considerado pelo juízo)

- ☐ conduta: _____
- ☐ volume/acondicionamento _____
- ☐ local: ponto de tráfico _____
- ☐ antecedentes _____
- ☐ prejudicado/ Observação _____

24-) Sentença utiliza depoimentos do inquérito:

- ☐ confissão policial ☐ confissão informal ☐ não
- ☐ testemunhas ☐ silêncio ☐ interrogatório

Observação:

25-) Sentença analisa contradições:

- ☐ sim
- ☐ T. acusação
- ☐ T. Defesa
- ☐ Réu
- ☐ não

Observações:

26-) Réu(s):

- ☐ primário ☐ primário ☐ primário ☐ primário
- ☐ reincidente ☐ reincidente ☐ reincidente ☐ reincidente
- ☐ maus antecedentes ☐ maus antecedentes ☐ maus antecedentes ☐ maus anteced

27-) Pena-base:

- ☐ mínimo legal ☐ mínimo legal

() acima do mínimo _____

----- () maus antecedentes

----- () volume _____

----- () natureza da droga

() acima do mínimo _____

----- () maus antecedentes

----- () volume

----- () natureza da droga _____

Fundamento: _____

Agravante: _____

Causa de aumento: _____

28-) Aplicação do redutor (art 33 §4º, L. 11343/06):

() sim

----- () 2/3

----- () 1/2

----- () 2/5

----- () 1/3

----- () 1/5

----- () 1/6

----- () outra proporção _____

Fundamento: _____

() não, fundamento:

----- () inaplicabilidade genérica

----- () inaplicabilidade ao caso concreto

----- () espécie de droga _____

----- () volume _____

----- () membro de organização criminosa _____

----- () habitualidade no crime _____

----- () reincidência

----- () maus antecedentes

Obs: _____

29-) Pena Final: _____

Padrão de Congruência acusação: _____

Padrão de Congruência tráfico: _____

30-) Regime de pena:

() fechado

() fechado

() fechado

() fechado

() semiaberto

() semiaberto

() semiaberto

() semiaberto

☐ aberto ☐ aberto ☐ aberto ☐ aberto
☐ prejudicado ☐ prejudicado ☐ prej. ☐ prej.

Fundamento: _____

31-) Prisão preventiva na sentença

☐ mantém
☐ decreta
☐ revoga
☐ mantém solto

Fundamento: _____

32-) Expede alvará de soltura na sentença:

☐ sim
☐ não

33-) Tempo de prisão provisória:

Prisão: __/__/____

Soltura (liberdade provisória/HC) __/__/____

Sentença: __/__/____

Tempo de prisão provisória: _____

Proporção: prisão provisória/ pena: _____

Prisão provisória/absolvição/restritiva: _____

34-) Utilizou detração de prisão processual para regime (art. 387, §2º, CPP):

☐ sim
-----☐ reduzindo pena a cumprir
-----☐ altera regime
-----☐ não altera regime
-----☐ apenas alterando o regime
-----☐ para semiaberto
-----☐ para aberto
☐ não
-----☐ sem prazo hábil para alteração de regime
-----☐ com prazo hábil para alteração de regime

Fundamentos _____

35-) Substituição por restritiva de direitos no tráfico

() sim

() não, fundamento:

----- () inaplicabilidade genérica

----- () inaplicabilidade ao caso concreto

----- () dimensão da pena

----- () reincidência

----- () maus antecedentes

----- () espécie de droga _____

----- () volume _____

----- () outros _____

() prejudicado

36-) Providências para apurar falso testemunho

() sim

----- () testemunha acusação

----- () testemunha defesa

() não

Obs:

37-) Emprega doutrina na fundamentação:

() não () acusação ()

() sim () defesa ()

----- tema: _____

autor: _____

obra: _____

38-) Emprega jurisprudência na fundamentação:

() não () acusação ()

() sim () defesa ()

-----tema: _____

-----tribunal: _____

39-) Exame de dependência toxicológica/insanidade: () pedido () não pedido

() indeferido _____

() deferido () de ofício

----- () imputável _____

----- () semi-imputável _____

----- () inimputável _____

39b-) Reflexo do exame de dependência/insanidade:

----- () nenhum/prejudicado _____

----- () absolvição imprópria _____

----- () redução de pena _____

40-) Fundamentos/frases a serem analisados:

RELAÇÃO DAS SENTENÇAS PESQUISADAS

001-) 0053080-69.2013.8.26.0050 (TJSP)	
002-) 0089486-89.2013.8.26.0050 (TJSP)	
003-) 0017501-26.2014.8.26.0050 (TJSP)	
004-) 0055763-79.2013.8.26.0050 (TJSP)	
005-) 0015527-85.2013.8.26.0050 (TJSP)	
006-) 0011521-35.2013.8.26.0050 (TJSP)	
007-) 0830037-75.2010.8.26.0050 (TJSP)	
008-) 0025720-28.2014.8.26.0050 (TJSP)	
009-) 0019635-26.2014.8.26.0050 (TJSP)	
010-) 0031505-05.2013.8.26.0050 (TJSP)	
011-) 0024731-90.2012.8.26.0050 (TJSP)	
012-) 0053867-98.2013.8.26.0050 (TJSP)	
013-) 0070340-62.2013.8.26.0050 (TJSP)	
014-) 0069586-23.2013.8.26.0050 (TJSP)	
028-) 0000481-69.2014.8.26.0681 (TJSP)	
029-) 0011978-38.2013.8.26.0577 (TJSP)	
030-) 0083899-83.2012.8.26.0224 (TJSP)	
031-) 0009547-62.2013.8.26.0114 (TJSP)	
032-) 0009733-62.2013.8.26.0348 (TJSP)	
033-) 0004349-92.2012.8.26.0368 (TJSP)	
034-) 0004190-37.2013.8.26.0297 (TJSP)	
035-) 0000506-32.2013.8.26.0224 (TJSP)	
036-) 0004797-08.2012.8.26.0484 (TJSP)	
037-) 3004674-31.2013.8.26.0481 (TJSP)	
038-) 0007727-08.2013.8.26.0114 (TJSP)	
039-) 3002853-20.2013.8.26.0601 (TJSP)	
040-) 0023830-46.2012.8.26.0625 (TJSP)	
041-) 0029179-67.2010.8.26.0506 (TJSP)	
042-) 3002722-56.2013.8.26.0080 (TJSP)	
043-) 0000071-08.2013.8.26.0564 (TJSP)	
044-) 2009.300-9 (TJPR)	
045-) 0002368-60.2013.8.16.0048 (TJPR)	
046-) 0000570-59.2014.8.16.0103 (TJPR)	
047-) 0023027-86.2013.8.16.0017 (TJPR)	
048-) 2011.2819-1 (TJPR)	
049-) 2013.5819-6 (TJPR)	
050-) 0009400-87.2014.8.16.0014 (TJPR)	
051-) 0002512-71.2015.8.16.0013 (TJPR)	
052-) 0000567-49.2015.8.16.0013 (TJPR)	
053-) 0023954-30.2014.8.16.0013 (TJPR)	
054-) 0006119-92.2015.8.16.0013 (TJPR)	
055-) 0016856-06.2012.8.21.0019 (TJRS)	
056-) 0016184-49.2013.8.21.0023 (TJRS)	
057-) 0000034-85.2015.8.21.0002 (TJRS)	
058-) 0010551-33.2014.8.21.0052 (TJRS)	
059-) 0001109-82.2013.8.21.0018 (TJRS)	
060-) 0015401-84.2013.8.21.0014 (TJRS)	
061-) 0039332-58.2014.8.21.0022 (TJRS)	
062-) 0079868-14.2013.8.21.0001 (TJRS)	
063-) 0288967-87.2014.8.21.0001 (TJRS)	
064-) 0006572-22.2014.8.21.0001 (TJRS)	
015-) 0032664-46.2014.8.26.0050 (TJSP)	
016-) 0048566-50.2012.8.26.0554 (TJSP)	
017-) 0064114-31.2013.8.26.0506 (TJSP)	
018-) 0007278-41.2013.8.26.0602 (TJSP)	
019-) 0022810-55.2013.8.26.0602 (TJSP)	
020-) 0001575-44.2011.8.26.0168 (TJSP)	
021-) 0010655-90.2013.8.26.0223 (TJSP)	
022-) 0008061-42.2013.8.26.0114 (TJSP)	
023-) 0014574-45.2013.8.26.0625 (TJSP)	
024-) 0010528-13.2013.8.26.0625 (TJSP)	
025-) 3010771-72.2013.8.26.0602 (TJSP)	
026-) 0001402-83.2013.8.26.0577 (TJSP)	
027-) 0004735-82.2013.8.26.0564 (TJSP)	
065-) 0367139-43.2014.8.21.0001 (TJRS)	
066-) 0010660-60.2012.8.10.0040 (TJMA)	
067-) 0007176-57.2012.8.10.0001 (TJMA)	
068-) 0000305-59.2015.8.10.0048 (TJMA)	
069-) 0000663-05.2012.8.10.0056 (TJMA)	
070-) 0000342-84.2013.8.10.0136 (TJMA)	
071-) 0036533-48.2013.8.10.0001 (TJMA)	
072-) 2014.0184.2792 (TJGO)	
073-) 2013.0104.9837 (TJGO)	
074-) 2009.0366.4911 (TJGO)	
075-) 2009.0061.2490 (TJGO)	
076-) 2014.0000.4866 (TJGO)	
077-) 2014.0199.4410 (TJGO)	
078-) 0023442-38.2013.8.14.0401 (TJPA)	
079-) 0009897-95.2013.8.14.0401 (TJPA)	
080-) 0011932-65.2011.8.14.0401 (TJPA)	
081-) 0005300-70.2014.8.14.0006 (TJPA)	
082-) 0001403-93.2014.8.14.0051 (TJPA)	
083-) 0001451-34.2013.8.14.0133 (TJPA)	
084-) 0005192-57.2014.8.14.0033 (TJPA)	
085-) 0001415-87.2012.8.14.0048 (TJPA)	
086-) 0300293-59.2013.8.05.0022 (TJBA)	
087-) 0301955-53.2013.8.05.0250 (TJBA)	
088-) 0000148-58.2013.8.05.0125 (TJBA)	
089-) 0000482-67.2013.8.05.0198 (TJBA)	
090-) 0301936-76.2014.8.05.0229 (TJBA)	
091-) 0003763-31.2012.8.05.0080 (TJBA)	
092-) 0003378-49.2013.8.05.0080 (TJBA)	
093-) 0300615-65.2014.8.05.0274 (TJBA)	
094-) 0001268-74.2011.8.05.0039 (TJBA)	
095-) 0011021-59.2010.8.05.0146 (TJBA)	
096-) 0301935-37.2014.8.05.0150 (TJBA)	
097-) 0342107-51.2012.8.05.0001 (TJBA)	
098-) 0372688-15.2013.8.05.0001 (TJBA)	
099-) 0356156-63.2013.8.05.0001 (TJBA)	
100-) 0371254-25.2012.8.05.0001 (TJBA)	
101-) 0009233-44.2011.8.13.0261 (TJMG)	

102-) 0075585-28.2013.8.13.0693 (TJMG)
 103-) 0506129-72.2011.8.13.0702 (TJMG)
 104-) 0135145-71.2013.8.13.0313 (TJMG)
 105-) 0053683-51.2013.8.13.0456 (TJMG)
 106-) 0131309-11.2013.8.13.0016 (TJMG)
 107-) 0088689-87.2014.8.13.0035 (TJMG)
 108-) 0180771-95.2013.8.13.0707 (TJMG)
 109-) 0180475-58.2013.8.13.0518 (TJMG)
 110-) 0143026-17.2013.8.13.0114 (TJMG)
 111-) 0027690-65.2014.8.13.0231 (TJMG)
 112-) 0049179-51.2014.8.13.0105 (TJMG)
 113-) 0313110-64.2013.8.13.0433 (TJMG)
 114-) 0259822-66.2010.8.13.0027 (TJMG)
 115-) 0111068-17.2013.8.13.0145 (TJMG)
 116-) 0144513-04.2013.8.13.0702 (TJMG)
 117-) 3521799-28.2013.8.13.0024 (TJMG)
 118-) 0722331-35.2014.8.13.0024 (TJMG)
 119-) 0917998-56.2014.8.13.0024 (TJMG)
 120-) 3410472-78.2013.8.13.0024 (TJMG)
 121-) 0040668-72.2014.8.26.0050 (TJSP)
 122-) 0036623-59.2013.8.26.0050 (TJSP)
 123-) 0047738-43.2014.8.26.0050 (TJSP)
 124-) 0091428-25.2014.8.26.0050 (TJSP)
 125-) 0060506-35.2013.8.26.0050 (TJSP)
 126-) 0095097-23.2013.8.26.0050 (TJSP)
 127-) 0099451-91.2013.8.26.0050 (TJSP)
 128-) 0053951-65.2014.8.26.0050 (TJSP)
 129-) 0033647-79.2013.8.26.0050 (TJSP)
 130-) 0015257-27.2014.8.26.0050 (TJSP)
 131-) 0113696-44.2012.8.26.0050 (TJSP)
 132-) 0001793-67.2013.8.26.0050 (TJSP)
 133-) 0086069-31.2013.8.26.0050 (TJSP)
 134-) 0089751-91.2013.8.26.0050 (TJSP)
 135-) 0049421-18.2014.8.26.0050 (TJSP)
 136-) 0056084-80.2014.8.26.0050 (TJSP)
 137-) 0056684-09.2011.8.26.0050 (TJSP)
 138-) 0099320-58.2009.8.26.0050 (TJSP)
 139-) 0001143-49.2015.8.26.0050 (TJSP)
 140-) 0078449-31.2014.8.26.0050 (TJSP)
 141-) 0000224-51.2015.8.26.0635 (TJSP)
 142-) 0056275-28.2014.8.26.0050 (TJSP)
 143-) 0037883-40.2014.8.26.0050 (TJSP)
 144-) 0051905-11.2011.8.26.0050 (TJSP)
 145-) 0115670-19.2012.8.26.0050 (TJSP)
 146-) 0003615-57.2014.8.26.0050 (TJSP)
 147-) 0050038-12.2013.8.26.0050 (TJSP)
 148-) 0071950-65.2013.8.26.0050 (TJSP)
 149-) 0076155-06.2014.8.26.0050 (TJSP)
 150-) 0025037-25.2013.8.26.0050 (TJSP)
 151-) 0062312-08.2013.8.26.0050 (TJSP)
 152-) 0053880-97.2013.8.26.0050 (TJSP)
 153-) 0005770-33.2014.8.26.0050 (TJSP)
 154-) 0014954-13.2014.8.26.0050 (TJSP)
 155-) 0093791-87.2011.8.26.0050 (TJSP)
 156-) 0091289-44.2012.8.26.0050 (TJSP)
 157-) 0003917-57.2012.8.26.0050 (TJSP)
 158-) 0089249-60.2010.8.26.0050 (TJSP)
 159-) 0049987-98.2013.8.26.0050 (TJSP)
 160-) 0034238-41.2013.8.26.0050 (TJSP)
 161-) 0006649-40.2014.8.26.0050 (TJSP)
 162-) 0101684-61.2013.8.26.0050 (TJSP)
 163-) 0068755-72.2013.8.26.0050 (TJSP)
 164-) 0105314-62.2012.8.26.0050 (TJSP)
 165-) 0048685-34.2013.8.26.0050 (TJSP)
 166-) 0014016-18.2014.8.26.0050 (TJSP)
 167-) 0095439-34.2013.8.26.0050 (TJSP)
 168-) 0016666-72.2013.8.26.0050 (TJSP)
 169-) 0032750-85.2013.8.26.0050 (TJSP)
 170-) 0012139-14.2012.8.26.0050 (TJSP)
 171-) 0062310-38-2013.8.26.0050 (TJSP)
 172-) 0109363-15.2013.8.26.0050 (TJSP)
 173-) 0078043-44.2013.8.26.0050 (TJSP)
 174-) 0085715-06.2013.8.26.0050 (TJSP)
 175-) 0061554-29.2013.8.26.0050 (TJSP)
 176-) 0665888-72.2014.8.26.0050 (TJSP)
 177-) 0065602-31.2013.8.26.0050 (TJSP)
 178-) 0027431-05.2013.8.26.0050 (TJSP)
 179-) 0666673-68.2013.8.26.0050 (TJSP)
 180-) 0081589-10.2013.8.26.0050 (TJSP)
 181-) 0053722-42.2013.8.26.0050 (TJSP)
 182-) 0109722-96.2012.8.26.0050 (TJSP)
 183-) 0072662-55.2013.8.26.0050 (TJSP)
 184-) 0080195-65.2013.8.26.0050 (TJSP)
 185-) 0086131-71.2013.8.26.0050 (TJSP)
 186-) 0907028-83.2013.8.26.0050 (TJSP)
 187-) 0013949-53.2014.8.26.0050 (TJSP)
 188-) 0044900-30.2014.8.26.0050 (TJSP)
 189-) 0077133-17.2013.8.26.0050 (TJSP)
 190-) 0016821-75.2013.8.26.0050 (TJSP)
 191-) 0102846-28.2012.8.26.0050 (TJSP)
 192-) 0001006-04.2014.8.26.0050 (TJSP)
 193-) 0058621-83.2013.8.26.0050 (TJSP)
 194-) 0116419-36.2012.8.26.0050 (TJSP)
 195-) 0035963-65.2013.8.26.0050 (TJSP)
 196-) 0098245-42.2013.8.26.0050 (TJSP)
 197-) 0037323-35.2013.8.26.0050 (TJSP)
 198-) 0031618-56.2013.8.26.0050 (TJSP)
 199-) 0001687-37.2015.8.26.0050 (TJSP)
 200-) 0056402-97.2013.8.26.0050 (TJSP)
 201-) 0096461-98.2011.8.26.0050 (TJSP)
 202-) 0080877-83.2014.8.26.0050 (TJSP)
 203-) 0096817-25.2013.8.26.0050 (TJSP)
 204-) 0025962-21.2013.8.26.0050 (TJSP)
 205-) 0029931-44.2013.8.26.0050 (TJSP)
 206-) 0000821-72.2007.8.26.0288 (TJSP)
 207-) 0000046-16.2013.8.26.0266 (TJSP)
 208-) 0002889-79.2013.8.26.0483 (TJSP)
 209-) 0001858-87.2012.8.26.0247 (TJSP)

210-) 0001388-69.2013.8.26.0102 (TJSP)
211-) 0009141-96.2010.8.26.0453 (TJSP)
212-) 0003723-40.2012.8.26.0282 (TJSP)
213-) 0900967-85.2012.8.26.0103 (TJSP)
214-) 0002082-07.2012.8.26.0059 (TJSP)
215-) 0000990-85.2012.8.26.0449 (TJSP)
216-) 0002440-23.2012.8.26.0333 (TJSP)
217-) 0004150-43.2009.8.26.0411 (TJSP)
218-) 0000423-56.2013.8.26.0534 (TJSP)
219-) 0000074-72.2013.8.26.0075 (TJSP)
220-) 3000264-81.2013.8.26.0075 (TJSP)
221-) 0000507-73.2013.8.26.0270 (TJSP)
222-) 3001867-89.2013.8.26.0270 (TJSP)
223-) 0003835-31.2013.8.26.0619 (TJSP)
224-) 0003569-44.2013.8.26.0619 (TJSP)
225-) 0003787-58.2012.8.26.0441 (TJSP)
226-) 0003786-73.2012.8.26.0441 (TJSP)
227-) 0006515-18.2013.8.26.0189 (TJSP)
228-) 0002171-91.2013.8.26.0189 (TJSP)
229-) 0006419-89.2013.8.26.0322 (TJSP)
230-) 0005542-52.2013.8.26.0322 (TJSP)
231-) 0007432-21.2009.8.26.0272 (TJSP)
232-) 0004507-47.2012.8.26.0272 (TJSP)
233-) 0000694-80.2013.8.26.0238 (TJSP)
234-) 0000577-26.2012.8.26.0238 (TJSP)
235-) 0007948-51.2012.8.26.0073 (TJSP)
236-) 0002101-34.2013.8.26.0073 (TJSP)
237-) 0008561-12.2012.8.26.0642 (TJSP)
238-) 0002086-75.2011.8.26.0642 (TJSP)
239-) 0002456-51.2012.8.26.0664 (TJSP)
240-) 0018900-62.2012.8.26.0664 (TJSP)
241-) 0000403-93.2013.8.26.0266 (TJSP)
242-) 0010165-19.2006.8.26.0157 (TJSP)
243-) 0004820-10.2013.8.26.0066 (TJSP)
244-) 0007731-29.2012.8.26.0066 (TJSP)
245-) 0002626-37.2013.8.26.0066 (TJSP)
246-) 0005168-58.2012.8.26.0132 (TJSP)
247-) 0015174-27.2012.8.26.0132 (TJSP)
248-) 0002830-48.2011.8.26.0132 (TJSP)
249-) 3004263-07.2013.8.26.0604 (TJSP)
250-) 3009691-03.2013.8.26.0302 (TJSP)
251-) 3009384-49.2013.8.26.0302 (TJSP)
252-) 0022233-43.2012.8.26.0269 (TJSP)
253-) 0000012-95.2014.8.26.0269 (TJSP)
254-) 3009539-54.2013.8.26.0269 (TJSP)
255-) 0018656-82.2012.8.26.0099 (TJSP)
256-) 0005866-95.2014.8.26.0099 (TJSP)
257-) 0013531-36.2012.8.26.0099 (TJSP)
258-) 3002043-20.2013.8.26.0286 (TJSP)
259-) 0013948-10.2012.8.26.0286 (TJSP)
260-) 0003855-60.2013.8.26.0286 (TJSP)
261-) 0000319-86.2013.8.26.0268 (TJSP)
262-) 0008576-71.2011.8.26.0268 (TJSP)
263-) 0003752-69.2011.8.26.0268 (TJSP)

264-) 0001121-24.2013.8.26.0191 (TJSP)
265-) 0000999-16.2010.8.26.0191 (TJSP)
266-) 0005019-79.2012.8.26.0191 (TJSP)
267-) 0001388-51.2014.8.26.0032 (TJSP)
268-) 0024057-06.2011.8.26.0032 (TJSP)
269-) 0000201-42.2013.8.26.0032 (TJSP)
270-) 0007177-39.2014.8.26.0482 (TJSP)
271-) 0004867-60.2014.8.26.0482 (TJSP)
272-) 3009479-24.2013.8.26.0482 (TJSP)
273-) 0005924-16.2014.8.26.0482 (TJSP)
274-) 0016336-85.2011.8.26.0037 (TJSP)
275-) 0002236-23.2014.8.26.0037 (TJSP)
276-) 0019093-20.2013.8.26.0037 (TJSP)
277-) 0019630-63.2010.8.26.0302 (TJSP)
278-) 3004022-42.2013.8.26.0019 (TJSP)
279-) 3000347-71.2013.8.26.0099 (TJSP)
280-) 0022230-69.2012.8.26.0099 (TJSP)
281-) 0004871-31.2014.8.26.0099 (TJSP)
282-) 0012396-72.2014.8.26.0566 (TJSP)
283-) 0016950-21.2012.8.26.0566 (TJSP)
284-) 0004981-38.2014.8.26.0566 (TJSP)
285-) 0007359-64.2014.8.26.0566 (TJSP)
266-) 0025507-56.2012.8.26.0320 (TJSP)
287-) 3019291-91.2013.8.26.0320 (TJSP)
288-) 3018190-19.2013.8.26.0320 (TJSP)
289-) 0003640-70.2013.8.26.0320 (TJSP)
290-) 0005071-97.2012.8.26.0604 (TJSP)
291-) 0012438-80.2009.8.26.0604 (TJSP)
292-) 0018710-85.2013.8.26.0625 (TJSP)
293-) 0011398-71.2011.8.26.0223 (TJSP)
294-) 3002450-21.2013.8.26.0223 (TJSP)
295-) 0049580-63.2012.8.26.0071 (TJSP)
296-) 3002269-88.2013.8.26.0071 (TJSP)
297-) 0048632-63.2008.8.26.0071 (TJSP)
298-) 0027788-19.2013.8.26.0071 (TJSP)
299-) 3000888-69.2013.8.26.0071 (TJSP)
300-) 3008410-50.2013.8.26.0451 (TJSP)
301-) 0032136-75.2011.8.26.0451 (TJSP)
302-) 3002902-26.2013.8.26.0451 (TJSP)
303-) 0007946-18.2013.8.26.0309 (TJSP)
304-) 0022479-79.2013.8.26.0309 (TJSP)
305-) 0009517-24.2013.8.26.0309 (TJSP)
306-) 0001540-78.2013.8.26.0309 (TJSP)
307-) 0012486-68.2013.8.26.0161 (TJSP)
308-) 0003363-12.2014.8.26.0161 (TJSP)
309-) 0003035-82.2014.8.26.0161 (TJSP)
310-) 0000333-66.2014.8.26.0161 (TJSP)
311-) 0021992-29.2013.8.26.0562 (TJSP)
312-) 0048504-83.2012.8.26.0562 (TJSP)
313-) 0005421-17.2012.8.26.0562 (TJSP)
314-) 0014490-39.2013.8.26.0562 (TJSP)
315-) 0007796-12.2013.8.26.0576 (TJSP)
316-) 0006556-85.2013.8.26.0576 (TJSP)
317-) 0015843-72.2013.8.26.0576 (TJSP)

318-) 0010202-06.2013.8.26.0576 (TJSP)	372-) 0020770-66.2014.8.16.0013 (TJPR)
319-) 0016703-20.2009.8.26.0348 (TJSP)	373-) 0009579-87.2015.8.16.0013 (TJPR)
320-) 0014341-74.2011.8.26.0348 (TJSP)	374-) 0006468-95.2015.8.16.0013 (TJPR)
321-) 0005350-55.2013.8.26.0602 (TJSP)	375-) 0022012-60.2014.8.16.0013 (TJPR)
322-) 3003758-22.2013.8.26.0602 (TJSP)	376-) 0029035-57.2014.8.16.0013 (TJPR)
323-) 0001171-15.2012.8.26.0602 (TJSP)	377-) 0002847-87.2015.8.16.0014 (TJPR)
324-) 0040445-46.2013.8.26.0506 (TJSP)	378-) 0074583-05.2014.8.16.0014 (TJPR)
325-) 0041308-70.2011.8.26.0506 (TJSP)	379-) 0002724-89.2015.8.16.0014 (TJPR)
326-) 0047291-84.2010.8.26.0506 (TJSP)	380-) 0010801-49.2013.8.16.0017 (TJPR)
327-) 0039612-28.2013.8.26.0506 (TJSP)	381-) 0001462-32.2014.8.16.0017 (TJPR)
328-) 0017976-84.2013.8.26.0577 (TJSP)	382-) 0032945-52.2010.8.16.0017 (TJPR)
329-) 0031645-78.2011.8.26.0577 (TJSP)	383-) 0015181-81.2014.8.16.0017 (TJPR)
330-) 0009438-17.2013.8.26.0577 (TJSP)	384-) 0023413-76.2014.8.16.0019 (TJPR)
331-) 0001882-61.2013.8.26.0577 (TJSP)	385-) 0003582-02.2015.8.16.0021 (TJPR)
332-) 0026044-28.2012.8.26.0405 (TJSP)	386-) 0001362-31.2015.8.16.0021 (TJPR)
333-) 0000180-14.2013.8.26.0405 (TJSP)	387-) 0003434-60.2014.8.16.0074 (TJPR)
334-) 0000282-79.2012.8.26.0405 (TJSP)	388-) 0025059-73.2014.8.16.0035 (TJPR)
335-) 0000292-80.2013.8.26.0405 (TJSP)	389-) 0016737-64.2014.8.16.0035 (TJPR)
336-) 0036256-42.2010.8.26.0405 (TJSP)	390-) 2013.3260-0 (TJPR)
337-) 0020565-17.2012.8.26.0405 (TJSP)	391-) 2014.0685-6 (TJPR)
338-) 0011002-70.2013.8.26.0564 (TJSP)	392-) 0015252-38.2014.8.16.0129 (TJPR)
339-) 0062261-46.2009.8.26.0564 (TJSP)	393-) 2008.2498-5 (TJPR)
340-) 0036379-77.2012.8.26.0564 (TJSP)	394-) 0012361-56.2014.8.16.0028 (TJPR)
341-) 0007031-77.2013.8.26.0564 (TJSP)	395-) 0002991-73.2014.8.16.0086 (TJPR)
342-) 0083793-24.2012.8.26.0224 (TJSP)	396-) 2013.2637-5 (TJPR)
343-) 0007137-89.2013.8.26.0224 (TJSP)	397-) 0012871-94.2013.8.16.0031 (TJPR)
344-) 0071360-56.2010.8.26.0224 (TJSP)	398-) 0002981-59.2014.8.16.0173 (TJPR)
345-) 0063977-56.2012.8.26.0224 (TJSP)	399-) 0004929-36.2014.8.16.0173 (TJPR)
346-) 0086884-25.2012.8.26.0224 (TJSP)	400-) 0006914-49.2014.8.16.0170 (TJPR)
347-) 3015214-36.2013.8.26.0224 (TJSP)	401-) 2009.9000189-2 (TJPR)
348-) 3008125-59.2013.8.26.0224 (TJSP)	402-) 0005774-31.2014.8.16.0056 (TJPR)
349-) 3017186-41.2013.8.26.0224 (TJSP)	403-) 0001076-02.2015.8.16.0038 (TJPR)
350-) 0046918-94.2012.8.26.0114 (TJSP)	404-) 0006505-43.2014.8.16.0083 (TJPR)
351-) 0009754-61.2013.8.26.0114 (TJSP)	405-) 0002698-36.2013.8.16.0055 (TJPR)
352-) 0063347-39.2012.8.26.0114 (TJSP)	406-) 0001228-60.2013.8.16.0025 (TJPR)
353-) 0071006-02.2012.8.26.0114 (TJSP)	407-) 0007405-76.2014.8.16.0131 (TJPR)
354-) 3004981-19.2013.8.26.0114 (TJSP)	408-) 0000889-07.2013.8.16.0024 (TJPR)
355-) 0073209-34.2012.8.26.0114 (TJSP)	409-) 0012876-55.2013.8.16.0116 (TJPR)
356-) 3001672-87.2013.8.26.0114 (TJSP)	410-) 2014.0362-8 (TJPR)
357-) 0012847-98.2010.8.26.0223 (TJSP)	411-) 0004205-23.2014.8.16.0079 (TJPR)
358-) 0005830-61.2012.8.26.0604 (TJSP)	412-) 2014.1045-4 (TJPR)
359-) 0000438-89.2013.8.26.0157 (TJSP)	413-) 0002150-71.2014.8.16.0153 (TJPR)
360-) 0009274-85.2012.8.26.0157 (TJSP)	414-) 0007210-04.2014.8.16.0160 (TJPR)
361-) 0003918-70.2013.8.26.0288 (TJSP)	415-) 0004540-87.2014.8.16.0064 (TJPR)
362-) 0006095-35.2012.8.26.0581 (TJSP)	416-) 0013432-78.2014.8.16.0130 (TJPR)
363-) 0001076-77.2015.8.16.0013 (TJPR)	417-) 0021044-38.2014.8.16.0075 (TJPR)
364-) 0002316-04.2015.8.16.0013 (TJPR)	418-) 0000532-27.2009.8.16.0134 (TJPR)
365-) 0023609-98.2013.8.16.0013 (TJPR)	419-) 0004361-35.2013.8.16.0147 (TJPR)
366-) 0001754-92.2015.8.16.0013 (TJPR)	420-) 2013.1157-2 (TJPR)
367-) 0008209-73.2015.8.16.0013 (TJPR)	421-) 0002092-91.2014.8.16.0113 (TJPR)
368-) 0024638-52.2014.8.16.0013 (TJPR)	422-) 0006342-41.2014.8.16.0058 (TJPR)
369-) 0005252-46.2008.8.16.0013 (TJPR)	423-) 0003040-88.2014.8.16.0030 (TJPR)
370-) 0019745-18.2014.8.16.0013 (TJPR)	424-) 0109933-50.2012.8.21.0001 (TJRS)
371-) 0028590-39.2014.8.16.0013 (TJPR)	425-) 0006361-07.2014.8.21.0001 (TJRS)

426-) 0426386-86.2013.8.21.0001 (TJRS)	480-) 0007435-47.2013.8.21.0054 (TJRS)
427-) 0310630-63.2012.8.21.0001 (TJRS)	481-) 0000237-92.2014.8.21.0160 (TJRS)
428-) 0333856-63.2013.8.21.0001 (TJRS)	482-) 0009242-54.2013.8.21.0070 (TJRS)
429-) 0300341-37.2013.8.21.0001 (TJRS)	483-) 0002684-37.2013.8.21.0112 (TJRS)
430-) 0351079-29.2013.8.21.0001 (TJRS)	484-) 0000655-72.2014.8.21.0079 (TJRS)
431-) 0356419-51.2013.8.21.0001 (TJRS)	485-) 0307201-53.2013.8.05.0113 (TJBA)
432-) 0217064-26.2013.8.21.0001 (TJRS)	486-) 0018844-25.2012.8.10.0001 (TJMA)
433-) 0352679-22.2012.8.21.0001 (TJRS)	487-) 0043725-03.2011.8.10.0001 (TJMA)
434-) 0117715-50.2013.8.21.0001 (TJRS)	488-) 0052839-92.2013.8.10.0001 (TJMA)
435-) 0010691-60.2013.8.21.0001 (TJRS)	489-) 0051943-20.2011.8.10.0001 (TJMA)
436-) 0001244-48.2014.8.21.0022 (TJRS)	490-) 0003186-87.2014.8.10.0001 (TJMA)
437-) 0020667-28.2013.8.21.0022 (TJRS)	491-) 0000354-81.2014.8.10.0001 (TJMA)
438-) 0056182-03.2008.8.21.0022 (TJRS)	492-) 0000458-32.2013.8.10.0001 (TJMA)
439-) 0001729-91.2013.8.21.0019 (TJRS)	493-) 0008401-49.2011.8.10.0001 (TJMA)
440-) 0040271-81.2013.8.21.0019 (TJRS)	494-) 0004380-12.2012.8.10.0001 (TJMA)
441-) 0007162-42.2014.8.21.0019 (TJRS)	495-) 0014968-96.2011.8.10.0001 (TJMA)
442-) 0012820-03.2011.8.21.0003 (TJRS)	496-) 0009777-45.2014.8.10.0040 (TJMA)
443-) 0028507-49.2013.8.21.0003 (TJRS)	497-) 0013363-90.2014.8.10.0040 (TJMA)
444-) 0022460-59.2013.8.21.0003 (TJRS)	498-) 0008738-13.2014.8.10.0040 (TJMA)
445-) 0000026-42.2014.8.21.0003 (TJRS)	499-) 0002266-03.2013.8.10.0049 (TJMA)
446-) 0011875-82.2013.8.21.0023 (TJRS)	500-) 0000339-65.2014.8.10.0049 (TJMA)
447-) 0002383-32.2014.8.21.0023 (TJRS)	501-) 0000009-68.2014.8.10.0049 (TJMA)
448-) 0001803-70.2012.8.21.0023 (TJRS)	502-) 0000386-17.2014.8.10.0024 (TJMA)
449-) 0042422-13.2014.8.21.0023 (TJRS)	503-) 0000401-20.2013.8.10.0024 (TJMA)
450-) 0022595-16.2014.8.21.0023 (TJRS)	504-) 0002470-88.2014.8.10.0024 (TJMA)
451-) 0064399-85.2013.8.21.0023 (TJRS)	505-) 0007667-24.2011.8.10.0024 (TJMA)
452-) 0043201-02.2013.8.21.0023 (TJRS)	506-) 0000171-46.2008.8.10.0058 (TJMA)
453-) 0009627-61.2014.8.21.0039 (TJRS)	507-) 0001313-50.2014.8.10.0034 (TJMA)
454-) 0004336-80.2014.8.21.0039 (TJRS)	508-) 0001485-31.2010.8.10.0034 (TJMA)
455-) 0023205-28.2013.8.21.0039 (TJRS)	509-) 0006540-70.2013.8.10.0029 (TJMA)
456-) 0027058-45.2013.8.21.0039 (TJRS)	510-) 0000176-63.2005.8.10.0029 (TJMA)
457-) 0020144-70.2013.8.21.0039 (TJRS)	511-) 0000681-60.2014.8.10.0022 (TJMA)
458-) 0026816-31.2012.8.21.0004 (TJRS)	512-) 0003840-79.2012.8.10.0022 (TJMA)
459-) 0012733-36.2014.8.21.0005 (TJRS)	513-) 0001951-08.2009.8.10.0051 (TJMA)
460-) 0009084-63.2014.8.21.0005 (TJRS)	514-) 0000276-34.2014.8.10.0051 (TJMA)
461-) 0012018-62.2013.8.21.0026 (TJRS)	515-) 0000991-36.2013.8.10.0108 (TJMA)
462-) 0001448-80.2014.8.21.0026 (TJRS)	516-) 0000161-68.2013.8.10.0069 (TJMA)
463-) 0015610-47.2014.8.21.0037 (TJRS)	517-) 0000704-49.2011.8.10.0074 (TJMA)
464-) 0014917-68.2011.8.21.0037 (TJRS)	518-) 0000745-96.2012.8.10.0036 (TJMA)
465-) 0306470-57.2013.8.05.0113 (TJBA)	519-) 0002554-92.2014.8.10.0120 (TJMA)
466-) 0034562-59.2013.8.21.0021 (TJRS)	520-) 0001060-82.2013.8.10.0071 (TJMA)
467-) 0003280-03.2013.8.21.0021 (TJRS)	521-) 0000660-30.2013.8.10.0116 (TJMA)
468-) 0009655-76.2011.8.21.0025 (TJRS)	522-) 0000009-03.2014.8.10.0103 (TJMA)
469-) 0000441-05.2014.8.21.0042 (TJRS)	523-) 0000109-64.2013.8.10.0079 (TJMA)
470-) 0011469-15.2013.8.21.0006 (TJRS)	524-) 201500898540 (TJGO)
471-) 0009650-78.2013.8.21.0156 (TJRS)	525-) 201400007610 (TJGO)
472-) 0000618-85.2014.8.21.0465 (TJRS)	526-) 201404812681 (TJGO)
473-) 0006163-57.2013.8.21.0041 (TJRS)	527-) 201500695372 (TJGO)
474-) 0003799-06.2013.8.21.0044 (TJRS)	528-) 201302149126 (TJGO)
475-) 0005496-04.2013.8.21.0031 (TJRS)	529-) 201401179406 (TJGO)
476-) 0009055-02.2013.8.21.0020 (TJRS)	530-) 201300392090 (TJGO)
477-) 0005347-12.2013.8.21.0062 (TJRS)	531-) 201404812681 (TJGO)
478-) 0000003-83.2014.8.21.0072 (TJRS)	532-) 201202077816 (TJGO)
479-) 0000503-49.2014.8.21.0073 (TJRS)	533-) 201301625978 (TJGO)

534-) 201105117205	(TJGO)	552-) 0192116-40.2012.8.09.0146	(TJGO)
535-) 200805874660	(TJGO)	553-) 201400986006	(TJGO)
536-) 201402130796	(TJGO)	554-) 0026395-12.2012.8.09.0079	(TJGO)
537-) 201303306543	(TJGO)	555-) 201400380248	(TJGO)
538-) 201404424690	(TJGO)		
539-) 201200009341	(TJGO)	556-) 0136559-69.2014.8.09.0123	(TJGO)
540-) 200900743926	(TJGO)	557-) 201401366249	(TJGO)
541-) 201303380956	(TJGO)	558-) 201400603859	(TJGO)
542-) 201401822341	(TJGO)	559-) 0445630-62.2014.8.09.0142	(TJGO)
543-) 0212592-86.2014.8.09.0160	(TJGO)	560-) 0003633-07.2013.8.05.0274	(TJBA)
544-) 201401249919	(TJGO)	561-) 0001301-48.2013.8.14.0070	(TJPA)
545-) 201400025251	(TJGO)	562-) 0004047-26.2014.8.14.0401	(TJPA)
546-) 201402634247	(TJGO)	563-) 0003775-32.2014.8.14.0401	(TJPA)
547-) 201402679178	(TJGO)	564-) 0003163-94.2014.8.14.0401	(TJPA)
548-) 201401195240	(TJGO)	565-) 0012587-63.2014.8.14.0401	(TJPA)
549-) 201401647256	(TJGO)	566-) 0002957-80.2014.8.14.0401	(TJPA)
550-) 201402206342	(TJGO)		
551-) 0209908-59.2011.8.09.0140	(TJGO)	589-) 0000029-20.2013.8.14.0005	(TJPA)
567-) 0003308-53.2014.8.14.0401	(TJPA)	590-) 0001631-46.2013.8.14.0005	(TJPA)
568-) 0016775-02.2014.8.14.0401	(TJPA)	591-) 0001420-70.2014.8.14.0006	(TJPA)
569-) 0001486-29.2014.8.14.0401	(TJPA)	592-) 0004065-34.2012.8.14.0040	(TJPA)
570-) 0000079-85.2014.8.14.0401	(TJPA)	593-) 0002560-37.2014.8.14.0040	(TJPA)
571-) 0024779-62.2013.8.14.0401	(TJPA)	594-) 0000173-21.2010.8.14.0049	(TJPA)
572-) 0004702-19.2014.8.14.0006	(TJPA)	595-) 0004987-21.2014.8.14.0003	(TJPA)
573-) 0004571-23.2014.8.14.0401	(TJPA)	596-) 0000329-26.2013.8.14.0055	(TJPA)
574-) 0001033-23.2012.8.14.0201	(TJPA)	597-) 0000021-31.2014.8.14.0030	(TJPA)
575-) 0000593-27.2012.8.14.0201	(TJPA)	598-) 0000499-34.2012.8.14.0022	(TJPA)
576-) 0000384-87.2014.8.14.0201	(TJPA)	599-) 0000006-35.2014.8.14.0136	(TJPA)
577-) 0004933-43.2014.8.14.0201	(TJPA)	600-) 0006767-19.2013.8.14.0039	(TJPA)
578-) 0000200-08.2012.8.14.0006	(TJPA)	601-) 0000601-65.2014.8.14.0061	(TJPA)
579-) 0003849-59.2013.8.14.0006	(TJPA)	602-) 0002560-37.2014.8.14.0040	(TJPA)
580-) 0000345-93.2014.8.14.0006	(TJPA)	603-) 0000120-55.2014.8.14.0012	(TJPA)
581-) 0004582-10.2013.8.14.0006	(TJPA)	604-) 0315503-53.2012.8.05.0001	(TJBA)
582-) 0002981-28.2013.8.14.0051	(TJPA)	605-) 0361893-81.2012.8.05.0001	(TJBA)
583-) 0003289-64.2013.8.14.0051	(TJPA)	606-) 0342091-63.2013.8.05.0001	(TJBA)
584-) 0004083-51.2014.8.14.0051	(TJPA)	607-) 0073072-90.2009.8.05.0001	(TJBA)
585-) 0000300-85.2013.8.14.0051	(TJPA)	608-) 0344808-82.2012.8.05.0001	(TJBA)
586-) 0000944-68.2013.8.14.0070	(TJPA)	609-) 0368641-95.2013.8.05.0001	(TJBA)
587-) 0005672-55.2013.8.14.0070	(TJPA)	610-) 0501763-73.2014.8.05.0001	(TJBA)
588-) 0000365-24.2013.8.14.0005	(TJPA)	625-) 0325008-54.2014.8.05.0080	(TJBA)
611-) 0393949-70.2012.8.05.0001	(TJBA)	626-) 0307731-25.2014.8.05.0080	(TJBA)
612-) 0394718-44.2013.8.05.0001	(TJBA)	627-) 0010541-17.2012.8.05.0274	(TJBA)
613-) 0342109-21.2012.8.05.0001	(TJBA)	628-) 0019877-45.2012.8.05.0274	(TJBA)
614-) 0354695-90.2012.8.05.0001	(TJBA)	629-) 0300029-88.2013.8.05.0039	(TJBA)
615-) 0323030-22.2013.8.05.0001	(TJBA)	630-) 0304075-23.2013.8.05.0039	(TJBA)
616-) 0347528-85.2013.8.05.0001	(TJBA)	631-) 0000313-09.2012.8.05.0039	(TJBA)
617-) 0387654-17.2012.8.05.0001	(TJBA)	632-) 0301314-52.2014.8.05.0146	(TJBA)
618-) 0532954-39.2014.8.05.0001	(TJBA)	633-) 0301244-06.2012.8.05.0146	(TJBA)
619-) 0408752-58.2012.8.05.0001	(TJBA)	634-) 0301744-72.2012.8.05.0146	(TJBA)
620-) 0300278-56.2013.8.05.0001	(TJBA)	635-) 0303839-29.2013.8.05.0150	(TJBA)
621-) 0347121-79.2013.8.05.0001	(TJBA)	636-) 0002087-48.2013.8.05.0004	(TJBA)
622-) 0395355-92.2013.8.05.0001	(TJBA)	637-) 0003713-39.2012.8.05.0004	(TJBA)
623-) 0003893-35.2010.8.05.0001	(TJBA)	638-) 0000732-90.2014.8.14.0012	(TJPA)
624-) 0033823-84.2012.8.05.0080	(TJBA)		

639-) 0010598-60.2012.8.05.0201 (TJBA)
640-) 0008153-69.2012.8.05.0201 (TJBA)
641-) 0004872-83.2012.8.05.0079 (TJBA)
642-) 0004299-45.2012.8.05.0079 (TJBA)
643-) 0300466-34.2013.8.05.0103 (TJBA)
644-) 0300437-81.2013.8.05.0103 (TJBA)
645-) 0300293-54.2013.8.05.0250 (TJBA)
646-) 0007786-31.2012.8.05.0141 (TJBA)
647-) 0000499-83.2013.8.05.0043 (TJBA)
648-) 0000014-86.2014.8.05.0160 (TJBA)
649-) 0000793-32.2013.8.05.0045 (TJBA)
650-) 0000007-58.2013.8.05.0151 (TJBA)
651-) 0000260-31.2013.8.05.0253 (TJBA)
652-) 0000193-65.2013.8.05.0221 (TJBA)
653-) 0000176-73.2008.8.05.0166 (TJBA)
654-) 0000287-55.2014.8.05.0131 (TJBA)
655-) 0000951-80.2014.8.05.0133 (TJBA)
656-) 0000102-46.2014.8.05.0186 (TJBA)
657-) 0000247-21.2013.8.05.0095 (TJBA)
658-) 0000011-77.2010.8.05.0094 (TJBA)
659-) 0000048-17.2013.8.05.0089 (TJBA)
660-) 0000689-65.2013.8.05.0069 (TJBA)
661-) 0000543-78.2013.8.05.0051 (TJBA)
662-) 0000984-02.2012.8.05.0049 (TJBA)
663-) 0000526-05.2012.8.05.0010 (TJBA)
664-) 0000433-32.2013.8.05.0099 (TJBA)
665-) 0001196-54.2011.8.05.0244 (TJBA)
666-) 0000045-43.2012.8.05.0042 (TJBA)
667-) 0000783-66.2011.8.05.0074 (TJBA)
668-) 0003180-53.2013.8.05.0228 (TJBA)
669-) 0005551-89.2012.8.05.0271 (TJBA)
670-) 0000980-40.2013.8.05.0142 (TJBA)
671-) 0001364-87.2013.8.05.0211 (TJBA)
672-) 0000873-50.2013.8.05.0027 (TJBA)
673-) 0000148-08.2013.8.05.0077 (TJBA)
674-) 0001959-58.2011.8.05.0243 (TJBA)
675-) 0000153-79.2012.8.05.0072 (TJBA)
676-) 0001251-37.2010.8.05.0277 (TJBA)
677-) 0000012-31.2013.8.05.0038 (TJBA)
678-) 0000008-27.2012.8.05.0006 (TJBA)
679-) 0000351-36.2014.8.05.0076 (TJBA)
680-) 0001118-34.2013.8.05.0036 (TJBA)
681-) 0003600-78.2009.8.05.0105 (TJBA)
682-) 0300562-90.2014.8.05.0078 (TJBA)
683-) 0000252-26.2014.8.05.0057 (TJBA)
684-) 0393951-40.2012.8.05.0001 (TJBA)
685-) 0325509-56.2011.8.05.0001 (TJBA)
686-) 0000943-03.2014.8.14.0053 (TJPA)
687-) 3153767-44.2013.8.13.0024 (TJMG)
688-) 2364052-66.2012.8.13.0024 (TJMG)
689-) 4172782-79.2013.8.13.0024 (TJMG)
690-) 1141590-82.2013.8.13.0024 (TJMG)
691-) 0718362-12.2014.8.13.0024 (TJMG)
692-) 1937187-37.2013.8.13.0024 (TJMG)

693-) 3717579-03.2013.8.13.0024 (TJMG)
694-) 3511667-09.2013.8.13.0024 (TJMG)
695-) 3144055-30.2013.8.13.0024 (TJMG)
696-) 3046751-21.2013.8.13.0024 (TJMG)
697-) 3517169-26.2013.8.13.0024 (TJMG)
698-) 3075788-06.2013.8.13.0024 (TJMG)
699-) 3517953-03.2013.8.13.0024 (TJMG)
700-) 1650145-31.2013.8.13.0024 (TJMG)
701-) 3517961-77.2013.8.13.0024 (TJMG)
702-) 2672973-77.2008.8.13.0024 (TJMG)
703-) 1694113-82.2011.8.13.0024 (TJMG)
704-) 2828603-24.2011.8.13.0024 (TJMG)
705-) 3789719-35.2013.8.13.0024 (TJMG)
706-) 0571129-48.2013.8.13.0702 (TJMG)
707-) 0267827-84.2013.8.13.0702 (TJMG)
708-) 0501886-17.2013.8.13.0702 (TJMG)
709-) 0082235-56.2014.8.13.0079 (TJMG)
710-) 0232913-83.2014.8.13.0079 (TJMG)
711-) 0409695-76.2013.8.13.0079 (TJMG)
712-) 0116275-83.2014.8.13.0105 (TJMG)
713-) 0097244-89.2010.8.13.0114 (TJMG)
714-) 0141506-17.2013.8.13.0342 (TJMG)
715-) 2788981-88.2009.8.13.0223 (TJMG)
716-) 0088176-22.2014.8.13.0035 (TJMG)
717-) 0046298-17.2013.8.13.0112 (TJMG)
718-) 0303425-11.2008.8.13.0400 (TJMG)
719-) 0023348-27.2013.8.13.0625 (TJMG)
720-) 0410578-23.2013.8.13.0009 (TJMG)
721-) 0199239-51.2013.8.13.0079 (TJMG)
722-) 0145918-97.2013.8.13.0145 (TJMG)
723-) 0025984-06.2014.8.13.0145 (TJMG)
724-) 0022354-47.2014.8.13.0145 (TJMG)
725-) 0026223-18.2014.8.13.0145 (TJMG)
726-) 0168254-66.2010.8.13.0027 (TJMG)
727-) 0194474-04.2010.8.13.0027 (TJMG)
728-) 0258810-12.2013.8.13.0027 (TJMG)
729-) 0238846-33.2013.8.13.0027 (TJMG)
730-) 0350520-30.2011.8.13.0433 (TJMG)
731-) 0132124-52.2012.8.13.0433 (TJMG)
732-) 0122471-69.2014.8.13.0105 (TJMG)
733-) 0006310-98.2013.8.13.0205 (TJMG)
734-) 0163873-25.2013.8.13.0313 (TJMG)
735-) 0306779-38.2013.8.13.0313 (TJMG)
736-) 1351026-18.2008.8.13.0231 (TJMG)
737-) 0250581-96.2014.8.13.0231 (TJMG)
738-) 0046344-97.2013.8.13.0114 (TJMG)
739-) 0169726-79.2013.8.13.0518 (TJMG)
740-) 0115638-91.2013.8.13.0518 (TJMG)
741-) 0376227-88.2013.8.13.0672 (TJMG)
742-) 0027588-78.2014.8.13.0672 (TJMG)
743-) 0349034-98.2013.8.13.0672 (TJMG)
744-) 0203415-29.2013.8.13.0223 (TJMG)
745-) 0119553-63.2013.8.13.0223 (TJMG)
746-) 0075209-05.2013.8.13.0479 (TJMG)

747-) 0117035-11.2013.8.13.0479 (TJMG)
748-) 0113034-14.2012.8.13.0480 (TJMG)
749-) 0132323-55.2013.8.13.0525 (TJMG)
750-) 0206465-30.2013.8.13.0525 (TJMG)
751-) 0067891-29.2013.8.13.0686 (TJMG)
752-) 0146024-51.2014.8.13.0686 (TJMG)
753-) 0180920-91.2013.8.13.0707 (TJMG)
754-) 0029974-08.2014.8.13.0567 (TJMG)
755-) 0015074-54.2013.8.13.0567 (TJMG)
756-) 0031281-62.2014.8.13.0319 (TJMG)
757-) 0162756-10.2013.8.13.0471 (TJMG)
758-) 0038388-61.2014.8.13.0351 (TJMG)
759-) 0453488-95.2008.8.13.0352 (TJMG)
760-) 0091827-67.2013.8.13.0271 (TJMG)
761-) 0065253-96.2013.8.13.0694 (TJMG)
762-) 0067038-23.2014.8.13.0512 (TJMG)
763-) 0401452-82.2005.8.13.0384 (TJMG)
764-) 0055380-68.2013.8.13.0372 (TJMG)
765-) 0066336-62.2014.8.13.0452 (TJMG)
766-) 0093887-48.2013.8.13.0324 (TJMG)
767-) 0060624-68.2013.8.13.0148 (TJMG)
768-) 0065801-43.2013.8.13.0720 (TJMG)
769-) 0071424-12.2013.8.13.0713 (TJMG)
770-) 0086141-78.2011.8.13.0687 (TJMG)
771-) 0020153-76.2013.8.13.0611 (TJMG)
772-) 0055002-53.2013.8.13.0521 (TJMG)
773-) 0100830-95.2013.8.13.0287 (TJMG)

774-) 0057646-32.2013.8.13.0209 (TJMG)
775-) 0653794-24.2013.8.13.0702 (TJMG)
776-) 0160093-32.2013.8.13.0134 (TJMG)
777-) 0024565-81.2014.8.13.0363 (TJMG)
778-) 0020145-69.2010.8.13.0073 (TJMG)
779-) 0019689-27.2013.8.13.0393 (TJMG)
780-) 0016618-90.2013.8.13.0110 (TJMG)
781-) 0025569-70.2013.8.13.0596 (TJMG)
782-) 0048889-65.2013.8.13.0042 (TJMG)
783-) 0019651-17.2013.8.13.0069 (TJMG)
784-) 0021715-68.2013.8.13.0111 (TJMG)
785-) 0046902-92.2013.8.13.0074 (TJMG)
786-) 0022685-45.2013.8.13.0151 (TJMG)
787-) 0016264-04.2014.8.13.0216 (TJMG)
788-) 0005988-18.2011.8.13.0280 (TJMG)
789-) 0021256-79.2013.8.13.0236 (TJMG)
790-) 0019326-89.2013.8.13.0118 (TJMG)
791-) 0001901-46.2013.8.13.0604 (TJMG)
792-) 0471081-51.2008.8.13.0607 (TJMG)
793-) 0029594-27.2013.8.13.0629 (TJMG)
794-) 0058638-67.2013.8.13.0637 (TJMG)
795-) 0024992-66.2013.8.13.0346 (TJMG)
796-) 0041350-21.2013.8.13.0148 (TJMG)
797-) 0254405-30.2013.8.13.0027 (TJMG)
798-) 0011610-28.2012.8.13.0059 (TJMG)
799-) 1768800-30.2011.8.13.0024 (TJMG)
800-) 9907356-75.2008.8.13.0024 (TJMG)